



/RELATÓRIO E CONTAS/

MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.

/2020/



/01

ÓRGÃOS
SOCIAIS
P. 3

/02

RELATÓRIO
DE GESTÃO
P. 5

/03

CONTAS
ANUAIS 2020
P. 30

/04

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
P. 39

/05

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL
P. 148

01

ÓRGÃOS SOCIAIS



/CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / (2019-2022)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Vice-Presidente

Juan Fernández Palacios

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

Vogais

Andrés Jiménez Herradón

Antonio Núñez Tovar

António Luís de Azevedo Portela

Javier del Río Martín

Luis Anula Rodriguez (e Administrador-Delegado)

Miguel Pedro Caetano Ramos

/MESA DA ASSEMBLEIA GERAL / (2019-2022)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Luis Anula Rodriguez

/CONSELHO FISCAL / (2020-2022)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente

José Gabriel Chimeno

/SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS / (2020-2022)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

02

RELATÓRIO DE GESTÃO

/ PRINCIPAIS INDICADORES /

No final do exercício de 2020, foi possível alcançar, novamente, um resultado líquido bastante positivo, na ordem dos 5,9 milhões de euros, com um crescimento implícito de 6,6% em relação ao ano anterior.

Registou-se também um crescimento acentuado dos fundos próprios derivado, por um lado, da valorização da carteira de ativos e, por outro, da incorporação em reservas livres do resultado do ano anterior.



/ 5,9 M€
RESULTADO LÍQUIDO



/ 100,51 M€
CAPITAL PRÓPRIO



/ 274,51 M€
ATIVO



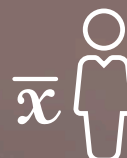
/ 174,01 M€
PASSIVO



/ 312 %
RÁCIO DE SOLVÊNCIA



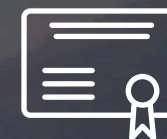
/ 234
PESSOAS
56% mulheres
44% homens



/ 46 ANOS
MÉDIA DE IDADE



/ 16,1 ANOS
MÉDIA DE ANTIGUIDADE



/ 11.397 HORAS
FORMAÇÃO DE COLABORADORES
70% e-learning

/01

**CONTEXTO
SOCIOECONÓMICO**

O contexto pandémico, provocado pela COVID-19, marcou a atividade durante o ano 2020. O confinamento teve grande impacto a nível social e económico e com um efeito irremediável na evolução do PIB.

O ano 2020 fica indelévelmente marcado pelo surto pandémico da COVID-19.

Detetado na China, rapidamente se propagou à Europa e ao resto do mundo, num movimento potenciado, em especial, pela massificação do transporte aéreo e pela liberdade de circulação entre os países que caracterizou os anos mais recentes.

Num momento inicial foi encarado como um problema que parecia ser localizado, mas que mais tarde acabou por ser declarado pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia à escala global.

*Toda a Europa foi rapidamente afetada pela COVID-19 e a **Organização Mundial de Saúde (OMS)** declarou estarmos perante uma pandemia à escala global. O consumo privado regrediu, as exportações diminuíram, criando uma crise económica mundial.*

Os seus efeitos rapidamente se fizeram sentir e não se cingiram apenas à área da saúde, estendendo-se a todos os níveis da sociedade e da economia mundial.

Perante a gravidade da situação, os governos não tiveram outra alternativa que não decretar o confinamento geral das populações, arrastando as economias para uma queda abrupta devido à paragem da atividade, especialmente acentuada no segundo trimestre, e que teve um efeito irremediável sobre a evolução anual do Produto Interno Bruto (PIB) levando-a para terreno negativo.

Ainda que o efeito se tivesse feito sentir sobre a economia como um todo, foram, naturalmente, as atividades ligadas às viagens e ao turismo as que mais impacto sofreram. As companhias de aviação entraram em colapso, as unidades hoteleiras encerraram durante largas semanas e o mesmo aconteceu com o setor da restauração.



Posteriormente, por altura do verão, talvez em resultado das medidas de confinamento, e, acredita-se, do clima mais favorável, a redução na incidência de infeções permitiu um alívio gradual que se refletiu numa interessante recuperação económica no terceiro trimestre, contudo sem chegar a compensar integralmente a perda do trimestre anterior.

/ QUADRO 1 / Indicadores da Economia Mundial

	2019	2020	2021
PIB mundial (% crescimento)	2,7	(3,5)	5,6
PIB área euro (% crescimento)	1,3	(7,3)	3,9
Comércio (% crescimento)	0,6	(9,5)	7,1
Cotação do petróleo (euros)	57,2	36,5	37,2

Fonte: Banco de Portugal (*Boletim Económico* de dezembro 2020)

Com argumentos válidos para todos, muito se discutiu por essa altura o possível padrão da evolução do PIB, se em V, semelhante à crise de 2009, refletindo uma queda abrupta e uma recuperação rápida, se em U representando uma queda abrupta e uma recuperação mais moderada, ou se seria de admitir uma outra tendência, sem que se tenha conseguido concluir de forma clara por qualquer uma delas (gráfico 1).

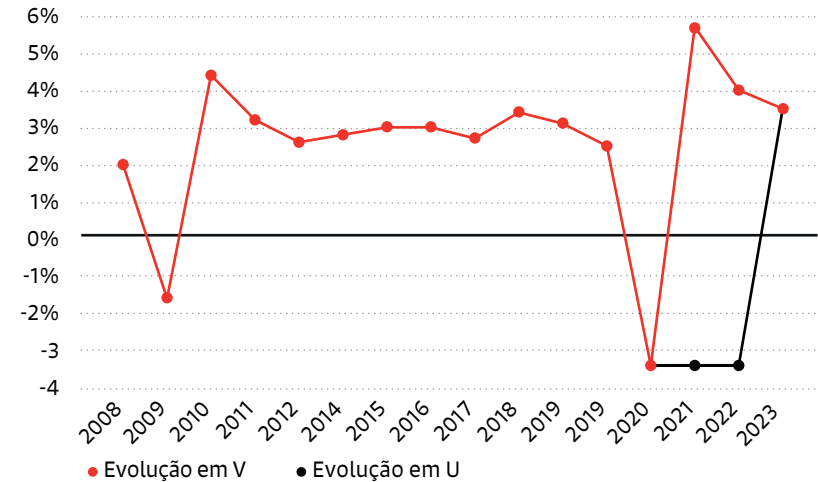
A verdade é que, na parte final do ano 2020, voltou a disparar a incidência de casos de infeção, introduzindo um novo travão e achatando a curva da recuperação, situação que se agravou ainda mais já no início de 2021.

A consequência de tudo isto foi uma degradação generalizada das variáveis económicas e das condições sociais das populações mundiais, à qual Portugal não tinha como escapar.

Aliás, Portugal, onde o setor do turismo foi em grande medida responsável pela expansão do PIB, nos últimos anos, e cujo peso era já de aproximadamente 25%, foi dos países mais atingidos.

A taxa de desemprego aumentou, o consumo privado regrediu, as exportações diminuíram drasticamente, ainda que essa queda tenha tido um efeito líquido menor porque as importações também diminuíram, e, pese embora a manutenção das taxas de juro em níveis extremamente baixos, o investimento cresceu a um ritmo menor que o dos últimos anos.

/ GRÁFICO 1 / Evolução do PIB (% crescimento anual)



● Evolução em V ● Evolução em U

Fonte: Banco Mundial e Banco de Portugal. Dados 2020-23 estimativas.

Como consequência, todas as previsões apontam para que, em Portugal, o PIB do ano 2020 venha a apresentar uma diminuição bastante acentuada, em torno dos 8%, anulando os crescimentos conseguidos nos anos mais recentes.

Ao nível do ensino houve necessidade de suspender as aulas presenciais, criando uma situação atípica nos processos de avaliação e agravando as desigualdades por via das menores condições de acesso às modalidades *online* por parte dos alunos de camadas menos favorecidas da população.

Por sua vez, as unidades e os profissionais de saúde viram-se extremamente pressionados e em dificuldades para responder aos doentes com COVID-19, acabando por deixar para segundo plano a assistência às restantes patologias, cujas consequências negativas surgirão certamente a médio prazo, aumentando a fatura a suportar pelo país.

O impacto económico negativo foi algo atenuado através de uma série de medidas de apoio social e fiscal por parte do Governo, das quais o acesso ao *lay-off* simplificado pelas empresas e trabalhadores, talvez tenha sido o mais emblemático, e que incluiu várias outras, nomeadamente,



moratórias ao pagamento de créditos bancários e arrendamentos, diferimento do pagamento de impostos, subsídios a fundo perdido entre outros.

Este esforço por parte do Estado teve como consequência um forte agravamento do *deficit* das contas públicas, interrompendo a trajetória de recuperação que tinha culminado, no ano anterior, com um pequeno *superavit*, observado pela primeira vez no regime democrático.

Para fazer face a esse *deficit* não restou outra alternativa que não fosse aumentar o volume de dívida pública, cuja percentagem em relação ao PIB estava apenas a iniciar um movimento de correção no sentido descendente e se viu a regredir, novamente, para um nível recorde, o qual poderá condicionar bastante as opções políticas futuras, tal como algumas agências de *rating* já se apressaram a comentar.

É justo realçar o papel do Banco Central Europeu que continuou a utilizar todos os meios ao seu alcance para, através da disponibilidade massiva de liquidez, manter as taxas de juro num nível reduzido, evitando colapsos das dívidas públicas, tendo Portugal beneficiado bastante com isso chegando a emitir dívida no final do ano com uma taxa negativa na maturidade de 10 anos, algo nunca antes visto, e que contribuiu para atenuar o impacto no *deficit*.

Por sua vez, a União Europeia, não sem algumas dificuldades de entendimento entre os países que a integram, mostrou estar à altura das circunstâncias e acabou por aprovar um enorme pacote de fundos a distribuir por todos os países, que ficou conhecido como “bazuca”, o qual se espera que venha a funcionar como catalisador da almejada recuperação económica.

Mas onde se encontra depositada a maior quota de esperança é no processo de vacinação, como forma de erradicar o problema da pandemia na sua raiz. De facto, a comunidade científica respondeu de forma extraordinária, conseguindo desenvolver várias vacinas em tempo recorde, tendo sido aprovadas algumas ainda antes do final do ano e estando outras em vias de o ser.

Não obstante esse logro, o processo levará o seu tempo porque as necessidades são de tal envergadura que a capacidade de produção e a logística não serão capazes,

certamente, de permitir uma resposta tão imediata como todos gostariam, como, aliás, demonstram as notícias de diversos constrangimentos reportados logo no início do ano 2021 por algumas das farmacêuticas produtoras.

Por isso, embora seja inequívoca a existência de sinais positivos no horizonte, os graus de instabilidade e incerteza para o decurso do ano 2021 continuarão a ser muito elevados, de entre os quais se destaca o efeito que poderá vir a ter o fim do regime de moratórias e a velocidade a que o turismo venha a recuperar, impedindo a formulação de prognósticos com um mínimo de fiabilidade.

Assim, ainda que a generalidade das projeções aponte para uma recuperação gradual da economia, 2021 será mais um ano difícil e desafiante que continuará a exigir uma grande capacidade de adaptação tanto dos governos como das populações.

/ QUADRO 2 / Indicadores económicos de Portugal

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	1,5	2,8	2,4	2,2	(8,1)	3,9
Consumo privado	2,1	2,3	3,1	2,4	(6,8)	3,9
Consumo público	0,6	0,2	0,9	0,7	(0,4)	4,9
Investimento	1,6	9,2	5,8	5,4	(2,8)	4,4
Exportações	4,1	7,8	3,8	3,5	(20,1)	9,2
Importações	4,1	8,1	5,8	4,7	(14,4)	8,8
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Índice de preços no consumidor	0,6	1,6	1,2	0,3	(0,2)	0,3
Saldo das contas públicas	(2,1)	(1,4)	(0,4)	0,2	(7,3)	(4,3)
Taxa de juro curto prazo	(0,300)	(0,300)	(0,300)	(0,400)	(0,400)	(0,500)

Dados em percentagem – Dados de 2020 e 2021 são estimativas

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco de Portugal
(Boletim Económico de dezembro 2020)

/02

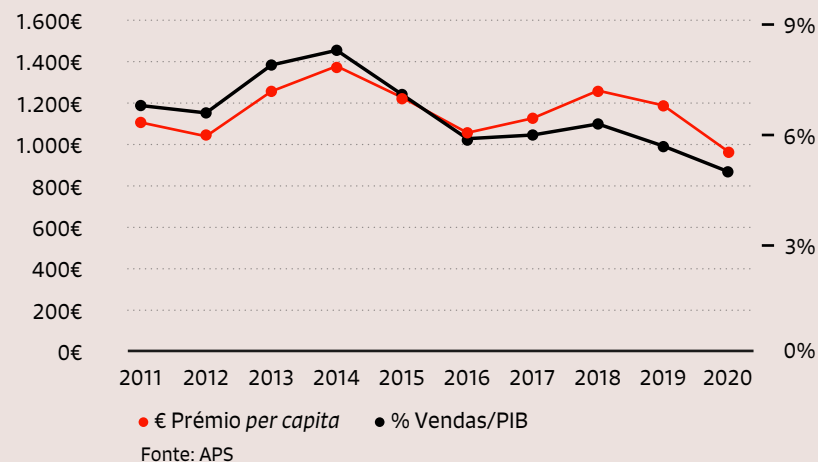
EVOLUÇÃO DO SETOR
SEGURADOR

Em 2020, o volume de prémios caiu 18,7%, terminando abaixo dos 10 mil milhões de euros, resultado registado pela primeira vez na última década e meia.

À semelhança do resto da economia, o setor segurador sofreu a influência do surto pandémico da COVID-19, vendo o volume de prémios cair 18,7%, terminando, pela primeira vez na última década e meia, abaixo dos 10 mil milhões de euros.

Para se ter uma ideia da magnitude do impacto, basta analisar o comportamento do peso do setor no PIB e o volume de prémios por habitante, dois importantes indicadores do setor no contexto da economia. Tal como ilustra o gráfico 2, ambos acentuaram a tendência de descida, situando-se o peso do setor

/ GRÁFICO 2 / Penetração do setor segurador na economia



em 5%, face a 5,7% no ano anterior, e os prémios por habitante em 964,54 euros, pela primeira vez desde o ano 2004 abaixo do limiar do milhar de euros.

Outro facto marcante do ano verificou-se ao nível da estrutura relativa dos dois segmentos principais. Com efeito, o volume de vendas do segmento Não Vida atingiu os 5,4 mil milhões de euros, superando o segmento Vida, que se ficou pelos 4,6 mil milhões de euros, algo que não acontecia há mais de 20 anos (gráfico 3).

A área de Vida, pelo segundo ano consecutivo com uma taxa de crescimento negativa, parece ter sido mais atingida pela difícil conjuntura na medida em que, além dos problemas associados à pandemia, teve que enfrentar uma degradação dos níveis das taxas de juro que tornam muito pouco atrativos os produtos de poupança, nos quais o setor tinha baseado, em grande parte, o seu volume de vendas ao longo dos anos. Prova disso são as estatísticas do Banco de Portugal que indicam que os depósitos dos particulares no setor bancário, na sua maioria não remunerados, atingiram volumes recorde (gráfico 4).

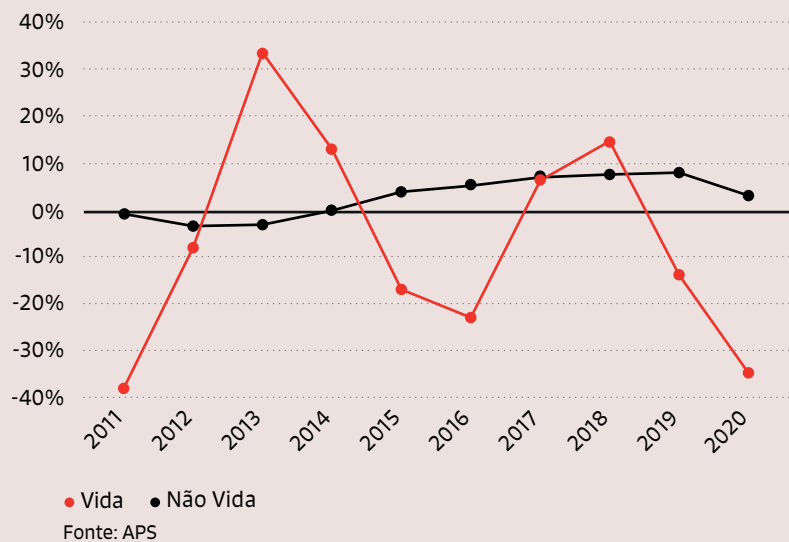


GRÁFICO 3 / Volume de vendas por segmento (milhares de euros)



/5.4
MIL MILHÕES €
VOLUME DE VENDAS
SEGMENTO NÃO VIDA

GRÁFICO 4 / Taxa de crescimento nominal - vendas



/2,1%
TAXA CRESCIMENTO
RAMO AUTOMÓVEL

Na realidade, uma análise mais detalhada do comportamento em Vida, revela que apenas os produtos ligados a fundos de investimento observaram um certo crescimento, mas insuficiente para compensar a queda muito acentuada dos restantes produtos não ligados a fundos de investimento e dos Planos Poupança Reforma (PPR), tipicamente associados a capitais e taxas garantidas (gráfico 5).

Por sua vez, o segmento Não Vida, até mais diretamente ligado à evolução do PIB e, portanto, onde se poderia esperar alguma regressão, revelou uma certa resiliência, apresentando algum crescimento, ainda que com uma taxa inferior aos últimos anos.

Essa queda na taxa de crescimento foi transversal a todos os ramos que compõem este segmento, contudo foi mais acentuada em Acidentes de Trabalho, que vinha de alguns anos de elevados crescimentos em decorrência da aplicação de correções tarifárias tendentes ao equilíbrio técnico do ramo e que, em 2020, apresentou um aumento mais residual de 1,2%, refletindo o efeito da estagnação da atividade económica durante alguns meses do ano.

O setor automóvel foi um dos mais duramente atingidos pela conjuntura adversa, com uma redução superior a 30% no número de veículos novos vendidos, o que, associado a algumas ações de devolução de prémios adotadas pelas seguradoras, levou a que o ramo Automóvel também visse reduzir significativamente a sua taxa de crescimento, que acabou em 2,1%.

Menos acentuada foi a queda da taxa de crescimento nos ramos Multiriscos, atingindo 5%, um pouco abaixo dos dois últimos anos, mas claramente acima do histórico anterior.

De entre as possíveis razões para este desempenho, talvez se encontre o facto de o mercado imobiliário ter continuado a manter uma certa dinâmica, não evidenciando ter sido muito atingido pela crise económica e social.

O ramo de Doença conseguiu uma taxa de incremento de 8,2%, mantendo-se em linha com a dos últimos anos, revelando, por um lado, o seu potencial de crescimento na medida em que é um ramo cujo desenvolvimento é mais recente e, por outro, a preocupação dos clientes em garantir mais um meio de proteção face às dificuldades evidenciadas pelo sistema de saúde tradicional (gráfico 6).

No que concerne à sinistralidade Não Vida, de acordo com a informação preliminar da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), observou-se uma descida de aproximadamente 3 pontos percentuais. Embora esta redução seja vista, em geral, como um efeito positivo do contexto da pandemia, a verdade é que, na realidade, parece ter ficado bastante aquém daquela que poderá ter sido a perceção empírica dos cidadãos.

Embora o confinamento de cerca de dois meses, a que o combate à pandemia obrigou, possa ter levado a uma redução da sinistralidade nos ramos em que os riscos cobertos estão diretamente ligados à atividade

das empresas e às deslocações dos particulares, como são os casos de Automóvel e Acidentes de Trabalho, por outro lado, terá tido um efeito contrário noutro conjunto de ramos, com destaque para os Multiriscos patrimoniais, muito provavelmente como resultado da maior utilização das residências por via do teletrabalho e de uma maior exposição aos riscos dos estabelecimentos comerciais e industriais em decorrência do encerramento temporário.

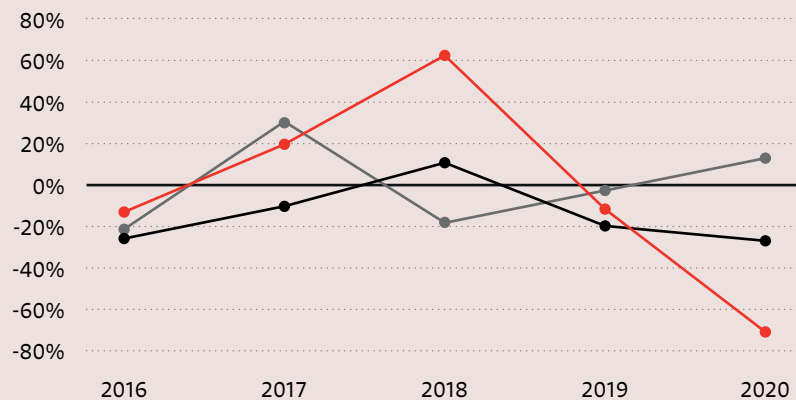
Desta forma, enquanto os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho viram a sinistralidade melhorar 8,5 e 7,7 pontos percentuais, respetivamente, em Multiriscos assistiu-se a uma inversão da tendência dos últimos dois anos com um agravamento de aproximadamente 8 pontos percentuais (gráfico 7).

Por sua vez, a sinistralidade de Vida Risco Puro, ao contrário do que poderia ser expectável no contexto de uma pandemia, apresentou uma redução de 3,4 pontos percentuais, situando-se em 24,7%, o nível mais baixo dos últimos cinco anos (gráfico 8).

Face à relevância dos produtos de poupança no negócio do segmento Vida, traduzida pelo elevado montante de provisões matemáticas e passivos financeiros sob gestão, cabe aqui uma referência à evolução do fluxo técnico.

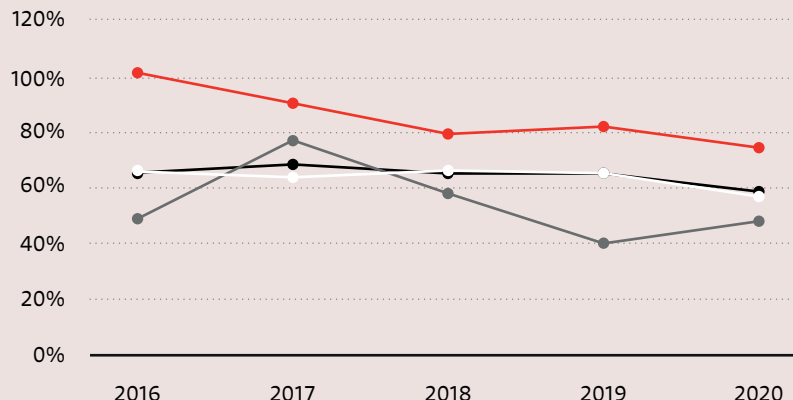
No geral, a sinistralidade diminui, tanto no ramo Automóvel como no ramo Acidentes de Trabalho, que viram os seus índices melhorar 8,5 e 7,7 p.p., respetivamente.

/ GRÁFICO 5 / Taxa de crescimento – ramo Vida



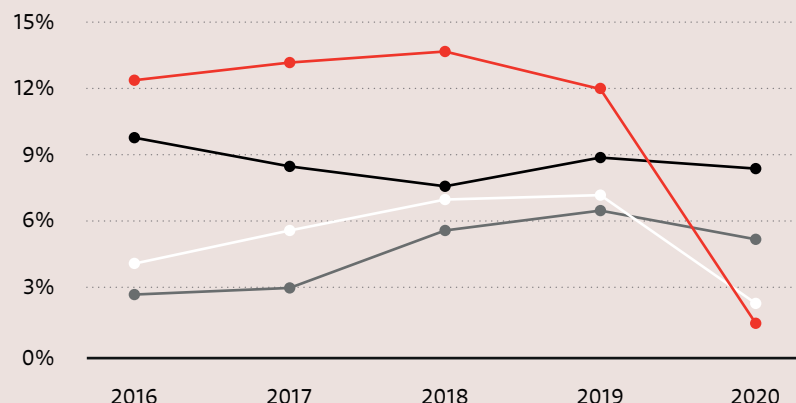
● Não Ligados Fundos Investimento ● PPR
● Ligados Fundos de Investimento
Fonte: APS

/ GRÁFICO 7 / Taxa de sinistralidade Não Vida (sobre prémios emitidos)



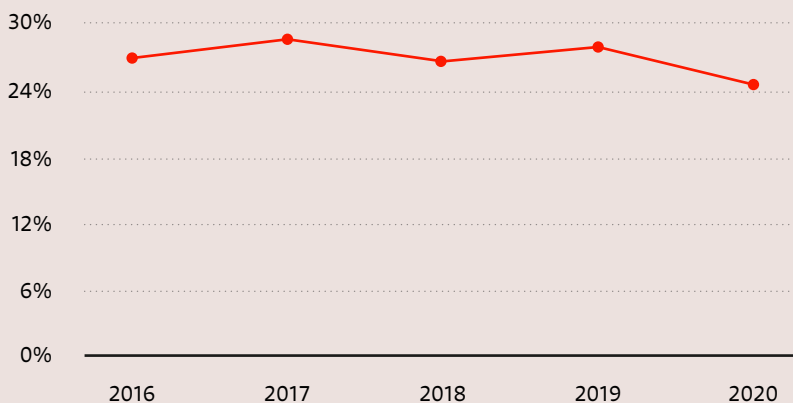
● Acidentes de trabalho ● Automóvel
● Multirriscos ● Total Mercado
Fonte: APS

/ GRÁFICO 6 / Taxa de crescimento – ramos Não Vida



● Acidentes de trabalho ● Automóvel
● Multirriscos ● Doença
Fonte: APS

/ GRÁFICO 8 / Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco Puro



● Taxa de sinistralidade
Fonte: APS

O gráfico 9, através do qual se ilustra a evolução negativa do fluxo técnico mensal e do respetivo acumulado, traduz claramente a fraca *performance* das vendas já referida anteriormente, na medida em que estas não foram, de maneira nenhuma, suficientes para compensar as saídas decorrentes de vencimentos e resgates.

Este comportamento veio inverter e absorver a quase totalidade da recuperação que os últimos 3 anos estavam a permitir no fluxo acumulado desde o ano 2012.

As baixas taxas de juro que tornam o investimento em produtos de poupança pouco atrativos, as dificuldades de alguns clientes para fazer frente aos impactos da pandemia e a incerteza em relação ao futuro que os pode induzir à preferência por um grau mais elevado de liquidez, poderão ser alguns dos fatores que terão contribuído para essa evolução (gráfico 10).

No que respeita aos resultados do exercício 2020, à data de elaboração deste relatório não se encontram ainda disponíveis dados concretos, mesmo que provisórios.

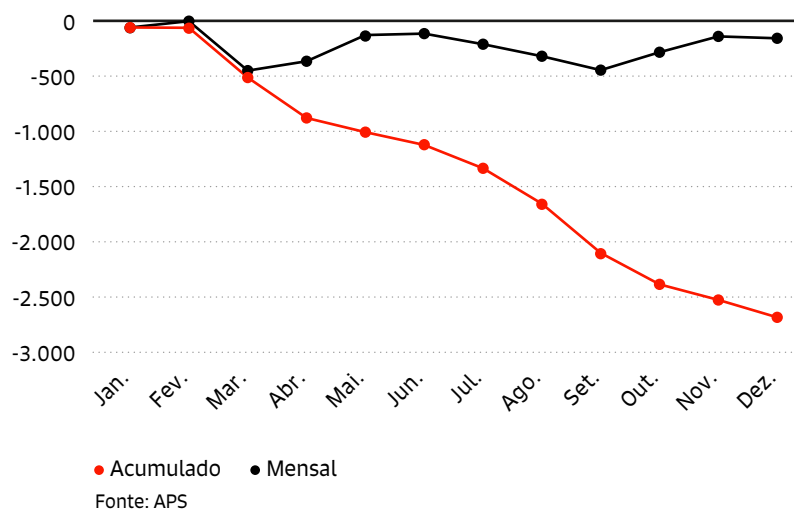
Ao olhar para a evolução das variáveis fundamentais que contribuem para o resultado de exploração, observamos tanto comportamentos positivos, por exemplo a sinistralidade Não Vida, como comportamentos negativos, caso da rentabilidade financeira e da descida das vendas Vida.

Tentando avançar uma tendência, com base num mero sentimento fundado na experiência, poderá apontar-se para uma eventual recuperação do resultado do setor para um nível similar ao de 2018.

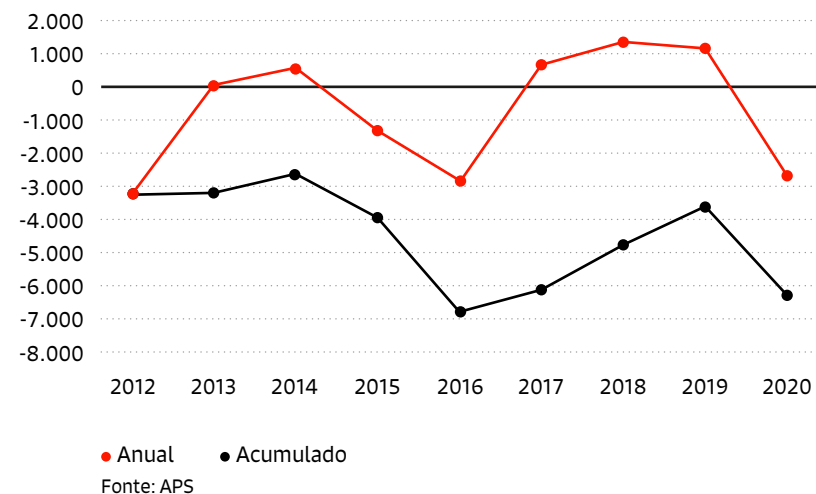
Na caracterização do setor cabe ainda uma referência ao nível de solvência, com a limitação de que, também neste caso, ainda não são conhecidos os dados finais.

Os últimos dados disponíveis são referentes ao fecho do terceiro trimestre e situam o rácio de cobertura de solvência (SCR) nos 172,6%, com uma recuperação implícita em relação aos trimestres anteriores e posicionando-se um pouco acima do fecho do ano 2019, o que parece demonstrar a resiliência do modelo de negócio segurador quando submetido a situações de *stress*.

/ GRÁFICO 9 / Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2020
(milhões de euros)



/ GRÁFICO 10 / Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2020
(milhões de euros)



/03

INDICADORES DA ATIVIDADE DA MAPFRE – SEGUROS GERAIS

Os prémios emitidos têm demonstrado uma recuperação gradual que culminou com um crescimento de 3,6%, em 2020, superando a *performance* do mercado.

/3.1. PRÉMIOS EMITIDOS /

No que respeita aos prémios emitidos, desde o ano 2016, em que foram tomadas algumas medidas de reequilíbrio da qualidade da carteira que implicaram crescimentos negativos em contraciclo com o mercado e a evolução económica, temos assistido a uma recuperação gradual que culminou com um

crescimento de 3,6%, no ano 2020, superando, inclusive, a *performance* do mercado.

Em termos de volume foram alcançados 100,55 milhões de euros, ultrapassando novamente a fasquia dos 100 milhões que tinha sido atingida pela última vez no ano 2015.

O ramo Automóvel, o mais representativo da carteira, foi um dos que deu um contributo positivo com um crescimento de 2,7%, superior aos 2,1% do mercado, suportado por uma boa contenção de anulações e várias ações de *market pricing* que ajudaram a otimizar a sua competitividade (gráfico 11).

Uma excelente evolução teve o ramo Doença que apresentou um crescimento de 15,5%, em linha com o ano anterior e mais de 7 pontos percentuais acima do mercado, demonstrando o seu potencial de crescimento e o aproveitamento que a rede de distribuição está a realizar perante a maior apetência dos clientes para contratar este tipo de cobertura, o qual, pelas razões conhecidas, está mais do que nunca na ordem do dia.

Um ótimo desempenho observou também o ramo Incêndio e Outros Danos, com um

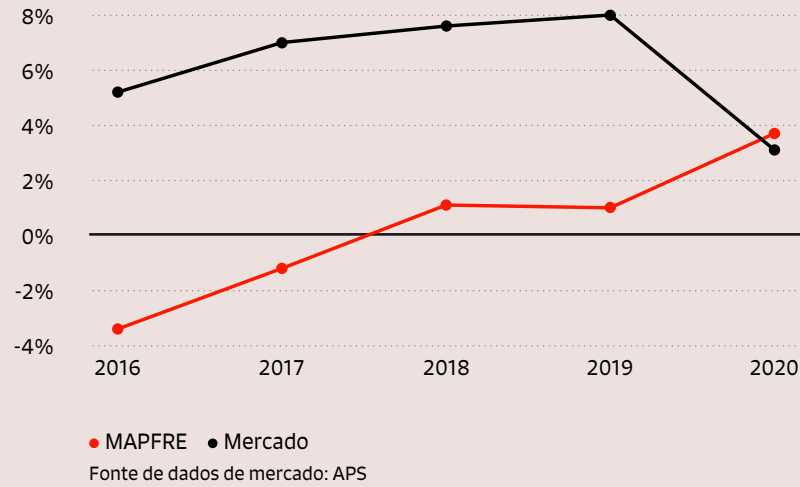
crescimento de 13%, praticamente em linha com o do ano anterior e quase 9 pontos mais do que o mercado, *performance* esta que tem sido possível dada a boa evolução do canal de distribuição Banca e Acordos e de alguns negócios especiais de clientes globais do Grupo MAPFRE.

De entre os ramos mais representativos da carteira, o de Acidentes de Trabalho foi o único com um contributo menos positivo para o desempenho global, apresentando um decréscimo de 9,7%, ainda assim bastante menos expressivo que o dos dois anos anteriores. Cabe aqui recordar que este ramo foi objeto de uma intervenção, nos últimos anos, que implicou um saneamento profundo da carteira, como única forma de inverter os resultados deficitários que apresentava, e, desde aí, tem vindo a ser gerido com um rigor acrescido, colocando o foco nos resultados em detrimento do volume.

Esta evolução dos prémios demonstra que tem vindo a ser conseguida a aposta realizada nos últimos anos de fortalecimento de alguns ramos com o objetivo de tornar a carteira mais equilibrada e consequentemente menos dependente do conjunto Automóvel e Acidentes de Trabalho, conforme ilustra o gráfico 12.

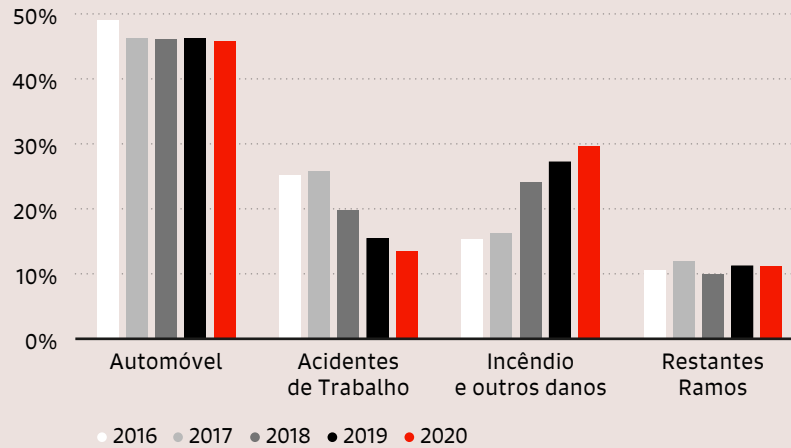


/ GRÁFICO 11 / Taxa de crescimento de vendas – Não Vida



/ 100,55
MILHÕES €
VOLUME PRÉMIOS

/ GRÁFICO 12 / Estrutura da carteira Não Vida MAPFRE



/ 15,5%
CRESCIMENTO
RAMO DOENÇA

/3.2. RENTABILIDADE TÉCNICA PURA/

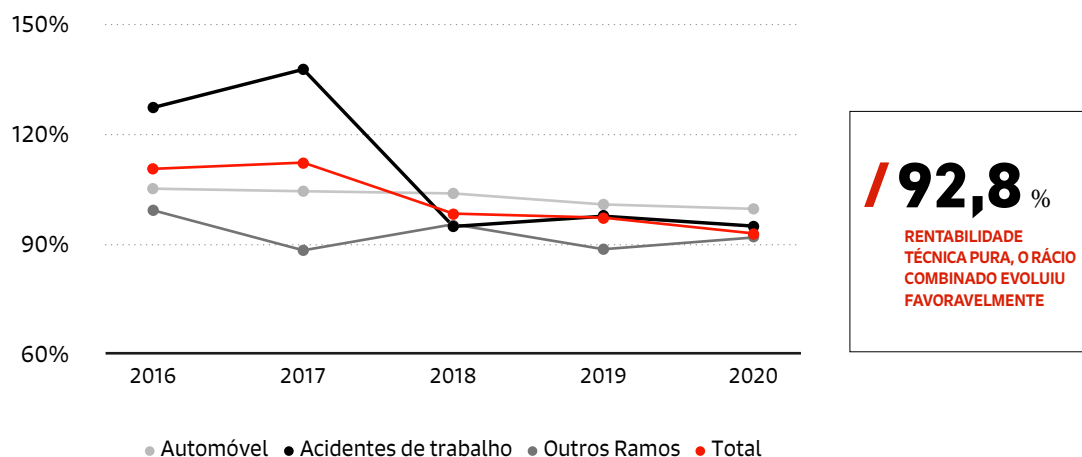
Ao nível da rentabilidade técnica pura, o rácio combinado evoluiu favoravelmente, reduzindo-se 4,4 pontos percentuais, situando-se nos 92,8%, sendo este já o terceiro ano consecutivo em que termina claramente abaixo do limiar dos 100%, demonstrando uma salutar exploração técnica.

Para este rácio global de bom nível contribuíram os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, fixando-se o primeiro nos 92,4%, uma redução pronunciada de 7,1 pontos em relação ao ano 2019, e o segundo nos 94,8% incorporando uma descida mais moderada de 2,7 pontos percentuais.

A melhoria nestes ramos aparece como consequência, por um lado, da consolidação das medidas tomadas em anos anteriores com o objetivo preciso de melhorar a sua exploração técnica e por outro, do efeito favorável na sinistralidade da redução da atividade económica nos meses de março e abril em que o confinamento foi praticamente total.

Em sentido contrário, no conjunto dos restantes ramos, ainda que apresentando um bom rácio de 91,7%, verificou-se um incremento de 3,2% em relação ao ano anterior, com origem especialmente nos ramos Multirriscos Habitação, Comércio e Indústria, à semelhança do que aconteceu na globalidade do mercado, refletindo provavelmente a maior permanência dos particulares nas suas casas em teletrabalho e uma maior exposição aos riscos nos segmentos empresariais derivada do encerramento das instalações nos meses já referidos (gráfico 13).

/GRÁFICO 13/ Evolução de Rácios Combinados Não Vida



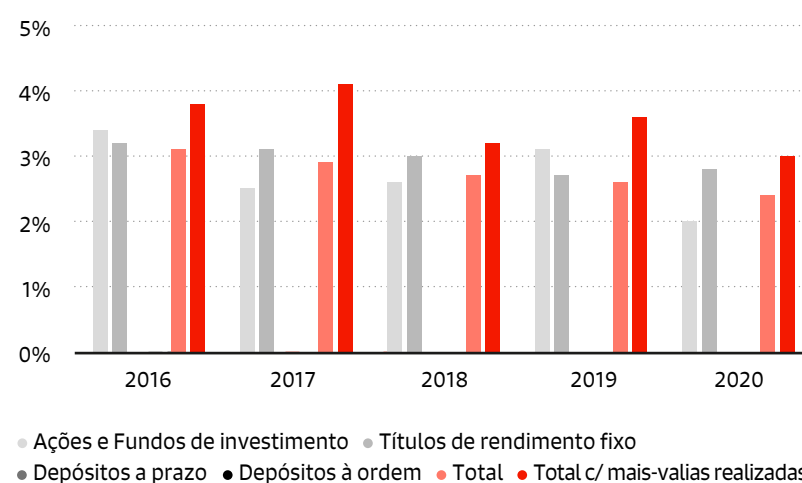
/3.3. RENTABILIDADE FINANCEIRA/

Há já alguns anos que estamos confrontados com uma tendência de baixas taxas de juro que tem levado a uma descida continuada da rentabilidade dos ativos financeiros.

No ano 2020, as autoridades monetárias, na tentativa de contrariar os efeitos recessivos da pandemia, mantiveram, e até reforçaram, os estímulos de liquidez, induzindo uma nova baixa nos níveis das taxas de juro. Do lado dos dividendos, verificou-se uma descida generalizada devido às pressões dos reguladores no sentido de limitar as distribuições de rendimentos pelas empresas dos setores que tutelam e à própria recessão económica que levou as empresas dos setores não regulados a adotarem também uma certa prudência.

Apesar disso, beneficiando de uma carteira de ativos baseados em títulos de rendimento fixo com maturidades a médio e longo prazo, a rentabilidade financeira corrente da MAPFRE desceu apenas ligeiramente, situando-se nos 2,4%, enquanto a rentabilidade total, com inclusão de mais valias realizadas resultantes dos movimentos de compras e vendas para adequar a carteira aos passivos sob cobertura, ascendeu a 3% (gráfico 14).

/GRÁFICO 14/ Rentabilidade da carteira Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



/3.4. RESULTADO LÍQUIDO/

Face ao comportamento das variáveis anteriormente descritas, em especial do rácio combinado, foi possível alcançar novamente um resultado líquido bastante positivo, na ordem dos 5,9 milhões de euros, com um crescimento implícito em relação ao ano anterior de 6,6%.

Este resultado permitiu atingir um ROE de 6,1%, ligeiramente inferior ao do ano anterior apesar do incremento do resultado líquido, devido ao crescimento acentuado dos fundos próprios derivado, por um lado, da valorização da carteira de ativos e, por outro, da incorporação em reservas livres do resultado do ano anterior.

/3.5. BALANÇO/

Os capitais próprios situaram-se em 100,51 milhões de euros, um reforço de, aproximadamente, 8 milhões de euros em relação ao ano anterior. Para tal contribuiu a incorporação em reservas da totalidade do resultado do ano transato e um aumento das reservas de reavaliação decorrentes da valorização dos ativos em carteira classificados como disponíveis para venda.

O passivo atingiu 174,01 milhões de euros, um aumento de cerca de 14,5 milhões de euros, na sua maioria correspondente ao aumento das provisões técnicas.

Por seu lado, o ativo ascendeu a 274,51 milhões de euros, aumentando cerca de 22,5 milhões de euros

devido à valorização de ativos financeiros, ao incremento das provisões técnicas de resseguro cedido e à subida de outros créditos (gráfico 15).

No ano 2020, teve lugar uma operação de relevo com impacto no ativo que consistiu na aquisição de uma participação de 50,01% no capital da Popular – Companhia de Seguros, S. A., no âmbito de uma parceria com o Banco Santander para exploração do canal *bancassurance* no segmento de Não Vida, passando a entidade a denominar-se MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A. Esta operação, que se encontra registada no ativo na rubrica de investimentos em filiais, ascendeu a 14,4 milhões de euros e foi integralmente financiada com capitais próprios, através da geração de liquidez por venda de ativos financeiros disponíveis para venda.

Devido a essa venda, o volume da carteira conjunta de ativos financeiros e depósitos bancários reduziu-se, porém, sem alterar o essencial da estrutura que se mantém semelhante há vários anos, como reflexo de uma política de investimentos estável que privilegia os títulos de rendimento fixo, os quais apresentam, em 2020, uma representatividade média de 78% no total do portfólio (gráfico 16).

Também se encontra refletido no balanço um empréstimo de 7 milhões de euros, concedido à sua participada MAPFRE – Seguros de Vida, com a finalidade de dotá-la dos fundos adequados para fazer face à aquisição de uma carteira de apólices de risco puro à Santander Totta Seguros, no âmbito da parceria mencionada anteriormente, e, simultaneamente, criar uma almofada de liquidez para o desenvolvimento da sua atividade corrente.

/ O resultado líquido registou um comportamento bastante positivo, de cerca de 5,9 milhões de euros, um crescimento de 6,6% em relação ao ano anterior.

/3.6. SOLVÊNCIA/

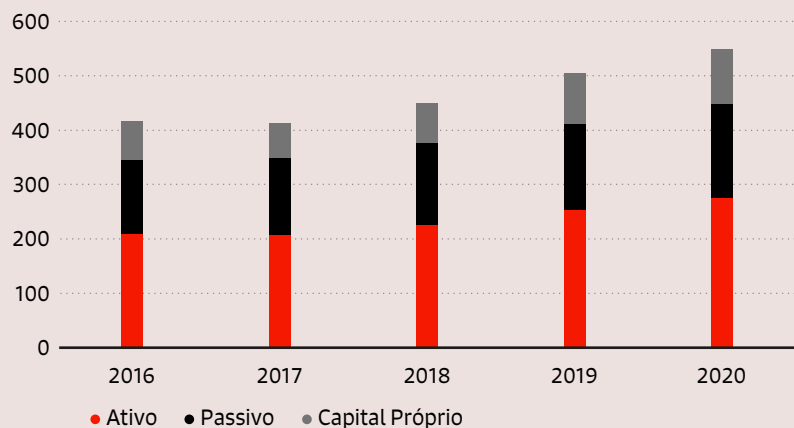
Decorrido mais um ano de atividade, a MAPFRE continua a apresentar uma solvência extremamente forte, conforme demonstra o rácio de cobertura do requisito de capital (SCR) de 312% ao fecho do ano 2020, o qual a situa como uma das seguradoras mais sólidas do mercado e revela uma boa capacidade para suportar não só o desenvolvimento futuro, mas também qualquer eventual *stress* que venha a ocorrer por muito exigente que seja.

Dentro das suas componentes, o requisito de capital manteve-se sensivelmente em linha com o histórico, revelando a estabilidade do perfil de risco da Companhia, enquanto que, por sua vez, o capital disponível desceu um pouco devido à participação na nova filial MAPFRE Santander, cujo valor, segundo as regras do regime Solvência II, não pode ser incluído.

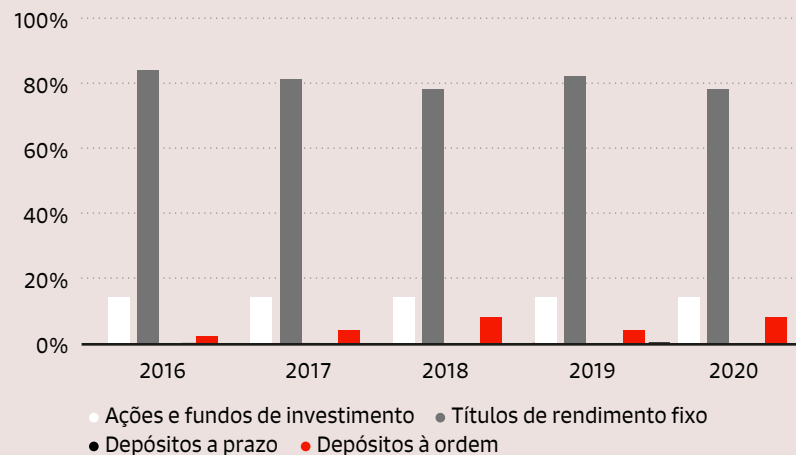
De destacar, ainda, o facto de os fundos afetos à cobertura do requisito de capital serem de qualidade máxima (*tier 1*), constituindo, assim, uma fortaleza adicional da Companhia (gráfico 17).

O ativo ascendeu a 274,47 milhões de euros, aumentando cerca de 22,5 milhões de euros

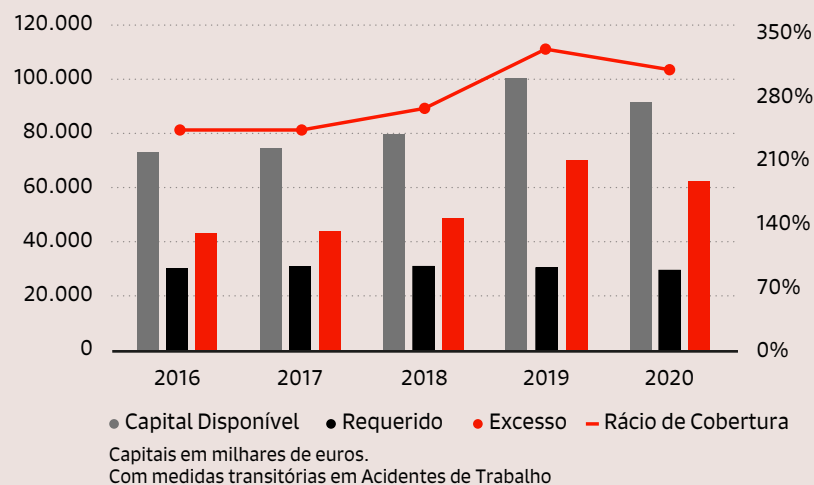
/ GRÁFICO 15 / Evolução do balanço (milhões de euros)



/ GRÁFICO 16 / Estrutura da carteira de Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



/ GRÁFICO 17 / Rácio de solvência



/3.7. INDICADORES DE GESTÃO DE RISCO /

Em consonância com as diretrizes do Grupo MAPFRE, ao longo do ano, realizou-se um seguimento de alguns indicadores chave, cujo apuramento final consta no quadro 3, através do qual se pode concluir por uma adequada exposição e gestão de riscos.

/ QUADRO 3 / Indicadores de Gestão de Risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSG		
					Período de avaliação anterior (12-2019)	Avaliação do período atual (12-2020)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	331%	312%
Risco de Contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %	> 50 %		7,7%	10,4%
Outros riscos financeiros	Alavancagem Financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> = 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	1380%	1401%



/04

ASPETOS QUALITATIVOS DA ATIVIDADE DA MAPFRE – SEGUROS GERAIS

Em resposta ao contexto pandémico que afetou o negócio na forma como o conhecemos, a principal preocupação foi salvaguardar a saúde e o bem-estar dos colaboradores e dar continuidade à boa resposta aos clientes, sendo ativado o Plano de Continuidade de Negócio, que permitiu que o trabalho continuasse a ser realizado em teletrabalho.

Ao entrar nos aspetos de índole mais qualitativa da atividade, inevitavelmente, teremos também que começar por fazer uma referência à ocorrência da pandemia provocada pela COVID-19, pelas diversas adaptações que obrigou a introduzir.

Após os primeiros sinais da pandemia, ativou-se imediatamente o Plano de Continuidade de Negócio, reunindo o Comité de Crise para avaliar a situação, o qual, norteado por um princípio de proteção do seu ativo mais importante – os trabalhadores - tomou a decisão de os colocar a todos em regime de teletrabalho, o que se concretizou ao longo do segundo fim de semana de março, de forma que, no primeiro dia útil seguinte, a empresa conseguiu manter toda a sua área operativa em funcionamento, não tendo ocorrido a mínima quebra no nível de serviço.

Posteriormente, ao longo de vários meses, este Comité de Crise manteve reuniões diárias, nas quais foi fazendo uma avaliação permanente da situação e determinando

os ajustamentos pertinentes em função da evolução, nomeadamente decidindo a implementação das medidas de higiene e segurança necessárias a um regresso faseado em momento posterior.

Esse regresso acabou por se verificar, numa primeira fase no início do verão, em relação aos membros do Comité de Direção e algumas chefias e, numa segunda fase, em setembro, abrangendo parte significativa dos restantes colaboradores, numa percentagem global de aproximadamente 63% de trabalho presencial. No final do ano, em função do agravamento dos contágios, o Comité tomou a decisão de voltar a colocar em teletrabalho a generalidade dos recursos humanos (cerca de 73%), situação que ainda se tem mantido no início do ano 2021.

Todos estes movimentos da mobilidade ocorreram de forma natural e ágil, sem perdas de rendimento, revelando a robustez do plano de continuidade de negócio e a qualidade dos meios humanos e materiais que o implementaram.

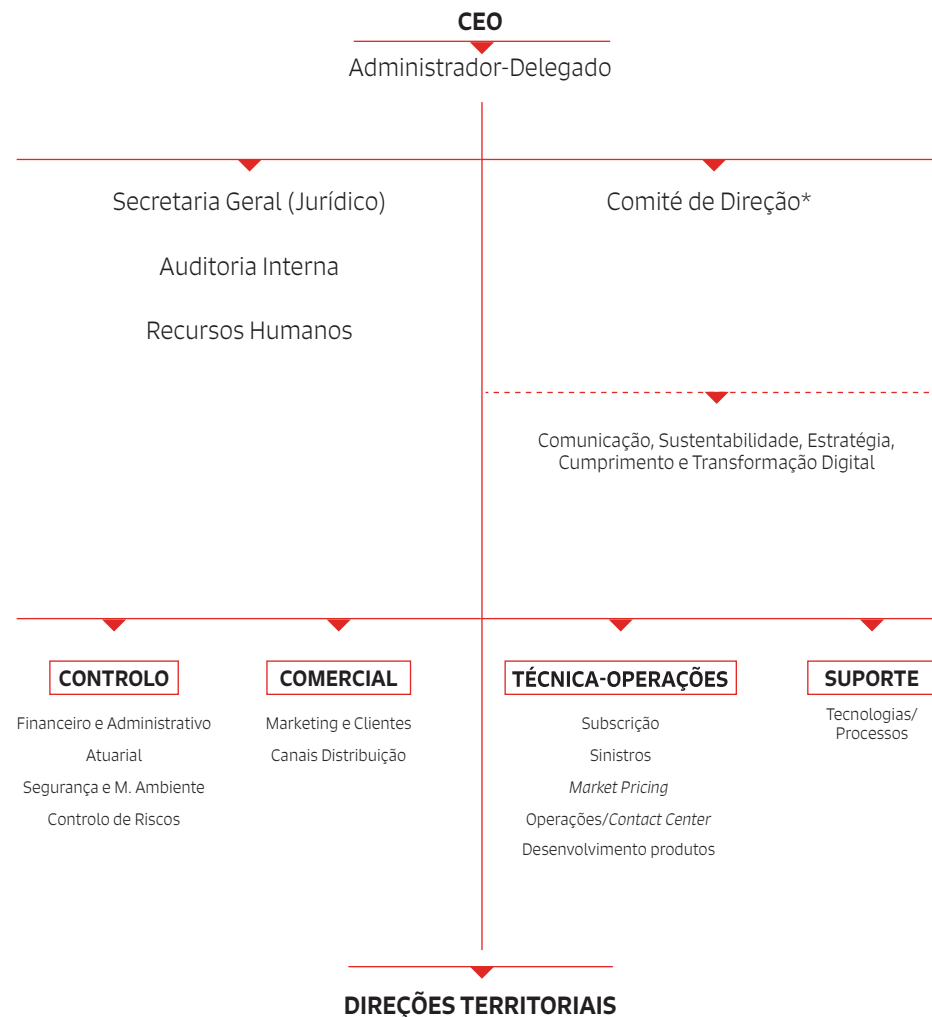


Neste contexto, é justo realçar o esforço, o compromisso, a capacidade de adaptação à mudança e as competências tecnológicas e de comunicação reveladas pelo quadro de colaboradores, o qual, no final do ano, estava composto por 234 pessoas, um incremento de 5 pessoas em relação ao ano anterior, sendo de assinalar a predominância do género feminino, com uma quota de 56%, e o facto de praticamente 50% possuírem formação académica superior. A idade média aumentou menos de um ano, situando-se agora nos 46 anos. No que respeita à formação, verificou-se um reforço bastante significativo de 31% no número de horas dedicadas a esta área, as quais atingiram 11.397, o que significa uma média por empregado superior a 48 horas de formação. Dados os condicionalismos à formação presencial, investiu-se na vertente *e-learning*, a qual representou cerca de 70% do total de horas.

Esse conjunto de pessoas desenvolveu a sua atividade ao abrigo de uma estrutura organizativa semelhante à dos anos anteriores que, tal como vem acontecendo há alguns anos a esta parte, por questões de sinergias na gestão do negócio e na eficiência operativa, é comum à atividade Não Vida, gerida pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e à atividade Vida, tutelada pela MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. detida a 100% pela anterior, e que se ilustra no organigrama ao lado.

De notar, também, que será através desta estrutura que serão prestados os serviços de gestão técnica e demais suportes administrativos à MAPFRE Santander Portugal que, como mencionado anteriormente, resulta da parceria com o Banco Santander para a exploração do canal *bancassurance*.

Passando agora a fazer uma referência ao trabalho das diversas Áreas. Começamos pela vertente comercial, sobre a qual o contexto pandémico trouxe alguns constrangimentos no exercício da atividade corrente, em especial no desenvolvimento do plano de expansão da rede própria ao limitar as possibilidades de captação e formação de agentes.



* Constituído pelo CEO, pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos e pela Direção Geral da MAPFRE Santander Portugal.

Ainda assim, o resultado final pode considerar-se bastante positivo como demonstram por um lado, os volumes de vendas alcançados em todos os canais, e por outro, a abertura de duas novas lojas delegadas, às quais se juntam mais duas abertas já no mês de janeiro de 2021, totalizando atualmente 94 lojas que em conjunto com mais 16 lojas diretas cobrem a generalidade do território nacional.

Um outro aspeto que importa referenciar no âmbito da Área Comercial é a implementação de um novo método de trabalho, mais objetivo e dirigido para a concretização efetiva das vendas, acompanhada de uma série de indicadores de gestão.

Por sua vez, a Área de Marketing e Clientes centrou a sua atividade na consolidação do programa de fidelização “Cuidamos de Ti”, que tinha sido implementado no ano anterior, e investiu no desenvolvimento de um programa de integralidade que foi implementado na parte final do ano. Este programa constituído por várias ações destinadas a aumentar a taxa de retenção e o número médio de apólices por cliente.

A Área Técnica defrontou-se com uma situação atípica na gestão do negócio, na medida em que as características dos riscos foram afetadas pelo contexto socioeconómico, sendo obrigada a um trabalho adicional de avaliação dos riscos em carteira e de ajustamento dos prémios em conformidade com as recomendações do supervisor. Neste âmbito, teve um papel importante o departamento de *Market Pricing* que ajudou a otimizar as condições oferecidas a segmentos específicos de riscos e clientes, bem como, participando ativamente na implementação da estratégia de integralidade dos clientes já referida. Para além disso,

numa perspetiva de futuro, foi dada uma atenção particular ao desenvolvimento de um novo produto Multirriscos dirigido a pequenas e médias empresas (PME) de forma a aumentar a sua competitividade, em linha com a estratégia da empresa de aposta em determinados ramos que elegeram como estratégicos.

No que concerne à Área de Operações e *Contact Center*, procedeu-se a um ajustamento da sua estrutura organizativa e investiu-se na robotização e no desenvolvimento de ferramentas de automatização, com o objetivo de ganhar maior eficiência e reduzir custos. Contudo, também é importante deixar uma referência específica à resiliência do *Contact Center* com uma resposta à altura diante do desafio totalmente novo colocado pelo regime de teletrabalho.

A Área de Tecnologias teve um papel fundamental na transição e na manutenção das condições adequadas ao funcionamento do regime de teletrabalho, sem deixar de assegurar os trabalhos corretivos e evolutivos, bem como dos projetos estratégicos previstos, os quais foram quase todos concretizados. Neste âmbito, cumpre mencionar os projetos relacionados com o desenvolvimento da parceria com o Banco Santander que se concretizou no último trimestre do ano.

Na Área de Controlo, importa destacar o trabalho da Unidade de Segurança e Meio Ambiente que esteve na linha da frente da implementação do Plano de Continuidade de Negócio e nas decisões tomadas no Comité de Crise, coordenando e supervisionando a atuação no terreno das restantes áreas envolvidas. Também é justo realçar o contributo da Logística e Compras no processo de implementação das medidas de higiene e segurança decorrentes do combate à COVID-19, pelo esforço que tal implicou.

Ainda na Área de Controlo, assegurou-se a gestão corrente da Contabilidade e da Tesouraria sem perda de nível de serviço, o que efetivamente foi bem conseguido, e procedeu-se a um reforço da equipa Atuarial, face às crescentes necessidades impostas pelas novas tendências da gestão seguradora dos riscos baseadas em modelos estatísticos, e a próxima implementação da IFRS 17. Por sua vez, o departamento de Gestão de Riscos e Controlo Interno, continuou a assegurar o respeito pela política de apetite ao risco e a coordenação do apuramento dos requisitos de capital no âmbito do regime Solvência II.

Na Unidade de Auditoria Interna recai a responsabilidade em proporcionar à Administração uma avaliação independente e objetiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo interno contribuindo, desta forma, para a salvaguarda do valor, solvência e reputação da Companhia. Neste sentido, esta Unidade de Auditoria elabora um Plano Anual de Auditoria Interna, tendo em conta todas as atividades e o Sistema de Governo da MAPFRE, adotando uma postura baseada no risco. O Plano é objeto de análise e aprovação por parte do Conselho de Administração que, periodicamente, é informado sobre a execução do mesmo.

De há vários anos a esta parte, tem existido uma preocupação com a sociedade, consubstanciada na participação em várias ações de voluntariado e responsabilidade social, dinamizadas através da Área de Recursos Humanos. Em 2020, devido ao contexto pandémico, já amplamente referido, a atividade viu-se bastante mais limitada, pelo que, em vez da realização de ações que exigem mais interação, centrou-se especialmente na recolha e doação de bens.



/05

OUTRAS
INFORMAÇÕES

A estrutura de governo da Sociedade rege-se por modernos princípios e recomendações de transparência e eficácia do governo societário.

/5.1. CAPITAL
SOCIAL /

O capital social da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 euros, constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., não tendo havido qualquer alteração em relação ao ano anterior.

/5.2. MODELO
DE GOVERNO /

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de Agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os capitais próprios situaram-se em 100,51 milhões de euros, um reforço de, aproximadamente, 8 milhões de euros em relação ao ano anterior.

Neste âmbito adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade e, nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne-se obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

/5.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS /

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. atualmente composto por oito membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) existe um administrador executivo, o Administrador-Delegado, que auferir remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis;
- b) os restantes administradores não são executivos, sendo que três deles, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE;
- c) de acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, consiste numa retribuição fixa anual que é divulgada nos termos legais;
- d) foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal, tendo sido estabelecido de forma diferente por ata da Assembleia Geral de 27 de março de 2018;
- e) deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, excetuando o Presidente que desempenha funções gratuitamente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na Sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos na Ata n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta Sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs. 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014), e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

/06

PERSPETIVAS
PARA O FUTURO

O balanço que se pode efetuar da estratégia delineada desde o final do ano 2017, e colocada em prática desde aí, é amplamente positivo, como demonstram os resultados obtidos.

Não ignorando que o contexto pandémico que se vive atualmente introduz alguns condicionalismos e, naturalmente, exigirá dos órgãos de gestão e da direção de topo uma boa leitura da realidade e uma capacidade acrescida de agilidade para poder implementar as respostas mais adequadas, acreditamos que tal não deverá ser motivo para alterar a essência da estratégia e pode, inclusivamente, suscitar algumas oportunidades de desenvolvimento.

Deste modo, continuaremos a privilegiar a máxima dos últimos anos de fazer crescer o volume de negócio acompanhado de uma boa rentabilidade.

Para tal, optaremos pelo desenvolvimento de um conjunto de ramos estratégicos: Automóvel, Multirriscos Habitação e Multirriscos Comércio e Indústria.

Como meio para o atingir, à semelhança dos anos anteriores, investiremos na expansão da rede própria e dos acordos de distribuição.

Por outro lado, estamos totalmente apostados em desenvolver o canal bancário, nomeadamente a recente parceria com o Banco Santander, materializada na *joint venture* MAPFRE Santander Portugal, ao serviço da qual colocaremos todo o nosso *know-how* do setor dos seguros.

Obviamente, não podemos esquecer a importância crescente dos canais *online*, pelo que daremos a devida atenção ao seu reforço, segundo duas perspetivas: uma de venda propriamente dita e outra, quiçá mais importante na atividade seguradora, de meio de relacionamento e serviço aos clientes.

E no que respeita diretamente aos clientes, consolidaremos a implementação da estratégia de integralidade, constituída por várias ações orientadas para aumentar a taxa de retenção e o número médio de apólices por cliente.

Finalmente, continuará a ter um papel relevante a eficiência de processos como forma de contenção de gastos e uma política de desenvolvimento de talento, assumida pela Área de Recursos Humanos, sem a qual, naturalmente, seria impossível colocar em prática a estratégia de forma eficaz.

Como corolário, prevemos manter um resultado líquido amplamente positivo e uma boa solidez do balanço, continuando a ser uma das empresas mais solventes do mercado.

Após quase um ano de “convívio” com o surto pandémico da COVID-19, e com a consciência de que ainda se prolongará largos meses, encaramos as suas implicações com responsabilidade, mas, também, com a confiança suficiente de que seremos capazes de gerir a situação e minimizar os seus impactos, sem consequência de maior para o funcionamento e o património da empresa.

Se, por um lado, o Plano de Continuidade de Negócio ativado ao longo do ano 2020 demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço, por outro, a elevada solvência da empresa permite encarar com uma certa tranquilidade os cenários de *stress* que possam vir ainda a surgir, por mais exigentes que se revelem.

Por isso, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.



/07

AGRADECIMENTOS

No enquadramento social e económico que a pandemia causou, é de realçar o esforço, o compromisso, a capacidade de adaptação à mudança e as competências tecnológicas e de comunicação reveladas pelo quadro de colaboradores, que permitiram dar continuidade, com sucesso, ao plano de negócio.

Ao longo dos anos, a atividade da empresa tem sido sujeita a um ambiente sucessivamente mais desafiante e complexo, pelo que tem sido importante manter a estreita colaboração com todos os seus *stakeholders*.

No ano 2020, pela situação pandémica amplamente apontada neste relatório, o contexto apresentou-se inusitado, exigindo um esforço acrescido para manter o nível de serviço que nos propomos apresentar.

Por esse motivo, gostaríamos de deixar um agradecimento reforçado a todas as pessoas e entidades que conosco colaboraram.

Desde logo, mencionamos os nossos clientes que, sujeitos também aos vários constrangimentos do contexto, confiaram em nós para cobrirem os seus riscos seguráveis.

Depois, uma palavra de um grande apreço para todos os empregados e mediadores que souberam reagir positivamente às adversidades, revelando uma capacidade de adaptação e resiliência dignas de registo.

Uma nota também para os nossos fornecedores dos serviços gerais por terem conseguido manter o seu nível de serviço no padrão desejado e, em vários casos, por terem sido capazes de inovar e responder a novas exigências ditadas pelo contexto pandémico.

Importa também deixar uma referência aos nossos resseguradores por nos ajudarem a mitigar os riscos seguráveis, contribuindo para a nossa solidez.

Como sempre, contámos com uma colaboração independente e muito útil por parte dos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas – que nos apraz registar.

Por fim, uma palavra para a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e para a APS – Associação Portuguesa de Seguradores –, pela atuação atenta e oportuna, especialmente necessária, neste ano, para o funcionamento do setor.

Um muito obrigado!



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Numa manifestação de compromisso para com a empresa, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 5.879.128,68 €, seja destinado ao reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

Reserva Legal: 587.912,87 euros

Reservas Livres: 5.291.215,81 euros

Lisboa, 10 de março de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador-Delegado)

Andrés Jiménez Herradón
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)
(Vogal)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Antonio Nuñez Tovar
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O SECRETÁRIO

Pedro Ribeiro e Silva

03

CONTAS
ANUAIS 2020

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020			Exercício anterior (2019)
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.412.309,93		8.412.309,93	4.808.485,37
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	35.400.000,00		35.400.000,00	21.000.000,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	153.207.875,74		153.207.875,74	165.880.437,28
	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
6	Terrenos e edifícios	10.706.418,62	5.069.333,20	5.637.085,42	5.768.840,70
	Terrenos e edifícios de uso próprio	9.790.722,54	4.645.943,77	5.144.778,77	5.264.789,01
	Terrenos e edifícios de rendimento	915.696,08	423.389,43	492.306,65	504.051,69
7	Outros ativos tangíveis	5.636.203,30	3.608.317,61	2.027.885,69	1.961.630,37
	Inventários			0,00	0,00
8	Ativos sob direito de uso	3.163.173,77	860.434,40	2.302.739,37	2.320.765,80
	<i>Goodwill</i>			0,00	0,00

(continua)



(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020			Exercício anterior (2019)
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
9	Outros ativos intangíveis	6.397.264,09	5.459.191,39	938.072,70	1.217.800,97
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	45.137.881,59		45.137.881,59	31.417.852,39
	Provisão para prémios não adquiridos	9.872.437,03		9.872.437,03	7.962.583,14
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	35.265.444,56		35.265.444,56	23.455.269,25
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
28	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	143.881,69		143.881,69	205.482,20
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21.379.121,55	939.340,80	20.439.780,75	16.523.207,04
	Contas a receber por operações de seguro direto	8.971.998,95	936.783,44	8.035.215,51	9.868.717,89
	Contas a receber por operações de resseguro	5.635,15		5.635,15	66.100,52
	Contas a receber por outras operações	12.401.487,45	2.557,36	12.398.930,09	6.588.388,63
12	Ativos por impostos e taxas	464.101,08		464.101,08	634.279,33
	Ativos por impostos correntes	464.101,08		464.101,08	634.279,33
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos	402.473,32		402.473,32	269.422,75
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total do Ativo	290.450.704,68	15.936.617,40	274.514.087,28	252.008.204,20



32



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020	Exercício anterior (2019)
	Passivo e Capital Próprio		
	Passivo		
14	Provisões técnicas	150.020.563,34	136.215.439,27
	Provisão para prémios não adquiridos	27.655.248,58	25.487.568,87
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	119.161.088,43	107.623.616,01
	De vida		
	De acidentes de trabalho	53.106.868,71	52.635.213,18
	De outros ramos	66.054.219,72	54.988.402,83
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	2.849.539,45	2.921.226,27
	Provisão para riscos em curso	354.686,88	183.028,12
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
15	Outros passivos financeiros	11.022,66	10.855,33
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	11.022,66	10.855,33
	Passivos de locação		
28	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	143.881,69	188.373,33
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.993.580,81	7.808.167,66
	Contas a pagar por operações de seguro direto	3.999.574,16	4.570.192,77
	Contas a pagar por operações de resseguro	2.083.029,17	2.151.876,07
	Contas a pagar por outras operações	910.977,48	1.086.098,82
12	Passivos por impostos	10.467.391,43	9.203.359,00

(continua)



(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020	Exercício anterior (2019)
	Passivos por impostos correntes	3.622.806,63	2.965.864,44
	Passivos por impostos diferidos	6.844.584,80	6.237.494,56
16	Passivos de locação	2.401.058,65	2.408.825,51
18	Acréscimos e diferimentos	3.944.035,03	3 610 847,72
19	Outras provisões	23.787,09	23 787,09
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total do Passivo	174.005.320,70	159.469.654,91
	Capital Próprio		
20	Capital (Ações próprias)	33.108.650,00	33.108.650,00
	Outros instrumentos de capital		
21	Reservas de reavaliação	32.044.380,40	29.346.201,55
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	32.044.380,40	29.346.201,55
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	(7.209.985,59)	(6.602.895,35)
21	Outras reservas	36.686.593,09	31.172.090,73
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	5.879.128,68	5.514.502,36
	Total do Capital Próprio	100.508.766,58	92.538.549,29
	Total do Passivo e Capital Próprio	274.514.087,28	252.008.204,20



Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2020				Exercício anterior (2019)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		66.150.441,45		66.150.441,45	66.540.737,95
	Prémios brutos emitidos		100.545.207,86		100.545.207,86	97.082.400,49
	Prémios de resseguro cedido		33.798.100,10		33.798.100,10	29.651.202,25
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2.664.863,04		2.664.863,04	2.162.446,40
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		2.068.196,73		2.068.196,73	1.271.986,11
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexos 4.1 e 4.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		39.968.917,51		39.968.917,51	44.168.793,61
	Montantes pagos		40.079.002,38		40.079.002,38	47.885.767,50
23	Montantes brutos		55.431.449,00		55.431.449,00	58.797.400,53
	Parte dos resseguradores		15.352.446,62		15.352.446,62	10.911.633,03
	Provisão para sinistros (variação)		(110.084,87)		(110.084,87)	(3.716.973,89)
Anexos 3.1 e 3.2	Montante bruto		11.700.090,44		11.700.090,44	1.430.467,10
	Parte dos resseguradores		11.810.175,31		11.810.175,31	5.147.440,99
24	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		99.971,94		99.971,94	(549.607,55)
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
25 e 27	Custos e gastos de exploração líquidos		21.391.792,44		21.391.792,44	20.452.420,67
26	Custos de aquisição		20.248.792,78		20.248.792,78	19.492.313,96
14	Custos de aquisição diferidos (variação)		(497.183,33)		(497.183,33)	(231.731,58)
	Gastos administrativos		4.842.961,84		4.842.961,84	4.220.515,11
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.202.778,85		3.202.778,85	3.028.676,82
29	Rendimentos		3.838.103,55	0,00	3.838.103,55	4.373.572,04
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		3.803.401,55		3.803.401,55	4.334.643,04
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		34.702,00		34.702,00	38.929,00
30	Gastos financeiros		1.087.052,38	0,00	1.087.052,38	1.256.944,82
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		399.628,73		399.628,73	620.095,18

(continua)



(continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2020				Exercício anterior (2019)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		687.423,65	0,00	687.423,65	636.849,64
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		753.740,47	0,00	753.740,47	1.346.966,31
	De ativos disponíveis para venda		753.740,47		753.740,47	1.346.966,31
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
32	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		0,00	0,00	0,00	80.240,13
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	80.240,13
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(291.659,44)		(291.659,44)	21.841,40
34	Outras provisões (variação)			(140.189,92)	(140.189,92)	(249.519,11)
35	Outros rendimentos/gastos			242.262,15	242.262,15	337.743,25
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado Líquido Antes de Impostos		7.902.891,76	382.452,07	8.285.343,83	7.461.588,38
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			2.406.215,15	2.406.215,15	1.965.140,05
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			0,00	0,00	(18.054,03)
	Resultado Líquido do Exercício		7.902.891,76	(2.023.763,08)	5.879.128,68	5.514.502,36



36



Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas		
	Balanço a 31 de dezembro 2019 (balanço de abertura)	33.108.650,00	29.346.201,55	(6.602.895,35)	5.406.811,99	2.979.548,04	22.785.730,70	5.514.502,36	92.538.549,29
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Balanço de abertura alterado	33.108.650,00	29.346.201,55	(6.602.895,35)	5.406.811,99	2.979.548,04	22.785.730,70	5.514.502,36	92.538.549,29
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		2.698.178,85	(607.090,24)					2.091.088,61
20 e 21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				551.450,25		4.963.052,11	-5.514.502,36	0,00
28	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	2.698.178,85	(607.090,24)	551.450,25	0,00	4.963.052,11	(5.514.502,36)	2.091.088,61
	Resultado líquido do exercício							5.879.128,68	5.879.128,68
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balanço a 31 de dezembro 2020	33.108.650,00	32.044.380,40	(7.209.985,59)	5.958.262,23	2.979.548,04	27.748.782,81	5.879.128,68	100.508.766,58
	Balanço a 31 de dezembro 2018 (balanço de abertura)	33.108.650,00	14.112.664,03	(3.175.349,40)	4.203.866,86	2.979.548,04	11.955.552,28	12.029.451,30	75.214.383,11
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Balanço de abertura alterado	33.108.650,00	14.112.664,03	(3.175.349,40)	4.203.866,86	2.979.548,04	11.955.552,28	12.029.451,30	75.214.383,11
21	Ganhos líquidos por ajustamentos o justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		15.233.537,52	(3.427.545,95)					11.805.991,57
20 e 21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				1.202.945,13		10.828.232,20	-12.029.451,30	1.726,03
28	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas						1.946,22		1.946,22
	Total das variações do capital próprio	0,00	15.233.537,52	(3.427.545,95)	1.202.945,13	0,00	10.830.178,42	(12.029.451,30)	11.809.663,82
	Resultado líquido do exercício							5.514.502,36	5.514.502,36
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balanço a 31 de dezembro 2019	33.108.650,00	29.346.201,55	(6.602.895,35)	5.406.811,99	2.979.548,04	22.785.730,70	5.514.502,36	92.538.549,29



/ Demonstração do Rendimento Integral

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2020			Exercício anterior (2019)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		2.091.088,61		2.091.088,61	11.805.991,57
21	Varição da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda		2.698.178,85		2.698.178,85	15.233.537,52
21	Impostos correntes e diferidos		(607.090,24)		(607.090,24)	(3.427.545,95)
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		0,00		0,00	1.946,22
28	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		0,00		0,00	1.946,22
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		2.091.088,61		2.091.088,61	11.807.937,79
	Resultado líquido do exercício		7.902.891,76	(2.023.763,08)	5.879.128,68	5.514.502,36
	Total do rendimento integral do exercício		9.993.980,37	(2.023.763,08)	7.970.217,29	17.322.440,15

/ Fluxo de Caixa

Euros

Notas do anexo	Fluxo Caixa	Exercício 2020	Exercício anterior (2019)
	Atividades operacionais		
	Prémios recebidos*	115.314.143,00	109.503.911,98
	Sinistros pagos	(47.044.150,01)	(50.937.045,75)
	Pagamentos comissões	(8.107.803,81)	(9.217.806,73)
	Entradas resseguro	4.261.958,21	2.550.068,48
	Saídas resseguro	(21.733.262,81)	(19.868.740,50)
	Entradas cosseguro	1.214.603,71	2.190.567,91
	Saídas cosseguro	(1.829.938,08)	(2.667.184,69)
	Pagamento locações a curto prazo	(402.126,13)	(459.531,48)
	Pagamento locações de ativos de baixo valor	(263.432,12)	(237.022,18)
	Outros recebimentos	2.235.426,13	1.767.371,43
	Outros pagamentos	(42.204.184,76)	(34.274.139,91)
	Imposto sobre o rendimento	(1.442.430,02)	(3.994.754,87)
	Total de fluxos operacionais	(1.196,69)	(5.644.306,31)
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(1.064.775,57)	(2.495.228,49)
	Aquisições de rendas recebidas	34.702,00	38.929,00
	Títulos de dívida - compras	(40.375.079,12)	(51.070.578,59)
	Títulos de dívida - vendas	55.028.750,46	52.732.830,44
	Instrumentos capital e UP - compras	(23.767.540,10)	(11.489.110,87)
	Instrumentos capital e UP - vendas	10.767.031,98	12.481.503,76
	Juros recebidos	3.091.647,59	3.570.542,17
	Dividendos recebidos	333.287,67	542.473,88
	Total de fluxos de investimento	4.048.024,91	4.311.361,30
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(386.024,90)	(269.958,94)
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(56.978,76)	(59.118,50)
	Total de fluxos de financiamento	(443.003,66)	(329.077,44)
	Efeito cambial	0,00	0,00
	Aumento de caixa	3.603.824,56	(1.662.022,45)
	Caixa no início	4.808.485,37	6.470.507,82
3	Caixa no fim	8.412.309,93	4.808.485,37

*Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



38



04

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



/ÍNDICE/

1. Informações Gerais	41	23. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	81
2. Políticas Contabilísticas	42	24. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	81
3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	54	25. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	82
4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	55	26. Custos de Aquisição	83
5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	57	27. Gastos com o Pessoal	84
6. Terrenos e Edifícios	61	28. Obrigações com Benefícios dos Empregados	85
7. Outros Ativos Tangíveis	64	29. Rendimentos	91
8. Ativos sob Direito de Uso	65	30. Gastos Financeiros	92
9. Outros Ativos Intangíveis	66	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	92
10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	67	32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	93
11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	68	33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	94
12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	70	34. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	94
13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	72	35. Outros Rendimentos e Gastos	95
14. Provisões Técnicas	73	36. Relato por Segmentos	96
15. Outros Passivos Financeiros	75	37. Entidades Relacionadas	100
16. Passivos de Locação	75	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	105
17. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	77	39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	113
18. Acréscimos e Diferimentos	77	40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	119
19. Outras Provisões	78	41. Elementos Extrapatrimoniais	123
20. Capital	78	42. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	123
21. Reservas	79	43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	123
22. Prêmios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	80		



/01

INFORMAÇÕES GERAIS

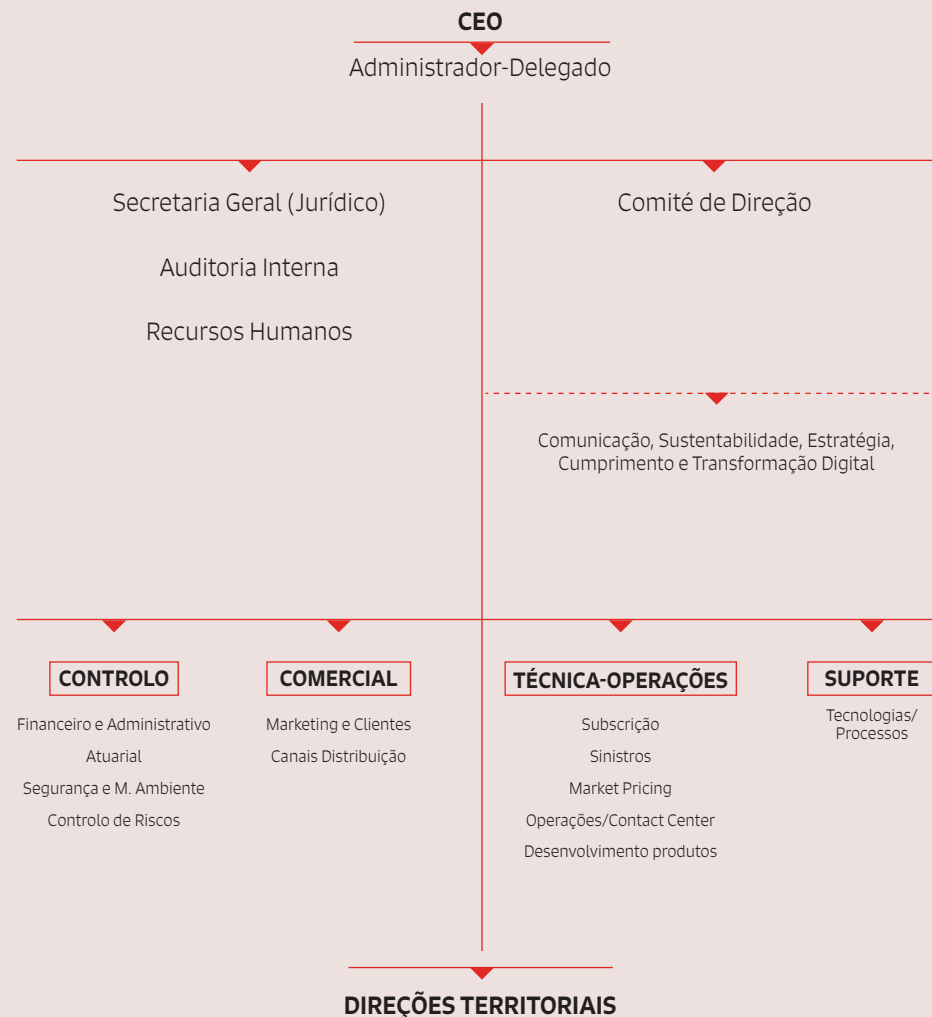
A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia) foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama ao lado:

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2020, prémios de 100,55 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,6% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 13%, Automóvel 46%, Incêndio e Outros Danos 30% e os restantes 11% aos restantes ramos.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2020, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.



/02

POLÍTICAS
CONTABILÍSTICAS/2.1. BASES DE
APRESENTAÇÃO /

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados

os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2022. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2020, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação (carteira desreconhecida no exercício de 2017) e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.



Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 10 de março de 2021.

/2.2. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM /

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

/2.3. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS /

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma filial ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa filial.

/2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS /

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

• De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.



• Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que

suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui *“um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”*, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;

- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e

- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2020 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo os quais esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

/2.5. TERRENOS E EDIFÍCIOS/

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis) e IAS 40 (Propriedades de Investimento).



Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

/2.6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS /

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês

de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º de anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter

benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

/2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS /

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

/2.8. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES/

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

MAIS DE
/ 7,9 MILHÕES DE EUROS
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL
DO EXERCÍCIO DE 2020 DE NÃO VIDA

/2.9. AJUSTAMENTOS DE RECIBOS POR COBRAR E DE CRÉDITOS PARA COBRANÇA DUVIDOSA/

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

/2.10. IMPOSTOS SOBRE LUCROS/

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no

momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

/2.11. PASSIVOS FINANCEIROS /

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento

é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Desta forma, em passivos financeiros estão registados os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

/2.12. OUTROS CREDORES /

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

/2.13. OUTROS DEVEDORES /

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

/2.14. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS /

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo, registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo, incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

/2.15. CONTRATOS DE SEGURO /

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

• Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

• Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada

um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica) com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de

acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R da ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

• Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e para o IDS Devedor.

• Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes



são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

- **Sinistros pendentes de declaração (IBNR)**

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

- **Provisão para custos de gestão de sinistros**

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

- **Provisão para assistência vitalícia**

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

- **Provisão matemática de acidentes de trabalho**

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base nas tabelas de mortalidade 119,61% PERM12_C2 e 119,61% PERF12_C2 com uma taxa de juro de 3,04% até à duração da carteira de ativos subjacentes e com base na curva livre de risco com ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para o período remanescente.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 7,13% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,29% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. Ao valor apurado de 7,13% relativo aos encargos de gestão de sinistros, aplicou-se uma inflação anual de 1,0%.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 38.

g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais

pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

No decurso da sua atividade, a Companhia cede negócio. Os valores a receber ou a pagar, relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

/2.16. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES/

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos.
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 25 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

/2.17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS /

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

- **Plano de contribuição definida**

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 03/09/2020.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52ª e 53ª, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

- **Plano de benefícios definido**

Fruto da celebração do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44.ª do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 03/09/2020 são calculadas anualmente utilizando o método "*pró rata temporis*", em função da data em que o pagamento será devido a cada

trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

/2.18. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA /

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

/2.19. LOCAÇÕES /

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e



- (iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

• Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação.

As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia

Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos, no Balanço.

• Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.



/2.20. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS /

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no

entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

b) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.



e) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

f) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

03**CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem		Euros
	2020	2019
Caixa e equivalentes	13.158,10	7.679,66
Depósitos à ordem	8.399.151,83	4.800.805,71
Total	8.412.309,93	4.808.485,37



/04

INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	Euros	
	2020	2019
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00
MAPFRE - Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A.	14.400.000,00	-
Total	35.400.000,00	21.000.000,00

No quadro abaixo, apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Entidade	Euros	
	2020	2019
MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	332.492.134,96	341.437.160,64
Total dos passivos	282.282.650,43	292.875.152,66
Produção seguro direto	35.332.551,19	39.322.731,04
Resultados	2.885.244,66	3.555.300,80

Entidade	Euros	
	2020	2019
MAPFRE - Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A.		
Total dos ativos	13.666.715,47	-
Total dos passivos	5.450.556,71	-
Produção seguro direto	2.883.064,74	-
Resultados	(1.147.841,66)	-



/4.1. PARTICIPAÇÃO NA MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A./

No exercício de 2009, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000 de euros.

/4.2. PARTICIPAÇÃO NA MAPFRE – SANTANDER PORTUGAL COMPANHIA DE SEGUROS, S.A./

No exercício de 2020, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. estabeleceu uma parceria com o Grupo Santander, que passa pela distribuição em Portugal, até dezembro de 2037, dos seguros Automóvel, Multirriscos para PME e de responsabilidade civil da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. pela rede comercial do Grupo Santander.

Esta parceria materializou-se, conforme autorização do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) emitida no 14 de outubro de 2020, pela aquisição por parte da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. de uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo valor de 14.400.000,00 euros, mantendo a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a propriedade do capital social remanescente. A denominação social foi alterada para MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

/4.3. PARTES DE CAPITAL/

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira das participadas não foram identificados indícios de imparidade.

/ Até 2037, a rede comercial do Santander irá distribuir em Portugal os seguros Automóvel, Multirriscos para PME e Responsabilidade Civil da MAPFRE – Seguros Gerais.

/05

ATIVOS FINANCEIROS
DISPONÍVEIS PARA VENDA/5.1. RUBRICAS
DE BALANÇO /

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário/imobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Rubrica	2020			Total
	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	
Saldo inicial	144.298.002,06	21.582.435,22	-	165.880.437,28
Aquisições (a valor aquisição)	40.007.233,36	9.365.987,42	-	49.373.220,78
Vendas (a valor venda)	(51.570.776,99)	(10.772.878,16)	-	(62.343.655,15)
Reembolsos (a valor do reembolso)	(2.739.968,47)	-	-	(2.739.968,47)
Variação do justo valor (reserva da reavaliação)	3.759.513,91	(1.061.335,06)	-	2.698.178,85
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.027.128,15	(273.387,68)	-	753.740,47
Variação do custo amortizado	(253.925,53)	-	-	(253.925,53)
Variação do juro decorrido	(160.152,49)	-	-	(160.152,49)
Saldo final	134.367.054,00	18.840.821,74	-	153.207.875,74

Euros

Rubrica	2019			Total
	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	
Saldo inicial	132.365.101,85	20.065.193,10	-	152.430.294,95
Aquisições (a valor aquisição)	50.850.233,83	11.480.717,39	-	62.330.951,22
Vendas (a valor venda)	(51.547.558,85)	(12.481.503,76)	-	(64.029.062,61)
Reembolsos (a valor do reembolso)	(855.743,87)	-	-	(855.743,87)
Variação do justo valor (reserva da reavaliação)	13.240.424,60	1.993.112,92	-	15.233.537,52
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	822.050,74	524.915,57	-	1.346.966,31
Variação do custo amortizado	(477.084,54)	-	-	(477.084,54)
Variação do juro decorrido	(99.421,70)	-	-	(99.421,70)
Saldo final	144.298.002,06	21.582.435,22	-	165.880.437,28

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Tipo de ativo	2020					
	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.148.120,22	(313.180,42)	32.044.380,40	1.328.555,54	-	153.207.875,74
Ações	5.687.221,88	-	469.904,84	-	-	6.157.126,72
Unidades. participação	12.326.166,30	-	357.528,72	-	-	12.683.695,02
Títulos de dívida pública	64.970.985,55	(80.506,38)	29.527.133,98	1.007.780,78	-	95.425.393,93
Títulos de outros emissores públicos	3.266.378,60	(56.607,24)	133.802,37	87.565,66	-	3.431.139,39
Títulos de outros emissores	33.897.367,89	(176.066,80)	1.556.010,49	233.209,10	-	35.510.520,68
Total	120.148.120,22	(313.180,42)	32.044.380,40	1.328.555,54	-	153.207.875,74

Euros

Tipo de ativo	2019					
	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	135.498.123,43	(452.595,73)	29.346.201,55	1.488.708,03	-	165.880.437,28
Ações	10.945.062,03	-	1.554.157,44	-	-	12.499.219,47
Unidades. participação	8.748.604,57	-	334.611,18	-	-	9.083.215,75
Títulos de dívida pública	75.634.425,78	(54.368,01)	26.116.746,10	1.085.406,21	-	102.782.210,08
Títulos de outros emissores públicos	3.743.556,20	(36.719,26)	237.596,67	102.656,93	-	4.047.090,54
Títulos de outros emissores	36.426.474,85	(361.508,46)	1.103.090,16	300.644,89	-	37.468.701,44
Total	135.498.123,43	(452.595,73)	29.346.201,55	1.488.708,03	-	165.880.437,28

No Anexo 1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Ativos financeiros disponíveis para venda".

/5.2. JUSTO VALOR/

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg.

Contudo, no exercício de 2020, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação de consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;



- Se isso se verifica, aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 11.151.438,53 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS1960353388	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SERVICIOS SA
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B.V.
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON
XS2276734949	CIE AUTOMOTIVE S.A.
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V.
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V.
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V.
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V.
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V.
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP
ES0505496036	VALL COMPANY ´S
ES0505496044	VALL COMPANY ´S

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. No entanto, no exercício de 2020, houve uma exceção, tendo sido valorizado pelo custo, pelo montante de 4.646.468,48 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REAL ESTATE II
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PRIV DEBT
ES0144022003	HELIA RENEVABLES FCR CLASE A
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MAPFRE
LU1857396433	STABLE INCOME EUR.FUND SICAV-RAIF GLL

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.



A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte. Apresentam-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2020				
Conceito	Justo Valor - Níveis de valorização			TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	6.157.126,72	-	-	6.157.126,72
Unidades de participação	8.037.226,54	-	4.646.468,48	12.683.695,02
Títulos de dívida pública	95.425.393,93	-	-	95.425.393,93
Títulos de outros emissores públicos	3.431.139,39	-	-	3.431.139,39
Títulos de outros emissores	24.359.082,15	11.151.438,53	-	35.510.520,68
Total	137.409.968,73	11.151.438,53	4.646.468,48	153.207.875,74

Euros				
2019				
Conceito	Justo Valor - Níveis de valorização			TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	12.499.219,47	-	-	12.499.219,47
Unidades de participação	5.977.358,76	-	3.105.856,99	9.083.215,75
Títulos de dívida pública	102.782.210,08	-	-	102.782.210,08
Títulos de outros emissores públicos	4.047.090,54	-	-	4.047.090,54
Títulos de outros emissores	26.885.775,68	10.582.925,76	-	37.468.701,44
Total	152.191.654,53	10.582.925,76	3 105 856,99	165.880.437,28

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia) foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

/5.3. IMPARIDADE/

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2020.

/06

TERRENOS E EDIFÍCIOS

O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na Conservatória do Registo Predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade; se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, no quadro ao lado, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Euros

2020			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	10.706.418,62	4.937.577,92	5.768.840,70
Saldo final	10.706.418,62	5.069.333,20	5.637.085,42

Euros

2019			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	10.706.418,62	4.724.468,37	5.981.950,25
Saldo final	10.706.418,62	4.937.577,92	5.768.840,70

Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2020 e 2019:

Euros			
2020			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Edifícios em curso	-	-	-
Saldo final	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	3.014.632,33	298.942,07	3.313.574,40
Depreciações	120.010,24	11.745,04	131.755,28
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	3.134.642,57	310.687,11	3.445.329,68
Imparidades			
Saldo inicial	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52
Movimento do ano	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52
Valor líquido			
Saldo inicial	5.264.789,01	504.051,69	5.768.840,70
Saldo final	5.144.778,77	492.306,65	5.637.085,42

Euros			
2019			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
Valor de Aquisição			
Saldo inicial	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Edifícios em curso	-	-	-
Saldo final	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	2.893.507,95	287.197,03	3.180.704,98
Depreciações	121.124,38	11.745,04	132.869,42
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	3.014.632,33	298.942,07	3.313.574,40
Imparidades			
Saldo inicial	1.431.061,07	112.702,32	1.543.763,39
Movimento do ano	80.240,13	-	80.240,13
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52
Valor líquido			
Saldo inicial	5.466.153,52	515.796,73	5.981.950,25
Saldo final	5.264.789,01	504.051,69	5.768.840,70

O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Euros

2020				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	9.790.722,54	4.645.943,77	5.144.778,77	6.448.962,00
De rendimento	915.696,08	423.389,43	492.306,65	750.000,00
Total	10.706.418,62	5.069.333,20	5.637.085,42	7.198.962,00

Euros

2019				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	9.790.722,54	4.525.933,53	5.264.789,01	6.479.320,00
De rendimento	915.696,08	411.644,39	504.051,69	735.200,00
Total	10.706.418,62	4.937.577,92	5.768.840,70	7.214.520,00

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

2020		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos Operacionais Diretos (inclui reparações e manutenções)
Terrenos e Edifícios		
De uso próprio	-	49.961,03
De rendimento	34.702,00	8.553,11
Total	34.702,00	58.514,14

Euros

2019		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos Operacionais Diretos (inclui reparações e manutenções)
Terrenos e Edifícios		
De uso próprio	-	74.478,23
De rendimento	38.929,00	12.285,41
Total	38.929,00	86.763,64

À data de 31 de dezembro de 2020, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2020, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existem, à data de encerramento das contas do exercício de 2020, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativas a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2020, prémios de 100,55 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,6% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 13%, Automóvel 46%, Incêndio e Outros Danos 30% e os restantes 11% aos restantes ramos.



/07

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos quadros ao lado.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferidas para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

Euros

Outros ativos tangíveis	2020						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento							
Equipamento administrativo	316.210,32	49.154,09	-	-	-	52.430,46	312.933,95
Máquinas e ferramentas	243.754,74	47.476,85	-	-	-	54.465,83	236.765,76
Equipamento informático	30.854,80	493,78	-	-	-	15.521,55	15.827,03
Instalações interiores	352.110,57	58.003,82	-	-	-	50.112,50	360.001,89
Outro equipamento	79.921,75	67.296,32	-	-	-	20.896,34	126.321,73
Outros ativos tangíveis	932.708,17	165.372,64	-	-	-	128.115,50	969.965,31
Património artístico	6.070,02	-	-	-	-	-	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.961.630,37	387.797,50	-	-	-	321.542,18	2.027.885,69

Euros

Outros ativos tangíveis	2019						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento							
Equipamento administrativo	42.930,90	315.045,68	-	-	-	41.766,26	316.210,32
Máquinas e ferramentas	80.687,97	204.355,00	-	-	-	41.288,23	243.754,74
Equipamento informático	6.279,49	38.741,02	-	-	-	14.165,71	30.854,80
Instalações interiores	141.775,19	254.708,46	-	-	-	44.373,08	352.110,57
Outro equipamento	64.884,48	30.609,42	-	-	-	15.564,53	79.921,75
Outros ativos tangíveis	-	1.042.367,33	-	-	-	109.659,16	932.708,17
Património artístico	6.070,02	-	-	-	-	-	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	342.628,05	1.885.826,91	-	-	7,62	266.816,97	1.961.630,37



08

ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Relativamente à Demonstração de Resultados, houve um incremento das Amortizações em 416.778,00 euros.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

2020						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	2.214.994,70	327.841,51	-	-	370.226,21	2.172.610,00
Direito de Uso Outros	105.771,10	111.083,66	-	3.471,83	83.253,56	130.129,37
Total	2.320.765,80	438.925,17	-	3.471,83	453.479,77	2.302.739,37

Euros

2019						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)*	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	2.550.924,82	-	-	-	335.930,12	2.214.994,70
Direito de Uso Outros	100.853,97	90.248,81	-	4.483,80	80.847,88	105.771,10
Total	2.651.778,79	90.248,81	-	4.483,80	416.778,00	2.320.765,80

* Saldo Inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16

A natureza dos "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16 no exercício de 2019, no que concerne ao Ativo, foi um incremento de 2.320.765,80 euros em "Ativos sob Direitos de Uso". Relativamente à Demonstração de Resultados, houve um incremento das Amortizações em 416.778,00 euros.

/09

OUTROS ATIVOS
TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

Outros Ativos Intangíveis	2020						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	193.543,70	-	442.185,01	-	-	317.558,03	318.170,68
Ativos Intangíveis em Curso	1.024.257,27	537.755,60	(442.185,01)	-	499.925,84	-	619.902,02
Total	1.217.800,97	537.755,60	-	-	499.925,84	317.558,03	938.072,70

Euros

Outros Ativos Intangíveis	2019						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	438.773,65	-	69.951,70	-	-	315.181,65	193.543,70
Ativos Intangíveis em Curso	709.039,26	572.257,41	(69.951,70)	-	187.087,70	-	1.024.257,27
Total	1.147.812,91	572.257,41	-	-	187.087,70	315.181,65	1.217.800,97

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos intangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos "Ativos intangíveis em curso" corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte à evolução do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que, por não se esperar benefícios económicos futuros, foram abatidos.

10

PROVISÕES TÉCNICAS
DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição nos quadros ao lado.

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

Euros

	2020			
Provisões técnicas - Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	7.962.583,14	1.909.853,89	-	9.872.437,03
Prémios não adquiridos	8.918.138,89	2.068.196,73	-	10.986.335,62
Custos de aquisição diferidos	(955.555,75)	(158.342,84)	-	(1.113.898,59)
Provisão para sinistros	23.455.269,25	28.418.825,13	16.608.649,82	35.265.444,56
Prestações	22.772.553,39	23.492.672,96	15.352.446,62	30.912.779,73
IBNR	1.002.722,20	4.871.320,80	42.363,69	5.831.679,31
IBNER	(320.006,34)	54.831,37	1.213.839,51	(1.479.014,48)
Total	31.417.852,39	30.328.679,02	16.608.649,82	45.137.881,59

Euros

	2019			
Provisões técnicas - Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	6.782.229,63	1.180.353,51	-	7.962.583,14
Prémios não adquiridos	7.646.152,78	1.271.986,11	-	8.918.138,89
Custos de aquisição diferidos	(863.923,15)	(91.632,60)	-	(955.555,75)
Provisão para sinistros	18.307.828,26	16.330.398,72	11.182.957,73	23.455.269,25
Prestações	17.919.649,19	15.764.537,23	10.911.633,03	22.772.553,39
IBNR	889.066,80	207.387,77	93.732,37	1.002.722,20
IBNER	(500.887,73)	358.473,72	177.592,33	(320.006,34)
Total	25.090.057,89	17.510.752,23	11.182.957,73	31.417.852,39

11

OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações, líquido de ajustamentos, é decomposto como segue:

Euros			
2020			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	8.971.998,95	936.783,44	8.035.215,51
Tomadores de seguros	7.793.080,10	894.117,48	6.898.962,62
Mediadores	525.485,41	42.665,96	482.819,45
Cosseguradoras	653.433,44	-	653.433,44
Contas a receber por operações de resseguro	5.635,15	-	5.635,15
Contas a receber por outras operações	12.401.487,45	2.557,36	12.398.930,09
Empréstimos ao pessoal	544.124,19	-	544.124,19
Outras operações com pessoal	89.174,84	-	89.174,84
FAT Atualizações/Alterações	60.842,16	-	60.842,16
Empresas do grupo - conta corrente	7.689.758,91	-	7.689.758,91
IDS - conta corrente	642.289,35	-	642.289,35
Garantias e cauções	126.045,64	-	126.045,64
Reembolso de sinistros	2.823.574,17	-	2.823.574,17
Outros devedores	425.678,19	2.557,36	423.120,83
Total	21.379.121,55	939.340,80	20.439.780,75

Euros			
2019			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	10.945.691,25	1.076.973,36	9.868.717,89
Tomadores de seguros	9.154.692,73	1.029.327,15	8.125.365,58
Mediadores	1.060.364,15	47.646,21	1.012.717,94
Cosseguradoras	730.634,37	-	730.634,37
Contas a receber por operações de resseguro	66.100,52	-	66.100,52
Contas a receber por outras operações	6.590.945,99	2.557,36	6.588.388,63
Empréstimos ao pessoal	540.742,35	-	540.742,35
Outras operações com pessoal	49.922,96	-	49.922,96
FAT Atualizações/Alterações	55.845,02	-	5.5845,02
Empresas do grupo - conta corrente	722.094,05	-	722.094,05
IDS - conta corrente	707.198,44	-	707.198,44
Garantias e cauções	245.891,36	-	245.891,36
Reembolso de sinistros	2.986.192,19	-	2.986.192,19
Outros devedores	1.283.059,62	2.557,36	1.280.502,26
Total	17.602.737,76	1.079.530,72	16.523.207,04

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros.

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros				
2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.029.327,15	-	135.209,67	894.117,48
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	47.646,21	-	4.980,25	42.665,96
De outros devedores	2.557,36	-	-	2.557,36
Total	1.079.530,72	-	140.189,92	939.340,80

Euros				
2019				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.278.550,21	-	249.223,06	1.029.327,15
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	47.942,26	-	296,05	47.646,21
De outros devedores	2.557,36	-	-	2.557,36
Total	1.329.049,83	-	249.519,11	1.079.530,72

/12

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Ativos por impostos e taxas	464.101,08	634.279,33
Ativos por impostos (e taxas) correntes	464.101,08	634.279,33
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos e taxas	10.467.391,43	9.203.359,00
Passivos por impostos (e taxas) correntes	3.622.806,63	2.965.864,44
Passivos por impostos diferidos	6.844.584,80	6.237.494,56

/12.1. IMPOSTOS CORRENTES /

Detalham-se, no quadro seguinte, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

	Euros	
Demonstração do Gasto por Imposto	2020	2019
Resultado antes de imposto	8.285.343,83	7.461.588,38
21% do resultado antes de impostos	1.739.922,20	1.566.933,56
Gasto por imposto (A acrescentar/A deduzir):		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	13.721,72	6.399,89
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios	-	20.020,56
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (imóveis)	-	16.852,03
Realizações de utilidade social não dedutíveis	-	462,51
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros	4.820,01	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	482,66	2.643,05
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	4.555,49	4.526,19
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	321.667,12	330.846,43
Custos extraordinários	98.092,69	72.068,06
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	-	(71.470,56)
Reversão de provisões tributadas	(1.045,85)	(62,17)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	(8.149,92)
Mais-valias contabilísticas	(158.285,50)	(282.862,93)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(57.785,57)	(105.079,55)
Benefícios Fiscais	(10.721,48)	(9.909,29)
Dedução de prejuízos fiscais	-	-
Gasto por imposto IRC	1.955.423,49	1.543.217,86
Derrama	304.816,35	284.187,75
Tributação autónoma	145.975,31	137.734,44
Total de gasto por imposto corrente	2.406.215,15	1.965.140,05
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções	(1.621.381,56)	(2.134.829,01)
Imposto sobre lucros a pagar / (recuperar)	784.833,59	(169.688,96)

/12.2. IMPOSTOS DIFERIDOS /

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

Euros

Impostos diferidos	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	(6.602.895,35)	-	(607.090,24)	-	-	(7.209.985,59)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	365.400,79	-	-	-	-	365.400,79
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	(6.237.494,56)	-	(607.090,24)	-	-	(6.844.584,80)

Euros

Impostos diferidos	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	(3.175.349,40)	-	(3.427.545,95)	-	-	(6.602.895,35)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	347.346,76	18.054,03	-	-	-	365.400,79
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	(2.828.002,64)	18.054,03	(3.427.545,95)	-	-	(6.237.494,56)



/13

AFETAÇÃO DOS
INVESTIMENTOS
E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, de 2020 e de 2019, demonstra-se no quadro ao lado:

Euros

Conceito	2020			Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8.412.309,93	-	8.412.309,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.098.186,16	70.109.689,58	-	153.207.875,74
Terrenos e edifícios	-	5.637.085,42	-	5.637.085,42
Outros ativos tangíveis	-	2.027.885,69	-	2.027.885,69
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.315,51	45.136.566,08	-	45.137.881,59
Créditos sobre tomadores de seguros	473.930,40	6.425.032,22	-	6.898.962,62
Outros ativos	428.898,56	6.604.382,66	-	7.033.281,22
Total	84.002.330,63	144.352.951,58	-	228.355.282,21

Euros

Conceito	2019			Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	4.808.485,37	-	4.808.485,37
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.998.847,75	86.881.589,53	-	165.880.437,28
Terrenos e edifícios	-	5.768.840,70	-	5.768.840,70
Outros ativos tangíveis	-	1.961.630,37	-	1.961.630,37
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.347,63	31.416.504,76	-	31.417.852,39
Créditos sobre tomadores de seguros	523.128,02	7.602.237,56	-	8.125.365,58
Outros ativos	418.806,77	6.117.291,12	-	6.536.097,89
Total	79.942.130,17	144.556.579,41	-	224.498.709,58



14

PROVISÕES
TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros				
2020				
Provisões técnicas - Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	25.487.568,87	2.167.679,71	-	27.655.248,58
Prémios não adquiridos	32.023.666,76	2.664.863,04	-	34.688.529,80
Custos de aquisição diferidos	(6.536.097,89)	(497.183,33)	-	(7.033.281,22)
Provisão para sinistros	107.623.616,01	64.767.106,50	53.229.634,08	119.161.088,43
- De Acidentes de Trabalho	52.635.213,18	9.726.058,02	9.254.402,49	53.106.868,71
Provisão Matemática	44.592.799,66	6.924.258,63	6.055.137,42	45.461.920,87
Pensões	36.045.594,55	6.448.445,59	5.399.674,68	37.094.365,46
Assistência vitalícia	4.422.493,19	421.469,19	303.487,52	4.540.474,86
FAT	2.133.540,66	54.343,85	-	2.187.884,51
IBNR	1.991.171,26	-	351.975,22	1.639.196,04
Outras prestações e custos	7.210.983,26	2.230.632,41	3.199.265,07	6.242.350,60
Outras prestações	3.628.131,13	2.230.632,41	2.668.167,23	3.190.596,31
IBNR	474.917,14	-	8.643,30	466.273,84
IBNER	3.107.934,99	-	522.454,54	2.585.480,45
Custos de gestão de sinistros	831.430,26	571.166,98	-	1.402.597,24
- De outros seguros	54.988.402,83	55.041.048,48	43.975.231,59	66.054.219,72
Prestações e custos	53.497.357,85	54.874.403,65	43.961.712,61	64.410.048,89
Prestações	49.919.358,80	48.430.014,54	42.951.220,64	55.398.152,70
IBNR	3.190.087,66	5.226.874,10	29.729,07	8.387.232,69
IBNER	387.911,39	1.217.515,01	980.762,90	624.663,50
Custos de gestão de sinistros	1.491.044,98	166.644,83	13.518,98	1.644.170,83
Provisão para desvios de sinistralidade	2.921.226,27	-	71.686,82	2.849.539,45
Provisão para riscos em curso	183.028,12	174.242,69	2.583,93	354.686,88
Total	136.215.439,27	67.109.028,90	53.303.904,83	150.020.563,34

Euros

2019				
Provisões técnicas - Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	23.556.854,05	1.930.714,82	-	25.487.568,87
Prémios não adquiridos	29.861.220,36	2.162.446,40	-	32.023.666,76
Custos de aquisição diferidos	(6.304.366,31)	(231.731,58)	-	(6.536.097,89)
Provisão para sinistros	105.410.615,69	58.195.356,65	55.982.356,33	107.623.616,01
- De Acidentes de Trabalho	52.918.424,30	11.532.856,60	11.816.067,72	52.635.213,18
Provisão Matemática	44.032.583,91	8.582.890,66	8.022.674,91	44.592.799,66
Pensões	35.971.178,31	7.564.932,44	7.490.516,20	36.045.594,55
Assistência vitalícia	3.751.500,43	956.531,39	285.538,63	4.422.493,19
FAT	2.072.113,83	61.426,83	-	2.133.540,66
IBNR	2.237.791,34	-	246.620,08	1.991.171,26
Outras prestações e custos	7.941.687,86	2.949.965,94	3.680.670,54	7.210.983,26
Outras prestações	4.238.726,23	2.864.631,04	3.475.226,14	3.628.131,13
IBNR	680.361,54	-	205.444,40	474.917,14
IBNER	3.022.600,09	85.334,90	-	3.107.934,99
Custos de gestão de sinistros	944.152,53	-	112.722,27	831.430,26
- De outros seguros	52.492.191,39	46.662.500,05	44.166.288,61	54.988.402,83
Prestações e custos	51.095.808,68	46.493.890,02	44.092.340,85	53.497.357,85
Prestações	47.832.170,02	45.136.854,81	43.049.666,03	49.919.358,80
IBNR	3.102.130,80	369.532,77	281.575,91	3.190.087,66
IBNER	161.507,86	987.502,44	761.098,91	387.911,39
Custos de gestão de sinistros	1.396.382,71	168.610,03	73.947,76	1.491.044,98
Provisão para desvios de sinistralidade	2.886.110,61	35.115,66	-	2.921.226,27
Provisão para riscos em curso	767.751,33	11.177,12	595.900,33	183.028,12
Total	132.621.331,68	60.172.364,25	56.578.256,66	136.215.439,27

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de "Provisão para prémios não adquiridos (variação)" e "Custos de aquisição diferidos (variação)", respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de "Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)", da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2020 e de 2019, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.



/15

OUTROS PASSIVOS
FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2020	2019
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	11.022,66	10.855,33
Total	11.022,66	10.855,33

/16

PASSIVOS
DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os Passivos de Locação apresentam os seguintes movimentos:

Euros						
2020						
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização do passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis	2.298.031,64	327.841,51	310.305,54	49.401,98	-	2.266.165,63
Passivos de locação - Outros	110.793,87	111.083,66	75.719,36	7.576,78	3.688,37	134.893,02
Total	2.408.825,51	438.925,17	386.024,90	56.978,76	3.688,37	2.401.058,65

Euros						
2019						
Passivos de locação	Saldo inicial*	Novas locações/ atualizações	Amortização do passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis	2.550.924,82	-	201.531,58	51.361,60	-	2.298.031,64
Passivos de locação - Outros	100.853,97	90.248,81	68.427,36	7.756,90	4.124,65	110.793,87
Total	2.651.778,79	90.248,81	269.958,94	59.118,50	4.124,65	2.408.825,51

* Saldo Inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16 no exercício de 2019, que concerne ao Passivo, foi um incremento de 2.408.825,51 euros em "Passivos de locação". Relativamente à Demonstração de Resultados, houve um incremento dos Gastos financeiros em 59.118,50 euros.

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros

2020					
Passivos de locação	Análise Maturidade – Fluxos de caixa contratuais não descontados			Total de fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de Locação - Imóveis	381.338,12	1.743.270,78	305.169,80	2.429.778,70	2.266.165,63
Passivos de Locação - Outros	80.022,15	64.820,07	-	144.842,22	134.893,02
Total	461.360,27	1.808.090,85	305.169,80	2.574.620,92	2.401.058,65

Euros

2019					
Passivos de locação	Análise Maturidade – Fluxos de caixa contratuais não descontados			Total de fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de Locação - Imóveis	334.197,57	1.316.363,40	840.706,20	2.491.267,17	2.298.031,64
Passivos de Locação - Outros	73.802,94	44.270,90	-	118.073,84	110.793,87
Total	408.000,51	1.360.634,30	840.706,20	2.609.341,01	2.408.825,51

MAIS DE
/ **33,1**
MILHÕES
DE EUROS
DE CAPITAL SOCIAL
SUBSCRITO E REALIZADO
EM DINHEIRO



76



/17

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.999.574,16	4.570.192,77
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	1.537.190,17	1.974.272,92
Mediadores	1.436.995,27	1.415.163,18
Cosseguradoras	792.614,68	972.051,53
Outros saldos credores por operações de seguro direto	232.774,04	208.705,14
Contas a pagar por operações de resseguro	2.083.029,17	2.151.876,07
Contas a pagar por outras operações	910.977,48	1.086.098,82
Fornecedores	595.886,89	899.473,53
FAT recebimentos	-	-
Empresas do grupo - conta corrente	41.235,44	19.119,51
Outros credores	273.855,15	167.505,78
Total	6.993.580,81	7.808.167,66

/18

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.340.599,22	1.277.520,55
Subsídio de férias e mês de férias	970.541,68	921.504,52
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	370.057,54	356.016,03
Outros acréscimos de gastos	2.603.435,81	2.333.327,17
Incentivos a mediadores	909.852,29	667.887,04
Trabalhos especializados	131.834,75	121.533,12
Outros acréscimos	1.561.748,77	1.543.907,01
Total	3.944.035,03	3.610.847,72

/19

OUTRAS
PROVISÕES

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros				
2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Taxas e impostos	23.787,09	-	-	23.787,09
Outras provisões	-	-	-	-
Total	23.787,09	-	-	23.787,09

Euros				
2019				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Taxas e impostos	23.787,09	-	-	23.787,09
Outras provisões	350.000,00	-	350.000,00	-
Total	373.787,09	-	350.000,00	23.787,09

A provisão para taxas e impostos diz respeito a um montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGCI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (23.787,00 euros).

/20

CAPITAL

/20.1. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL /

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2020, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada, repartido da seguinte forma:

Euros				
Entidade Acionista	2020		2019	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE ESPAÑA, S.A.	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação de propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2020, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

Nos exercícios 2020 e 2019, as transações com os acionistas podem ser vistas na Nota 37.

No exercício de 2020, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

/20.2. RESULTADOS POR AÇÃO/

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2020	2019
Resultado líquido (em euros)	5.879.128,68	5.514.502,36
Número médio de ações	6.635.000,00	6.635.000,00
Resultado por ação (em euros)	0,89	0,83

/20.3. DIVIDENDOS POR AÇÃO/

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo do exercício de 2020, no montante de 5.879.128,68 euros (cinco milhões oitocentos e setenta e nove mil e cento e vinte oito euros e sessenta e oito cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 587.912,87 euros
- Reserva livre: 5.291.215,81 euros

/21

RESERVAS

No quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2020 e de 2019 em cada uma das reservas:

Euros

	2020			
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições	Imparidades/Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	29.346.201,55	2.698.178,85	-	32.044.380,40
Ações / Unid. part. fundos invest.	1.888.768,62	(1.061.335,06)	-	827.433,56
Títulos de rendimento fixo	27.457.432,93	3.759.513,91	-	31.216.946,84
Reserva por impostos diferidos	(6.602.895,35)	(607.090,24)	-	(7.209.985,59)
Outras reservas	31.172.090,73	5.514.502,36	-	36.686.593,09
Reserva legal	5.406.811,99	551.450,24	-	5.958.262,23
Prémios de emissão	2.979.548,04	-	-	2.979.548,04
Outras reservas	22.785.730,70	4.963.052,12	-	27.748.782,82
Total	53.915.396,93	7.605.590,97	-	61.520.987,90

Euros

	2019			
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições	Imparidades/Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	14.112.664,03	15.233.537,52	-	29.346.201,55
Ações / Unid. part. fundos invest.	(104.344,30)	1.993.112,92	-	1.888.768,62
Títulos de rendimento fixo	14.217.008,33	13.240.424,60	-	27.457.432,93
Reserva por impostos diferidos	(3.175.349,40)	(3.427.545,95)	-	(6.602.895,35)
Outras reservas	19.138.967,18	12.033.123,55	-	31.172.090,73
Reserva legal	4.203.866,86	1.202.945,13	-	5.406.811,99
Prémios de emissão	2.979.548,04	-	-	2.979.548,04
Outras reservas	11.955.552,28	10.830.178,42	-	22.785.730,70
Total	30.076.281,81	23.839.115,12	-	53.915.396,93

/22

**PRÉMIOS ADQUIRIDOS,
LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

A Companhia encerrou o exercício de 2020 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 100.545.207,86 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2020 e de 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	100.545.207,86	97.082.400,49
Prémios de resseguro cedido	33.798.100,10	29.651.202,25
Prémios líquidos de resseguro	66.747.107,76	67.431.198,24
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.664.863,04	2.162.446,40
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	2.068.196,73	1.271.986,11
Prémios não adquiridos (variação)	596.666,31	890.460,29
Total	66.150.441,45	66.540.737,95

	Euros	
Conceito	2020	2019
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	100.545.207,86	97.082.400,49
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.664.863,04	2.162.446,40
Prémios brutos adquiridos	97.880.344,82	94.919.954,09
Prémios de resseguro cedido	33.798.100,10	29.651.202,25
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	2.068.196,73	1.271.986,11
Prémios de resseguro cedido adquiridos	31.729.903,37	28.379.216,14
Total	66.150.441,45	66.540.737,95

/23

CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2020 e de 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2020	2019
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	40.079.002,38	47.885.767,50
Montantes brutos	55.431.449,00	58.797.400,53
Parte dos resseguradores	15.352.446,62	10.911.633,03
Provisão para sinistros (variação)	(110.084,87)	(3.716.973,89)
Montantes brutos	11.700.090,44	1.430.467,10
Parte dos resseguradores	11.810.175,31	5.147.440,99
Total	39.968.917,51	44.168.793,61

Conceito	Euros	
	2020	2019
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	67.131.539,44	60.227.867,63
Montantes pagos	55.431.449,00	58.797.400,53
Provisão para sinistros (variação)	11.700.090,44	1.430.467,10
Custos com sinistros parte dos resseguradores	27.162.621,93	16.059.074,02
Montantes pagos	15.352.446,62	10.911.633,03
Provisão para sinistros (variação)	11.810.175,31	5.147.440,99
Total	39.968.917,51	44.168.793,61

/24

OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2020 e de 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2020			2019		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	(71.686,82)	-	(71.686,82)	35.115,66	-	35.115,66
Provisão para riscos em curso	171.658,76	-	171.658,76	(584.723,21)	-	(584.723,21)
Total	99.971,94	-	99.971,94	(549.607,55)	-	(549.607,55)

/25

CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS**/25.1. POR NATUREZA/**

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2020 e de 2019:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Pessoal	11.358.799,71	11.246.892,51
Viagens e relações públicas	493.204,73	882.300,29
Imóveis	1.734.902,33	1.734.908,34
Informática	3.357.552,86	2.636.140,35
Publicidade	586.498,57	701.070,35
Campanhas comerciais	48.864,83	122.020,90
Serviços profissionais externos	2.209.594,44	1.301.583,98
Outros gastos internos	2.207.215,89	2.209.182,91
Total	21.996.633,36	20.834.099,63

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2020 e de 2019 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

	Euros	
Âmbito	2020	2019
Serviços de revisão legal de contas	49.768,80	41.326,20
Outros serviços	17.119,00	17.000,00
Total	66.887,80	58.326,20

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

	Euros	
Âmbito	2020	2019
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	56.978,76	59.118,50
Gastos relativos a locações de curta duração	402.126,13	459.531,48
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	263.432,12	237.022,18
Total	722.537,01	755.672,16

No exercício de 2020, as quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 402.126,13 euros, sendo repartidas

em 370.688,82 euros relativos a rendas de imóveis e 31.437,31 euros relacionados com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 263.432,12 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

/25.2. POR FUNÇÕES/

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

- **Imputação de custos pelas várias áreas funcionais**

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e

- a percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

• Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros				
2020				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.040.938,05	8.074.147,25	243.714,41	11.358.799,71
Fornecimentos e serviços externos	2.533.933,05	5.754.003,13	147.845,99	8.435.782,17
Impostos e taxas	178.366,46	473.578,55	14.180,97	666.125,98
Amortizações do exercício	328.313,44	869.788,00	26.233,82	1.224.335,26
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	15.365,54	40.776,24	1.235,48	57.377,26
Comissões	-	-	254.212,98	254.212,98
Total	6.096.916,54	15.212.293,17	687.423,65	21.996.633,36

Euros				
2019				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.293.045,83	7.738.096,04	215.750,64	11.246.892,51
Fornecimentos e serviços externos	2.369.170,53	5.025.695,71	113.326,54	7.508.192,78
Impostos e taxas	206.832,39	505.928,06	13.831,86	726.592,31
Amortizações do exercício	314.837,63	795.875,11	20.933,30	1.131.646,04
Outras provisões	(29.448,28)	(81.243,05)	(2.072,03)	(112.763,36)
Juros suportados	15.884,94	42.575,08	1.063,75	59.523,77
Comissões	-	-	274.015,58	274.015,58
Total	6.170.323,04	14.026.926,95	636.849,64	20.834.099,63

/26

CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados nos exercícios de 2020 e 2019, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Euros		
Custos de aquisição	2020	2019
Custos imputados	10.369.331,33	9.806.411,84
Comissões de mediação	8.323.443,51	8.493.230,48
Outros	1.556.017,94	1.192.671,64
Total	20.248.792,78	19.492.313,96

Na rubrica "Outros" estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).



/27

GASTOS COM O PESSOAL

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2020, era de 234, mais 5 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no quadro seguinte:

Grupo Profissional / Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	9
Diretor	9
Gestor	14
Gestor Comercial	3
Gestor Operacional	10
Gestor Técnico	1
Operacional	191
Coordenador Operacional	50
Especialista Operacional	141
Técnico	20
Técnico	20
Total	234

Os gastos com pessoal, registados nos exercícios de 2020 e de 2019, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	Euros	
	2020	2019
Remunerações	8.858.777,53	8.723.565,51
- Dos órgãos sociais	90.635,04	111.903,68
- Do pessoal	8.768.142,49	8.611.661,83
Encargos sobre remunerações	1.901.022,54	1.854.538,04
Benefícios pós-emprego	137.175,14	106.650,18
- Planos de contribuição definida	137.175,14	104.447,74
- Planos de benefícios definidos	-	2.202,44
Benefícios de cessação de emprego	-	95.335,98
Seguros obrigatórios	212.851,46	192.645,84
Gastos de ação social	40.249,26	33.932,57
Outros gastos com o pessoal	208.723,78	240.224,39
Total	11.358.799,71	11.246.892,51

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é composto por oito membros, sendo que quatro, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros quatro membros são administradores não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

/28

OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Mas em 2020, foi celebrado um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de 3 anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (STAS, SISEP e SINAPSA) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para o novo acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

/28.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA /**a) Descrição geral do plano**

O disposto neste novo ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52º do ACT.

Este plano individual de reforma, deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.



A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2020 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2020	2019
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	137.175,14	104.447,74
Total	137.175,14	104.447,74

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo VII do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 234 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao ACT/2020.

/28.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS /

a) Descrição geral do plano

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas e tendo em conta que o mesmo foi subscrito pelos

sindicatos representativos do setor e por todos os colaboradores não sindicalizados, o plano de benefícios definido que ainda vigorava para os colaboradores que tinham optado pelo CCT/2008, acabou por ser convertido para o Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

Sendo assim, a partir de 2020, deixa de existir um plano de benefícios definidos para os colaboradores ativos.

Continuam a existir as responsabilidades dos colaboradores que já se reformaram ao abrigo do plano de benefícios definidos, mas as mesmas encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

No final do exercício de 2020, o número de reformados cujas responsabilidades estão exteriorizadas conforme acima descrito, são cinco.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que a partir de 2020 no âmbito deste plano, estão circunscritas às relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

As apólices que estavam em vigor ao abrigo deste plano para os colaboradores no ativo, foram convertidas no Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Euros				
2020				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor de ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	-
Total de apólices Universal Life				-
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	-
Total de apólices Universal Life				-
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	13.994,32
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	11.304,84
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	46.079,15
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	39.819,12
1001191600008	Rendas vitalícias	2,25%	GRM95-1	-
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95-1	32.684,26
Total de apólices renda vitalícia				143.881,69
Total de apólices				143.881,69

Euros				
2019				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor de ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	36.367,48
Total de apólices Universal Life				36.367,48
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	19.152,34
Total de apólices Universal Life				19.152,34
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	14.383,02
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	11.654,69
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	47.531,48
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	41.071,28
1001191600008	Rendas vitalícias	2,25%	GRM95-1	1.618,94
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95-1	33.702,97
Total de apólices renda vitalícia				149.962,38
Total de apólices				205.482,20



d) Responsabilidade passada

Euros		
Responsabilidade passada		
Conceito	2020	2019
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	-	36.367,50
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	-	2.043,45
Valor atual serviços passados – reformados	143.881,69	149.962,38
Total	143.881,69	188.373,33

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros		
Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2020	2019
Valor responsabilidades janeiro	38.410,95	32.058,04
Extinção responsabilidade – novo ACT/2020	(38.410,95)	-
Custo serviço corrente	-	1.678,20
Custo dos juros	-	666,81
Resgates	-	-
Ganhos atuariais	-	4.007,90
Perdas atuariais	-	-
Valor responsabilidades dezembro	-	38.410,95

Euros		
Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2020	2019
Valor responsabilidades janeiro	149.962,38	154.579,05
Custo dos juros	4.751,85	4.724,57
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	1.581,16	3.132,34
Prestações pagas	(12.413,70)	(12.473,58)
Valor responsabilidades dezembro	143.881,69	149.962,38

Euros		
Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2020	2019
Valor responsabilidades janeiro	188.373,33	186.637,09
Retificação serviços passados - novos CCT/2008	(38.410,95)	-
Custo serviço corrente	-	1.678,20
Custo dos juros	4.751,85	5.391,38
Resgates	-	-
Ganhos atuariais	-	4.007,90
Perdas atuariais	1.581,16	3.132,34
Prestações pagas	(12.413,70)	(12.473,58)
Valor responsabilidades dezembro	143.881,69	188.373,33



f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes, apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Apólices Universal Life			Euros
Conceito	2020	2019	
Valor ativos janeiro	36.367,49	30.413,37	
Conversão ativos - novo ACT/2020	(36.367,49)	-	
Excesso cobertura - novos CCT/2008	-	5.954,12	
Valor ativos dezembro	-	36.367,49	

Apólices Universal Life			Euros
Conceito	2020	2019	
Valor ativos janeiro	19.152,34	19.009,77	
Conversão ativos - novo ACT/2020	(19.152,34)	-	
Contribuições empresa	-	-	
Resgates	-	-	
Retorno ativos	-	142,57	
Ganhos atuariais	-	-	
Perdas atuariais	-	-	
Valor ativos dezembro	-	19.152,34	

Apólices rendas vitalícias			Euros
Conceito	2020	2019	
Valor ativos janeiro	149.962,38	154.579,05	
Retorno ativos	4.751,85	4.724,57	
Ganhos atuariais	1.581,16	3.132,34	
Prestações pagas	(12.413,70)	(12.473,58)	
Valor ativos dezembro	143.881,69	149.962,38	

Total de ativos			Euros
Conceito	2020	2019	
Valor ativos janeiro	205.482,21	204.002,18	
Conversão ativos - novo ACT/2020	(55.519,83)	-	
Excesso cobertura - novos CCT/2008	-	5.954,12	
Contribuições da empresa	-	-	
Resgates	-	-	
Retorno ativos	4.751,85	4.867,14	
Ganhos atuariais	1.581,16	3.132,34	
Perdas atuariais	-	-	
Prestações pagas	(12.413,70)	(12.473,58)	
Valor ativos dezembro	143.881,69	205.482,21	



g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito nas alíneas anteriores e) e f), que ao abrigo do ACT/2020 resume-se aos colaboradores que estão reformados, são relevados no balanço nas linhas de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros		
Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2020	2019
Diferença ativo/responsabilidade – Conversão novo ACT/2020	17.108,87	-
Custo serviço corrente	-	1.678,20
Custo dos juros	4.751,85	5.391,38
Retorno ativos	(4.751,85)	(4.867,14)
Pagamentos	-	-
Total	17.108,87	2.202,44

Euros		
Gasto reconhecido em capital próprio		
Conceito	2020	2019
Insuficiência cobertura - novos CCT/2008	-	(5.954,12)
Excesso cobertura - novos CCT/2008	-	-
Ganhos atuariais	-	4.007,90
Retificação ativos - novos CCT/2008	-	-
Retificação serviços passados - novos CCT/2008	-	-
Total	-	(1.946,22)

A Companhia reconheceu, no exercício de 2020, em ganhos e perdas, uma perda de 17.108,87 euros, resultante da diferença entre o ativo e a responsabilidade que existiam à luz do plano de benefício definido e que foi convertido no Plano Individual de Reforma (PIR) de acordo com o novo ACT/2020.

i) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

Euros			
Conceito	2020	2019	2018
Valor das responsabilidades	143.881,69	188.373,33	186.637,09
Valor dos ativos	143.881,69	205.482,21	204.002,18
Excesso/(Insuficiência)	-	17.108,88	17.365,09
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	(1.581,16)	(7.140,24)	(2.966,53)
% sobre responsabilidades	-1,10%	-3,79%	-1,59%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	1.581,16	3.132,34	37.972,00
% sobre ativos	1,10%	1,52%	18,61%

MAIS DE
/ 5,8
MILHÕES DE EUROS
**RESULTADO POSITIVO
DO EXERCÍCIO DE 2020**

/ 0,89 €
RESULTADO POR AÇÃO

/29

RENDIMENTOS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e rendas de edifícios de rendimento, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros				
2020				
Rendimentos/Réditos	Técnicos		Não Técnicos	Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.803.401,55	-	-	3.803.401,55
de juros de títulos de dívida	3.275.802,36	-	-	3.275.802,36
de dividendos de ações	339.535,26	-	-	339.535,26
de rendimento unidades de participação	42.360,73	-	-	42.360,73
de rendimento custo amortizado	145.703,20	-	-	145.703,20
De ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
de juros de títulos de dívida	-	-	-	-
de rendimento custo amortizado	-	-	-	-
De outros	-	34.702,00	-	34.702,00
de rendas de edifícios de rendimento	-	34.702,00	-	34.702,00
Total	3.803.401,55	34.702,00	-	3.838.103,55

Euros				
2019				
Rendimentos/Réditos	Técnicos		Não Técnicos	Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.334.643,04	-	-	4.334.643,04
de juros de títulos de dívida	3.573.364,30	-	-	3.573.364,30
de dividendos de ações	586.100,42	-	-	586.100,42
de rendimento unidades de participação	32.167,68	-	-	32.167,68
de rendimento custo amortizado	143.010,64	-	-	143.010,64
De ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
de juros de títulos de dívida	-	-	-	-
de rendimento custo amortizado	-	-	-	-
De outros	-	38.929,00	-	38.929,00
de rendas de edifícios de rendimento	-	38.929,00	-	38.929,00
Total	4.334.643,04	38.929,00	-	4.373.572,04



/30

GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros			
2020			
Gastos Financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	687.423,65	-	687.423,65
Gasto custo amortizado	-	399.628,73	399.628,73
Total	687.423,65	399.628,73	1.087.052,38

Euros			
2019			
Gastos Financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	636.849,64	-	636.849,64
Gasto custo amortizado	-	620.095,18	620.095,18
Total	636.849,64	620.095,18	1.256.944,82

/31

GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2020			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos disponíveis para venda	2.980.825,29	2.227.084,82	753.740,47
de títulos de dívida	1.527.835,98	500.707,83	1.027.128,15
de ações	1.283.995,63	1.697.284,98	(413.289,35)
de fundos de investimento	168.993,68	29.092,01	139.901,67
De outros	-	-	-
de imóveis	-	-	-
Total	2.980.825,29	2.227.084,82	753.740,47

Euros			
2019			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos disponíveis para venda	2.084.036,14	737.069,83	1.346.966,31
de títulos de dívida	931.186,55	109.135,81	822.050,74
de ações	966.789,63	613.554,63	353.235,00
de fundos de investimento	186.059,96	14.379,39	171.680,57
De outros	-	-	-
de imóveis	-	-	-
Total	2.084.036,14	737.069,83	1.346.966,31



/32

**PERDAS DE IMPARIDADE
(LÍQUIDAS DE REVERSÃO)**

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

Euros					
2020					
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.511.301,20	-	-	-	1.511.301,20
Imparidade de edifícios de rendimento	112.702,32	-	-	-	112.702,32
Total	1.624.003,52	-	-	-	1.624.003,52

Euros					
2019					
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.431.061,07	80.240,13	-	-	1.511.301,20
Imparidade de edifícios de rendimento	112.702,32	-	-	-	112.702,32
Total	1.543.763,39	80.240,13	-	-	1.624.003,52



/33

OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS
TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2020 e de 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	Operações gerais	
	2020	2019
Outros Rendimentos/Gastos técnicos, líquidos de resseguro		
Outros gastos técnicos	(342.581,85)	(142.231,72)
Comissões de gestão de cosseguro	(15.887,55)	(22.714,93)
Outros	(326.694,30)	(119.516,79)
Outros rendimentos técnicos	50.922,41	164.073,12
Outros	50.922,41	164.073,12
Total	(291.659,44)	21.841,40

/34

AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES
(VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2020 e de 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	Operações gerais	
	2020	2019
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	(135.209,67)	(249.223,06)
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(4.980,25)	(296,05)
Total	(140.189,92)	(249.519,11)

/35

OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Nos exercícios de 2020 e de 2019, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

MAIS DE
/ **242**
MIL EUROS
EM OUTROS RENDIMENTOS
E GASTOS EM 2020

Conceito	Euros	
	Operações Gerais	
	2020	2019
Outros Rendimentos/Gastos		
Outros gastos	(286.973,46)	(279.506,11)
Gastos e perdas não correntes	(280.617,69)	(272.608,37)
Donativos	(5.000,00)	(10.100,00)
Ofertas a clientes	(93.453,60)	(58.610,52)
Multas e penalidades	(2.573,36)	(12.726,01)
Quotizações diversas	(214,36)	(246,22)
Outros gastos	(179.376,37)	(190.925,62)
Gastos e perdas financeiras	(6.355,77)	(6.890,12)
Juros suportados	275,00	140,05
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.902,40)	(2.672,43)
Outros gastos e perdas financeiras	(4.728,37)	(4.357,74)
Perdas em outros ativos tangíveis	-	(7,62)
Outros rendimentos	529.235,61	617.249,36
Rendimentos e ganhos não correntes	50.803,92	202.900,85
Restituição de impostos	-	38.809,15
Outros	50.803,92	164.091,70
Rendimentos e ganhos financeiros	118.969,93	122.343,16
Juros de acordos	21.110,24	6.228,94
Juros compensatórios	-	1.145,40
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	97.859,69	114.968,82
Outros	359.461,76	292.005,35
Total	242.262,15	337.743,25



/36

RELATO POR SEGMENTOS

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2020 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2020			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
13,4%	45,8%	29,7%	11,1%
2019			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
15,4%	46,2%	27,2%	11,2%

*Para efeitos de gestão, a **Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.***

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros

2020					
Conceito	Seguro Direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	27.655.248,58	1.533.961,07	13.663.840,17	10.201.949,58	2.255.497,76
Provisão p/ sinistros	119.161.088,43	53.106.868,71	30.460.744,82	26.914.026,98	8.679.447,92
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.849.539,45	-	-	1.767.828,81	1.081.710,64
Provisão p/ riscos em curso	354.686,88	-	-	155.068,38	199.618,50
Total	150.020.563,34	54.640.829,78	44.124.584,99	39.038.873,75	12.216.274,82

Euros

2019					
Conceito	Seguro Direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	25.487.568,87	1.584.622,59	13.384.971,66	8.434.340,97	2.083.633,65
Provisão p/ sinistros	107.623.616,01	52.635.213,18	30.033.559,02	13.901.914,35	11.052.929,46
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.921.226,27	-	-	1.552.543,18	1.368.683,09
Provisão p/ riscos em curso	183.028,12	-	-	-	183.028,12
Total	136.215.439,27	54.219.835,77	43.418.530,68	23.888.798,50	14.688.274,32



97



Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

	Euros				
	2020				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	66.150.441,45	13.365.754,91	40.691.895,43	6.645.130,14	5.447.660,97
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	39.968.917,51	8.976.954,58	24.352.058,40	5.099.230,04	1.540.674,49
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	99.971,94	-	-	370.354,01	(270.382,07)
Custos e gastos de exploração líquidos	21.391.792,44	3.696.029,46	13.247.402,27	2.787.949,70	1.660.411,01
Rendimentos	3.838.103,55	2.253.484,05	1.289.630,88	158.493,71	136.494,91
Gastos financeiros	1.087.052,38	287.704,83	563.627,12	144.490,63	91.229,80
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	753.740,47	-	620.671,57	72.794,78	60.274,12
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(291.659,44)	(48.027,33)	(158.736,56)	(54.428,54)	(30.467,01)
Resultado Técnico	7.902.891,76	2.610.522,76	4.280.373,53	(1.580.034,29)	2.592.029,76
Rendimentos	-				
Gastos financeiros	-				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-				
Outras provisões (variação)	(140.189,92)				
Outros rendimentos/gastos	242.262,15				
Resultado Não Técnico	382.452,07				
Resultado Antes de Impostos	8.285.343,83				
Imposto s/ rendimento do exercício - Impostos correntes	2.406.215,15				
Imposto s/ rendimento do exercício - Impostos diferidos	-				
Resultado Líquido do Exercício	5.879.128,68				

	2019				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	66.540.737,95	14.744.711,76	39.891.344,60	6.208.553,68	5.696.127,91
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	44.168.793,61	10.515.851,76	27.137.340,25	4.116.247,63	2.399.353,97
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(549.607,55)	-	(312.021,65)	(30.440,12)	(207.145,78)
Custos e gastos de exploração líquidos	20.452.420,67	3.867.355,59	12.562.885,45	2.324.079,42	1.698.100,21
Rendimentos	4.373.572,04	2.245.830,58	1.752.366,79	197.982,81	177.391,86
Gastos financeiros	1.256.944,82	277.622,45	732.115,53	139.381,63	107.825,21
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.346.966,31	-	1.107.421,28	127.184,22	112.360,81
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	80.240,13	-	65.799,82	7.745,71	6.694,60
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	21.841,40	6.962,39	(10.258,47)	(10.283,25)	35.420,73
Resultado Técnico	6.874.326,02	2.336.674,93	2.554.754,80	(33.576,81)	2.016.473,10
Rendimentos	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outras provisões (variação)	(249.519,11)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	337.743,25	-	-	-	-
Resultado Não Técnico	587.262,36	-	-	-	-
Resultado Antes de Impostos	7.461.588,38	-	-	-	-
Imposto s/ rendimento do exercício - Impostos correntes	1.965.140,05	-	-	-	-
Imposto s/ rendimento do exercício - Impostos diferidos	(18.054,03)	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	5.514.502,36	-	-	-	-

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.



/37

ENTIDADES
RELACIONADAS/37.1. INFORMAÇÃO
SOBRE A EMPRESA-MÃE
E SOBRE A EMPRESA-MÃE
DO TOPO DO GRUPO /

A MAPFRE foi constituída em 1933 como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade holding, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e a **maior multinacional seguradora na América Latina**. É **um dos 15 maiores grupos europeus** em volume de negócio.

No seu conjunto, a MAPFRE conta atualmente com mais de **30 milhões de clientes, 33.000 empregados, 5.000 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **82.000 intermediários**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.



/37.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS /

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

/37.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO /

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.; MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA; VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A..
António Luís de Azevedo Portela	BIAL, S.A.
Andrés Jiménez Herradón	
Antonio Nuñez Tovar	MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA, MAPFRE INTERNACIONAL, MAPFRE PERU, CORPORACIÓN FUNERARIA, MAPFRE PERU VIDA
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKIA MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.; SANTADER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.
Juan Fernández Palacios	BANKIA MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; BANKINTER SEGUROS GENERALES S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS; BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS; CCM VIDA Y PENSIONES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.
Miguel Pedro Caetano Ramos	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.; TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.; IBERICAR (RETAIL ESPANHA); CAETANO RETAIL (RETAIL PORTUGAL); SC AUTO AFRICA; SC INDÚSTRIA; GLOBAL WATT.

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.



/37.4. OPERAÇÕES OCORRIDAS E SALDOS ENTRE AS ENTIDADES RELACIONADAS /

As operações gerais, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros			
	Gastos		Rendimentos	
	2020	2019	2020	2019
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	1.511.572,73	1.187.438,20	379.774,58	405.606,65
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	101.773,50	102.520,40	-	1.800,00
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	254.213,02	274.015,62	-	-
Total	1.867.559,25	1.563.974,22	379.774,58	407.406,65

Conceito	Euros	
	Operações gerais	
	2020	2019
Saldos a receber e a pagar	7.655.400,55	540.679,99
Depósitos	49.711,08	1.522.471,56
Total	7.705.111,63	2.063.151,55

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros	
	Resseguro cedido	
	2020	2019
Prémios	29.902.763,71	26.187.472,10
Sinistros recebidos	13.741.096,87	9.289.154,69
Variação de provisões técnicas	11.295.208,13	5.032.143,93
Comissões	2.382.391,78	2.197.235,12
Juros sobre depósitos	398,50	405,27

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros	
	Resseguro cedido	
	2020	2019
Saldos a receber e a pagar	(1.701.691,19)	(1.739.066,08)
Depósitos recebidos de resseguradores	(11.022,66)	(10.855,08)
Provisões técnicas	43.589.889,31	30.435.095,83
Total	41.877.175,46	28.685.174,67

Euros

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2020			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balanço	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões Técnicas
EM PORTUGAL											
MAPFRE - SEGUROS DE VIDA	Seguradora/Segurado									171.419,83	48.734,95
	Outros Custos/Proveitos										11.817,94
	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente		7.016.855,64								
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										34.155,82
	Resseguradora			(358.412,86)	3.595.549,02	14.999,84	2.253.611,49	0,00	1.437.962,63		
	Proprietário/Arrendatário										20.438,46
	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente		14.176,11								
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/Segurado										14.883,41
	Outros Custos/Proveitos									364,80	
	Proprietário/Arrendatário		(8.475,57)							101.773,50	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										8.230,01
	Outros Custos/Proveitos		4.005,58								
	Prestação Serviços Assistência/Apoio Telefónico Sim24									22.538,81	
MAPFRE RE	Seguradora/Segurado										3.337,01
	Outros Custos/Proveitos		0,00								3.983,03
	Resseguradora			(12.102,95)	107.510,53	27.496,65	39.141,29	0,00	147.087,38		



Euros

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2020			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balço	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões Técnicas
EM ESPANHA											
SOLUNION SEGUROS	Resseguradora			3.974,25	0,00	0,00	5.774,52	0,00	10.446,79		
MAPFRE VIDA	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente		0,00								
MAPFRE INVERSION	Prestação Serviços de Administração e Depósito dos Investimentos Financeiros	49.711,08	0,00							19.130,24	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação Serviços de Gestão dos Investimentos Financeiros		0,00							235.082,78	
MAPFRE ESPAÑA	Regul.de Sinistros Pag/Reembolsos em Portugal, de Conta da Mapfre España		629.668,67								234.193,95
	Resseguradora			(168.923,28)	1.853.849,21	35.792,45	1.236.136,48	0,00	5.786.359,66		
MAPFRE RE	Resseguradora	(11.022,15)		(1.166.226,35)	24.345.854,95	2.304.102,84	21.501.641,21	398,50	36.208.032,85		
	Outros Custos/Proveitos		(41.235,44)								
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização Estudos Atuariais									1.230,00	
MAPFRE SA	Prestação Serviços no Ambito da Formação		42.888,29							9.222,45	
	Outros Custos/Proveitos									262.177,67	
MAPFRE TECH	Prestação Serviços no Ambito Informatico		(2.644,54)							1.031.479,89	
CESVIMAP	Prestação Serviços no Ambito da Formação		161,81							13.139,28	
MAPFRE SEGUROS DE EMPRESA	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente		0,00								
Total		38.688,93	7.655.400,55	(1.701.691,19)	29.902.763,71	2.382.391,78	25.036.305,00	398,50	43.589.889,31	1.867.559,25	379 774,58



/38

DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

/38.1. ANÁLISES DE SENSIBILIDADE, CONCENTRAÇÃO E SINISTROS EFETIVOS/ESTIMADOS SOBRE O RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS /

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de um ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Euros			
	Antes de Resseguro		Após Resseguro	
	2020	2019	2020	2019
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	978.803,45	949.199,54	661.504,41	665.407,38
Índice de volatilidade do rácio combinado	6,3%	6,9%	8,6%	8,0%

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos a seguir o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros	
2020	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	5.410.313,41
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	(6.925.173,28)

Euros	
2019	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	5.158.674,66
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(6.594.352,92)

c) Alteração da longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros	
2020	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(807.885,86)
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	742.697,41

Euros	
2019	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(730.088,56)
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	672.959,21

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros					
2020					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	13.493.379,26	46.057.755,52	29.842.248,08	11.151.825,00	100.545.207,86
Prémios de resseguro cedido	168.161,96	5.001.523,82	22.954.696,91	5.673.717,41	33.798.100,10
% Média de retenção	99%	89%	23%	49%	66%

Euros					
2019					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	14.939.871,17	44.866.952,49	26.403.108,69	10.872.468,14	97.082.400,49
Prémios de resseguro cedido	162.140,28	4.538.895,53	19.778.461,56	5.171.704,88	29.651.202,25
% Média de retenção	99%	90%	25%	52%	69%

2020									
Contratos de Resseguro		Automóvel	Incêndio e outros danos	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Transportes	Resp. Civil	Doença	Caução
Proporcional	Quota-parte	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	Excedente		✓			✓			
	Facultativo		✓		✓	✓	✓	✓	✓
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Facultativo				✓	✓	✓		

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.



e) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Euros

2020								
Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência								
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2015 e antes	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74	5.049.361,40	3.869.738,89	3.815.948,45	21.854.901,48	
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11	61.578.772,18	63.178.947,56	64.349.053,77	69.993.734,90	
	Total custo	68.671.997,97	66.427.108,85	66.628.133,58	67.048.686,45	68.165.002,22	91.848.636,38	
2016	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43	5.606.871,92	4.471.889,61	3.694.999,89		
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73	55.532.939,28	57.615.331,06	58.666.493,97		
	Total custo	63.243.718,07	61.305.999,16	61.139.811,20	62.087.220,67	62.361.493,86		
2017	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80	6.319.433,96	5.825.047,22			
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96	47.866.436,48	49.420.759,60			
	Total custo	57.244.444,94	53.562.491,76	54.185.870,44	55.245.806,82			
2018	Provisão pendente	25.907.822,85	10.352.261,30	6.403.856,52				
	Pagos acumulados	26.461.821,07	38.763.365,51	41.691.992,42				
	Total custo	52.369.643,92	49.115.626,81	48.095.848,94				
2019	Provisão pendente	24.735.325,58	14.638.688,86					
	Pagos acumulados	24.362.378,00	38.453.318,27					
	Total custo	49.097.703,58	53.092.007,13					
2020	Provisão pendente	29.649.229,00						
	Pagos acumulados	20.675.240,83						
	Total custo	50.324.469,83						
Conceito		Ano de ocorrência						Total
		2020	2019	2018	2017	2016	2015 e antes	
Provisão p/sinistros de seguro direto - Não Vida *		29.649.229,00	14.638.688,86	6.403.856,52	5.825.047,22	3.694.999,89	21.854.901,48	82.066.722,97

Nota: Os valores apresentados no quadro acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

2019

Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2015 e antes	Provisão pendente	25.955.134,91	7.001.448,81	4.810.830,85	3.885.330,05	3.626.309,63	21.883.162,56
	Pagos acumulados	39.747.108,76	55.481.285,52	58.015.117,55	59.972.574,50	61.207.878,97	66.909.768,48
	Total custo	65.702.243,67	62.482.734,33	62.825.948,40	63.857.904,55	64.834.188,60	88.792.931,04
2016	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74	5.049.361,40	3.869.738,89	3.815.948,45	
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11	61.578.772,18	63.178.947,56	64.349.053,77	
	Total custo	68.671.997,97	66.427.108,85	66.628.133,58	67.048.686,45	68.165.002,22	
2017	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43	5.606.871,92	4.471.889,61		
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73	55.532.939,28	57.615.331,06		
	Total custo	63.243.718,07	61.305.999,16	61.139.811,20	62.087.220,67		
2018	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80	6.319.433,96			
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96	47.866.436,48			
	Total custo	57.244.444,94	53.562.491,76	54.185.870,44			
2019	Provisão pendente	25.907.822,85	10.352.261,30				
	Pagos acumulados	26.461.821,07	38.763.365,51				
	Total custo	52.369.643,92	49.115.626,81				
2020	Provisão pendente	24.735.325,58					
	Pagos acumulados	24.362.378,00					
	Total custo	49 097 703,58					

Conceito	Ano de ocorrência						Total
	2020	2019	2018	2017	2016	2015 e antes	
Provisão p/ sinistros de seguro direto - Não Vida *	29.649.229,00	14.638.688,86	6.403.856,52	5.825.047,22	3.694.999,89	21.854.901,48	82.066.722,97

Nota: Os valores apresentados no quadro acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.



O valor de 37.094.365,46 euros, referente às provisões matemáticas de pensões de Acidentes de Trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros", apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros				
2020				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática - Pensões			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2015 e anteriores	27.390.417,85	-	1.714.838,14	29.105.255,99
2016	2.375.109,11	-	378.427,93	2.753.537,04
2017	875.562,07	-	1.305.447,12	2.181.009,19
2018	322.576,66	-	1.099.204,45	1.421.781,11
2019	33.404,27	-	955.431,56	988.835,83
2020	-	-	643.946,30	643.946,30
Total	30.997.069,96	-	6 097 295,50	37.094.365,46

Euros				
2019				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática - Pensões			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2014 e anteriores	25.332.145,09	-	1.583.793,65	26.915.938,74
2015	1.471.840,44	-	409.379,51	1.881.219,95
2016	1.562.078,40	-	811.875,29	2.373.953,69
2017	615.995,37	-	1.465.597,89	2.081.593,26
2018	154.052,01	-	1.447.036,01	1.601.088,02
2019	18.539,31	-	1.173.261,58	1.191.800,89
Total	29.154.650,62	-	6.890.943,93	36.045.594,55

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 3.389.557,29 euros. No quadro abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros			
2020			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos - Pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2015 e anteriores	1.389.162,14	159.913,49	1.549.075,63
2016	164.451,06	199.968,64	364.419,70
2017	63.186,89	286.590,68	349.777,57
2018	20.379,00	658.311,87	678.690,87
2019	754,11	439.199,56	439.953,67
2020	-	7.639,85	7.639,85
Total	1.637.933,20	1.751.624,09	3.389.557,29

Euros			
2019			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos - Pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2014 e anteriores	1.271.840,11	187.374,28	1.459.214,39
2015	150.494,71	266.621,66	417.116,37
2016	103.264,35	547.550,97	650.815,32
2017	70.297,29	1.268.076,18	1.338.373,47
2018	10.119,85	773.665,93	783.785,78
2019	-	1.927,70	1.927,70
Total	1.606.016,31	3.045.216,72	4.651.233,03



/38.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE CRÉDITO E LIQUIDEZ /

a) Risco de crédito

• Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 45% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 18% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 63% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

• Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. detêm 37% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando se verificam valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

• Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros		
Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2020	2019
Provisão para sinistros	35.265.444,56	23.455.269,25
Dívidas por operações de resseguro cedido	(2.083.029,17)	(2.151.876,07)
Créditos por operações de resseguro cedido	5.635,15	66.100,52
Total posição líquida	33.188.050,54	21.369.493,70

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte.

Do valor total em risco, um montante de 2.327.187,24 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia, e o valor de 11.022,66 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Euros		
Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2020	2019
AAA	-	-
AA	179.333,07	(327,11)
A	32.448.023,37	21.237.910,06
BBB	-	(2 783,01)
BB	-	-
Sem qualificação	560.694,10	134.693,76
Total posição líquida	33.188.050,54	21.369.493,70

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Euros		
Cosseguro	Valor contabilístico	
	2020	2019
Créditos por operações de cosseguro	653.433,44	730.634,37
Dívidas por operações de cosseguro	(792.614,68)	(972.051,53)
Total posição líquida	(139.181,24)	(241.417,16)

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.



Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para Venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 39.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	2020						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para sinistros	33.110.375,51	22.355.557,64	10.340.793,01	6.759.731,22	5.520.422,55	68.245.671,24	146.332.551,17
Acidentes de Trabalho*	8.659.292,32	5.527.287,78	3.341.118,81	2.665.127,72	2.477.762,10	57.607.742,72	80.278.331,45
Outros Seguros	24.451.083,19	16.828.269,86	6.999.674,20	4.094.603,50	3.042.660,45	10.637.928,52	66.054.219,72
Provisão para desvios de sinistralidade						2.849.539,45	2.849.539,45
Provisão para riscos em curso	69.486,65	145.517,30	60.805,72	36.380,42	13.150,65	29.346,14	354.686,88
Dividas por operações de seguro direto	3.999.574,16						3.999.574,16
Dividas por operações de resseguro	2.083.029,17						2.083.029,17
Total posição líquida	39.262.465,49	22.501.074,94	10.401.598,73	6.796.111,64	5.533.573,20	71.124.556,83	155.619.380,83

* Valores apresentados sem desconto

Euros

Conceito	2019						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para sinistros	32.751.976,38	13.362.916,63	8.500.717,25	7.228.631,81	5.392.345,20	67.903.617,58	135.140.204,87
Acidentes de Trabalho*	10.775.766,43	5.210.590,25	3.120.235,43	2.634.290,84	2.304.515,21	56.106.403,82	80.151.801,98
Outros Seguros	21.976.209,95	8.152.326,38	5.380.481,82	4.594.340,97	3.087.830,00	11.797.213,77	54.988.402,89
Provisão para desvios de sinistralidade						2.921.226,27	2.921.226,27
Provisão para riscos em curso	10.613,15	81.854,36	59.298,06	14.620,82	10.758,56	5.883,16	183.028,12
Dividas por operações de seguro direto	4.570.192,77						4.570.192,77
Dividas por operações de resseguro	2.151.876,07						2.151.876,07
Total posição líquida	39.484.658,38	13.444.771,00	8.560.015,31	7.243.252,63	5.403.103,77	70.830.727,02	144.966.528,10

* Valores apresentados sem desconto

/38.3. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES /

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.



/38.4. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS /

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Rácios	2020				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	68,6%	66,3%	62,3%	95,3%	29,7%
Rácio de custos de exploração	25,1%	27,3%	29,0%	18,2%	23,9%
Rácio combinado	93,7%	93,6%	91,3%	113,5%	53,6%
Rácio operacional	90,1%	79,1%	88,4%	113,2%	52,7%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	60,4%	67,2%	59,8%	76,7%	28,3%
Rácio de custos de exploração	32,3%	27,7%	32,6%	42,0%	30,5%
Rácio combinado	92,8%	94,8%	92,4%	118,7%	58,8%
Rácio operacional	87,5%	80,1%	89,1%	117,4%	56,8%

Rácios	2019				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	63,5%	70,5%	68,3%	58,0%	46,0%
Rácio de custos de exploração	24,7%	25,9%	28,4%	17,5%	24,9%
Rácio combinado	88,2%	96,5%	96,7%	75,5%	70,9%
Rácio operacional	83,6%	83,3%	92,1%	74,8%	69,2%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	66,4%	71,3%	68,0%	66,3%	42,1%
Rácio de custos de exploração	30,7%	26,2%	31,5%	37,4%	29,8%
Rácio combinado	97,1%	97,5%	99,5%	103,7%	71,9%
Rácio operacional	90,5%	84,2%	94,4%	100,9%	68,9%

/38.5. MONTANTES RECUPERÁVEIS /

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconhece no ativo, conforme Nota 11, os saldos a recuperar de congêneres relativos aos sinistros de Acidentes de Trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

No entanto, não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).



/39

DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

/39.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS /

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo, e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;

- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios

de diversificação por sectores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

/39.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS /

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:



Euros

2020				
Classificação creditícia das emissões	Justo Valor			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	219.117,99	-	-	219.117,99
AA	208.081,87	3.715.104,29	687.787,97	4.610.974,13
A	82.530.330,14	6.228.156,46	4.749.375,30	93.507.861,90
BBB	15.899.003,32	6.141.162,54	12.443.849,77	34.484.015,63
BB ou menor	-	-	525.924,45	525.924,45
Sem classificação	-	-	1.019.159,90	1.019.159,90
Total	98.856.533,32	16.084.423,29	19.426.097,39	134.367.054,00

Euros

2019				
Classificação creditícia das emissões	Justo Valor			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	704.519,24	4.045.263,79	834.419,98	5.584.203,01
A	89.564.451,58	6.838.217,24	1.469.604,24	97.872.273,06
BBB	16.560.329,80	11.438.785,00	11.605.833,30	39.604.948,10
BB ou menor	-	-	-	-
Sem classificação	-	99.031,49	1.137.546,40	1.236.577,89
Total	106.829.300,62	22.421.297,52	15.047.403,92	144.298.002,06

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

2020				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	5.652.141,65	12.683.695,02	134.367.054,00	152.702.890,67
Franco Suíço	449.136,02	-	-	449.136,02
Dólares	-	-	-	-
Libras	55.849,05	-	-	55.849,05
Total	6.157.126,72	12.683.695,02	134.367.054,00	153.207.875,74

Euros

2019				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	11.784.569,01	9.083.215,75	144.298.002,06	165.165.786,82
Franco Suíço	613.432,15	-	-	613.432,15
Dólares	-	-	-	-
Libras	101.218,31	-	-	101.218,31
Total	12.499.219,47	9.083.215,75	144.298.002,06	165.880.437,28



c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros									
2020									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	134.367.054,00	2.886.347,48	3.292.427,11	12.328.957,35	3.536.201,60	9.140.292,25	103.182.828,21	2,7978	10,3717
Total	134.367.054,00	2.886.347,48	3.292.427,11	12.328.957,35	3.536.201,60	9.140.292,25	103.182.828,21	-	-

Euros									
2019									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	144.298.002,06	4.062.997,80	4.375.911,25	8.450.113,51	14.893.920,98	5.250.195,72	107.264.862,80	2,7138	10,1707
Total	144.298.002,06	4.062.997,80	4.375.911,25	8.450.113,51	14.893.920,98	5.250.195,72	107.264.862,80	-	-



No quadro que se segue, mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

	Euros	
	2020	2019
Capital próprio		
Capital próprio	100.508.766,58	92.538.549,29
Aumento de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(10.800.465,85)	(11.373.994,86)
Capital próprio após o impacto	89.708.300,73	81.164.554,43
Diminuição de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	10.800.465,85	11.373.994,86
Capital próprio após o impacto	111.309.232,43	103.912.544,15

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

	Euros	
	2020	
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	18.840.821,74	8.236.000,00
Total	18.840.821,74	8.236.000,00

	Euros	
	2019	
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	21.582.435,22	5.135.000,00
Total	21.582.435,22	5.135.000,00

d) Risco de concentração

A Companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

	Euros	
	2020	2019
Setor de Atividade		
Dívida Pública e Outros Emissores Públicos	98.856.533,32	106.829.300,62
Instituições Financeiras	29.507.888,63	33.569.180,51
Industriais	9.848.200,87	4.833.176,11
Energia & Meio Ambiente	5.374.881,35	6.112.368,18
Comunicações	3.503.013,88	5.750.403,61
Tecnológicas	1.780.750,70	434.121,66
Petrolíferas	1.152.809,64	2.797.948,14
Construção	1.059.467,81	1.569.942,64
Imobiliário	1.029.686,09	1.750.497,93
Distribuição	561.486,75	557.356,90
Consultadoria	357.191,43	0,00
Investigação e Desenvolvimento	117.847,80	127.064,82
Transportes	58.117,47	1.549.076,16
Total	153.207.875,74	165.880.437,28



e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente essencialmente no primeiro ano e no segundo ano, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

Euros								
2020								
Conceito	Seguro direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.412.309,93	-	-	-	-	-	-	8.412.309,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.225.778,40	6.551.305,32	14.224.854,29	6.204.629,11	10.693.933,59	97.882.076,89	18.840.821,74	160.623.399,34
Invest. em filiais, associa. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	35.400.000,00	35.400.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	8.035.215,51	-	-	-	-	-	-	8.035.215,51
Contas a receber p/ operações de resseguro	5.635,15	-	-	-	-	-	-	5.635,15
Total ativo	22.678.938,99	6.551.305,32	14.224.854,29	6.204.629,11	10.693.933,59	97.882.076,89	54.240.821,74	212.476.559,93
Passivo								
Provisão para sinistros	33.110.375,51	22.355.557,64	10.340.793,01	6.759.731,22	5.520.422,55	68.245.671,24	-	146.332.551,17
Acidentes de Trabalho *	8.659.292,32	5.527.287,78	3.341.118,81	2.665.127,72	2.477.762,10	57.607.742,72	-	80.278.331,45
Outros seguros	24.451.083,19	16.828.269,86	6.999.674,20	4.094.603,50	3.042.660,45	10.637.928,52	-	66.054.219,72
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	2.849.539,45	-	2.849.539,45
Provisão para riscos em curso	69.486,65	145.517,30	60.805,72	36.380,42	13.150,65	29.346,14	-	354.686,88
Dividas por operações de seguro direto	3.999.574,16	-	-	-	-	-	-	3.999.574,16
Dividas por operações de resseguro	2.083.029,17	-	-	-	-	-	-	2.083.029,17
Total passivo	39.262.465,49	22.501.074,94	10.401.598,73	6.796.111,64	5.533.573,20	71.124.556,83	-	155.619.380,83
Total ativo-passivo	(16.583.526,50)	(15.949.769,62)	3.823.255,56	(591.482,53)	5.160.360,39	26.757.520,06	54.240.821,74	56.857.179,10

* Valores apresentados sem desconto

Conceito	2019							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.808.485,37	-	-	-	-	-	-	4.808.485,37
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.727.633,89	7.752.502,30	11.682.473,43	16.484.073,39	8.008.634,77	108.475.824,86	21.582.435,22	181.713.577,86
Invest. em filiais, associa. e empreend. conjuntos	0,00	-	-	-	-	-	21.000.000,00	21.000.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	9.868.717,89	-	-	-	-	-	-	9.868.717,89
Contas a receber p/ operações de resseguro	66.100,52	-	-	-	-	-	-	66.100,52
Total ativo	22.470.937,67	7.752.502,30	11.682.473,43	16.484.073,39	8.008.634,77	108.475.824,86	42.582.435,22	217.456.881,64
Passivo								
Provisão para sinistros	32.751.976,38	13.362.916,63	8.500.717,25	7.228.631,81	5.392.345,20	67.903.617,58	-	135.140.204,87
Acidentes de Trabalho *	10.775.766,43	5.210.590,25	3.120.235,43	2.634.290,84	2.304.515,21	56.106.403,82	-	80.151.801,98
Outros seguros	21.976.209,95	8.152.326,38	5.380.481,82	4.594.340,97	3.087.830,00	11.797.213,77	-	54.988.402,89
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	2.921.226,27	-	2.921.226,27
Provisão para riscos em curso	10.613,15	81.854,36	59.298,06	14.620,82	10.758,56	5.883,16	-	183.028,12
Dividas por operações de seguro direto	4.570.192,77	-	-	-	-	-	-	4.570.192,77
Dividas por operações de resseguro	2.151.876,07	-	-	-	-	-	-	2.151.876,07
Total passivo	39.484.658,38	13.444.771,00	8.560.015,31	7.243.252,63	5.403.103,77	70.830.727,02	-	144.966.528,10
Total ativo-passivo	(17.013.720,71)	(5.692.268,70)	3.122.458,12	9.240.820,76	2.605.531,00	37.645.097,84	42.582.435,22	72.490.353,54

* Valores apresentados sem desconto

/40

DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

/40.1. OBJETIVOS, POLÍTICAS, PROCESSOS E MÉTODOS DE GESTÃO DOS RISCOS /

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o *Código de Bom Governo*, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área de Controlo garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se

revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.



O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o "rating A" da Standard & Poors;

- controlo automático dos cúmulos de risco; e
- minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- o **manual de subscrição** contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- o **manual de resseguro** contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- o **manual de sinistros**, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas,

contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- **Comissão de Gestão de Riscos e Solvência**, que deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- **Comissão Crescimento Todos os Canais**, na qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- **Comissão Reequilíbrio Técnico**, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- **Comissão de Operações**, que realiza o seguimento de projetos de adequação do *Back Office*, dos seus processos e do seu modelo de governação;



- **Comissão Estratégica de Tecnologias**, a qual analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- **Comissão de Segurança e Meio Ambiente** a qual define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- **Grupo de Trabalho de Alterações**, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2020.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

/40.2. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO /

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- **A quantificação global da exposição aos riscos**

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo standard de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

- **A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos**

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

- **O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos**

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

- **A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização**

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

- **Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional**

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidade dos riscos operacionais apurados em 2020, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2020	2019
Geral	63,10	62,40
Desenvolvimento de produtos	60,71	61,19
Emissão	65,31	64,65
Sinistros	61,33	58,53
Gestão Administrativa	57,11	58,01
Atividades Comerciais	63,16	62,78
Recursos Humanos	44,85	66,84
Comissões	60,85	62,64
Cosseguro/Resseguro	68,94	69,32
Provisões Técnicas	48,25	54,30
Investimentos	66,83	57,16
Sistemas Tecnológicos	69,98	64,29
Atendimento ao Cliente	65,61	63,54

/40.3. GESTÃO DO RISCO DE PANDEMIA POR COVID-19/

Durante este ano em que convivemos com a pandemia desencadeada pela COVID-19, subemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a elevada solvência da empresa, permitiu e permitirá, encarar com uma certa tranquilidade os cenários de *stress* que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Durante este ano em que convivemos com a pandemia desencadeada pelo COVID-19, subemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados.



/41

ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

A Companhia detém, no final de 2020, o valor de 20.929,51 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros.

Adicionalmente, tal como mencionado na Nota 38.2., a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.327.187,24 euros.

/42

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Nada a divulgar.

/43

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

/43.1. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE ENTRARAM EM VIGOR E QUE A MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. APLICOU NA ELABORAÇÃO DAS SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS /

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visou atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tinha data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 - com adoção antecipada permitida - para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Definição de Materialidade (alterações à IAS 1 e IAS 8)

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar as empresas a fazer julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em (a) substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”; (b) incluir o conceito de “ocultação” juntamente com os conceitos de “omissão” e “distorção” de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata.”

As alterações foram efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podiam ser aplicadas antecipadamente.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do *benchmark* da taxa de juro. As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro como o item coberto numa cobertura

de fluxo de caixa, a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do *benchmark* de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflète as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis. As alterações tinham uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.



Definição de negócio (alterações à IFRS 3 Concentração de Negócios)

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar *outputs*. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode se qualificar como um negócio sem incluir todos os *inputs* e processos necessários para criar *outputs*, ou incluindo os próprios *outputs*, substituindo o termo "capacidade de criar *outputs*" por "capacidade de contribuir para a criação de *outputs*".

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir *inputs* ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo *outputs*. As alterações concentram-se em se os *inputs* adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte anual com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

/43.2. NORMAS CONTABILÍSTICAS E/OU INTERPRETAÇÕES, ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA, MAS QUE A MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. DECIDIU OPTAR PELA NÃO APLICAÇÃO ANTECIPADA NA ELABORAÇÃO DAS SUAS DEMONSTRAÇÕES /

COVID-19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu "COVID-19 – Concessões de rendas", que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a COVID-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.

Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juro – Fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros - Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ("reforma do IBOR").

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, com aplicação antecipada permitida.



A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados

embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu



Em 2020, o ramo Incêndio e Outros Danos registou um ótimo desempenho, com um crescimento de 13%, praticamente em linha com o do ano anterior e quase 9 pontos mais do que o mercado, performance esta que tem sido possível dada a boa evolução do canal de distribuição Banca e Acordos e de alguns negócios especiais de clientes globais do Grupo MAPFRE.

reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

/43.3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO EFETIVAS PARA A MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. /

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a *performance* dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser

aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito

à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRS: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023.

Lisboa, 10 de março de 2021

Filipe Tempero
Contabilista Certificado



/O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO /

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador Delegado)

Andrés Jiménez Herradón
(Vogal)
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Antonio Nuñez Tovar
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

/O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO /

Pedro Ribeiro e Silva

/ANEXOS /

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anexo 1.1. | 31.12.2020

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.1. - Títulos nacionais								
1.1.1. - Partes de capital em filiais								
	MAPFRE - SEGUROS DE VIDA, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL, S.A.	750.150			19,20	14.400.000,00	19,20	14.400.000,00
1.1.2. - Partes de capital em associadas								
1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
1.1.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
1.1.9. - Outros títulos em filiais								
1.1.10. - Outros títulos em associadas								
1.1.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
subtotal								
subtotal 1.1.		4.950.150				35.400.000,00		35.400.000,00
1.2. - Títulos estrangeiros								
1.2.1. - Partes de capital em filiais								
1.2.2. - Partes de capital em associadas								
1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
subtotal								
1.2.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
subtotal								
1.2.9. - Outros títulos em filiais								
1.2.10. - Outros títulos em associadas								

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	subtotal							
	subtotal 1.2.							
	total 1	4.950.150		0,00		35.400.000,00		35.400.000,00
	2. - OUTROS							
	2.1. - Títulos nacionais							
	2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. - Ações							
	subtotal							
	2.1.1.2. - Títulos de participação							
	subtotal							
	2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
	subtotal							
	2.1.1.4. - Outros							
	subtotal							
	subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. - Títulos de dívida							
	2.1.2.1. - De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	131,09	8.094.901,78
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		4.400.000,00	110,03		4.841.201,54	116,68	5.134.074,82
	subtotal		10.575.000,00			10.964.824,99		13.228.976,60
	2.1.2.2. - De outros emissores públicos							
	subtotal							
	2.1.2.3. - De outros emissores							
	subtotal							
	subtotal 2.1.2.		0 10.575.000,00			10.964.824,99		13.228.976,60
	subtotal 2.1.		0 10.575.000,00			10.964.824,99		13.228.976,60
	2.2. - Títulos estrangeiros							
	2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. - Ações							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	1.764			111,19	196.147,25	134,25	236.817,00
NL0000235190	AIRBUS SE	1.288			75,43	97.149,62	89,78	115.636,64
DE0008404005	ALLIANZ SE	812			184,60	149.894,21	200,70	162.968,40
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	1.184			56,54	66.945,43	59,56	70.519,04

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1.800			67,75	121.954,17	57,01	102.618,00
NL0010273215	ASML HOLDING NV	711			239,36	170.187,29	397,55	282.658,05
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	26.275			4,07	106.950,48	4,03	106.019,62
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	39.443			1,49	58.887,54	2,54	100.106,33
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	3.397			47,57	161.587,64	43,10	146.427,68
FR0000120644	DANONE S.A.	4.911			63,78	313.200,62	53,76	264.015,36
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	1.435			40,66	58.348,33	40,50	58.117,50
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	12.650			15,12	191.242,23	14,96	189.180,75
DE000ENAG999	E.ON SE	6.459			8,09	52.237,08	9,06	58.544,37
IT0003128367	ENEL SPA	30.407			7,02	213.550,58	8,28	251.648,33
FR0010208488	ENGIE S.A.	8.248			13,31	109.776,27	12,52	103.264,96
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	5.496			20,68	113.683,71	22,60	124.209,60
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	3.718			17,53	65.175,94	15,02	55.849,05
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	4.935			24,65	121.659,58	23,88	117.847,80
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	28.693			8,37	240.056,70	11,70	335.708,10
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	8.648			25,37	219.367,41	26,04	225.193,92
NL0011821202	ING GROEP N.V.	10.408			7,23	75.274,18	7,64	79.527,52
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	29.712			2,06	61.265,97	1,91	56.827,17
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	2.400			37,59	90.221,22	43,78	105.072,00
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	414			335,96	139.086,97	510,90	211.512,60
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	362			172,76	62.540,30	242,80	87.893,60
CH0038863350	NESTLE S.A.	1.274			92,09	117.327,73	96,40	122.808,47
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.870			70,36	131.564,92	77,34	144.626,78
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			0,96	288.604,39	1,02	306.000,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	9.836			12,87	126.563,03	9,73	95.743,62
ES0173516115	REPSOL S.A.	13.005			8,06	104.819,23	8,25	107.291,25
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	636			242,61	154.299,16	285,69	181.700,77
FR0000073272	SAFRAN S.A.	1.025			133,08	136.407,63	115,95	118.848,75
FR0000120578	SANOFI	2.174			72,98	158.665,50	78,70	171.093,80
DE0007164600	SAP SE	1.125			93,56	105.253,61	107,22	120.622,50
DE0007236101	SIEMENS AG	1.568			112,49	176.379,73	117,52	184.271,36
IT0003153415	SNAM SPA	24.372			4,49	109.395,56	4,60	112.135,57
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	23.570			2,93	68.962,76	3,25	76.484,65
FR0000120271	TOTAL S.A.	7.027			44,19	310.542,01	35,30	248.053,10
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	2.946			42,92	126.446,46	49,57	146.018,49

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0000125486	VINCI S.A.	1.328			76,90	102.119,54	81,36	108.046,08
FR0000127771	VIVENDI SA	10.053			21,24	213.479,90	26,38	265.198,14
	subtotal	637.379				5.687.221,88		6.157.126,72
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	subtotal							
	2.2.2.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICICIL	81			992,95	80.000,00	978,03	78.797,57
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REA	249.825			1,11	277.983,54	1,00	249.965,89
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	429.815			1,00	429.916,63	1,03	442.500,97
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.622			123,27	200.000,00	126,69	205.561,76
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	103.682			12,46	1.292.033,27	14,74	1.528.313,44
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	16.687			65,92	1.100.000,00	70,31	1.173.208,47
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PR	26.677			1,00	26.677,00	0,91	24.202,76
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	69.149			1,00	69.149,24	1,87	129.433,51
LU0955863252	INVESCO JAPANESE EQUITY ADVANT	23.742			21,06	500.000,00	22,78	540.835,69
LU1691783135	MAPFRE AM - GLOBAL BOND I EUR	70.076			10,00	700.585,62	10,03	702.722,16
LU1509934235	MAPFRE AM - GOOD GOVERNANCE FU	52.002			11,54	600.000,00	12,99	675.455,01
LU1527121039	MAPFRE AM - MULTI ASSET STRATE	351.511			9,96	3.500.000,00	9,72	3.416.691,77
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	17.500			10,00	175.000,00	10,00	175.000,00
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	34.650			10,00	346.500,00	10,00	346.500,00
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MA	1.724			1.001,13	1.725.682,00	999,16	1.722.282,06
LU1857396433	STABLE INCOME EUR.FUND SICAV-R	1.327			981,35	1.302.639,00	958,44	1.272.223,96
	subtotal	1.450.070				12.326.166		12.683.695
	2.2.2.4. - Outros							
	subtotal							
	subtotal 2.2.1.	2.087.449		0,00		18.013.388,18		18.840.821,74
	2.2.2. - Títulos de dívida							
	2.2.2.1. - De dívida pública							
LU2162831981	GRAN DUCADO DE LUXEMBOURG 0 4/2030		100.000,00	101,74		101.740,00	103,84	103.840,59
NL0014555419	PAISES BAJOS 0 7/2030		110.000,00	102,15		112.365,00	104,80	115.277,40
AT0000A2CQD2	REPÚBLICA DE AUSTRIA 0 2/2030		200.000,00	100,65		201.290,00	104,04	208.081,87
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	121,36	2.670.026,72
ES0000012G26	TESORO PÚBLICO 0,8 7/2027		275.000,00	99,70		274.183,25	107,41	295.365,40
ES0000012G00	TESORO PÚBLICO 1 10/2050		350.000,00	100,06		350.210,00	103,83	363.391,26
ES0000012G42	TESORO PÚBLICO 1,2 10/2040		100.000,00	99,09		99.090,00	111,10	111.098,52

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.100.000,00	99,10		3.072.100,00	111,95	3.470.456,93
ES00000128P8	TESORO PÚBLICO 1,5 4/2027		435.000,00	111,24		483.902,70	112,70	490.233,78
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	97,37	1.867.648,83
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	127,34	3.183.389,74
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		2.600.000,00	100,70		2.618.148,00	147,52	3.835.500,58
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	113,11	678.663,58
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	150,50	4.515.147,28
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	114,96	919.686,24
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	181,37	21.945.490,27
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	183,11	5.676.469,29
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		12.515.000,00	147,35		18.440.657,50	198,72	24.869.854,81
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		5.851.000,00	100,04		5.853.398,91	117,53	6.876.794,24
subtotal			51.854.000,00			54.006.161		82.196.417
2.2.2.2. - De outros emissores públicos								
XS155575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022		500.000,00	99,98		499.875,00	101,17	505.852,20
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	131,08	1.048.603,76
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	106,01	1.590.179,27
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	106,11	286.504,16
subtotal			3.070.000,00			3.266.378,60		3.431.139,39
2.2.2.3. - De outros emissores								
XS1883355197	ABBOTT IRELAND FINANCING DAC 1,5 9/2026		600.000,00	105,82		634.920,00	109,17	654.997,72
XS1087831688	ACEA S.P.A. 2,625 7/2024		300.000,00	108,60		325.800,00	110,21	330.628,29
XS1960353388	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE 0,375 3/2021		300.000,00	99,94		299.808,00	100,43	301.287,68
XS2152796269	AIRBUS SE 2 4/2028		100.000,00	99,63		99.627,00	113,40	113.403,74
XS2168307333	AMPHENOL TECHNOLOGIES HOLDING 0,75 5/2026		300.000,00	99,56		298.689,00	104,28	312.852,07
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,491 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,92	302.751,27
XS2023872174	AROUNDTOWN S.A. 0,625 7/2025		500.000,00	98,04		490.195,00	101,99	509.927,16
XS2166219720	ASML HOLDING NV 0,625 5/2029		200.000,00	99,90		199.790,00	105,65	211.292,24
XS2180007549	AT&T INC 1,6 5/2028		1.300.000,00	99,93		1.299.038,00	110,23	1.433.010,84
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	109,78	768.461,51
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	120,12	600.610,95
XS1592168451	BANKINTER S.A. 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	104,13	104.128,93
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	102,67	308.022,07
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	100,00	299.993,32

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1998215393	BAXTER INTERNATIONAL INC 0,4 5/2024		200.000,00	99,48		198.960,00	102,13	204.256,53
XS2051670136	BLACKSTONE PROPERTY PARTNERS E 0,5 9/2023		700.000,00	99,96		699.748,00	101,25	708.767,67
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	106,23	318.691,02
FR0013519048	CAPGEMINI S.E. 0,625 6/2025		300.000,00	99,89		299.661,00	103,36	310.074,59
FR0013507837	CAPGEMINI S.E. 1,25 4/2022		400.000,00	99,79		399.176,00	102,65	410.607,37
FR0013507852	CAPGEMINI S.E. 1,625 4/2026		400.000,00	99,41		397.648,00	109,43	437.708,39
XS2191509038	CARLSBERG BREWERIES AS 0,375 6/2027		400.000,00	99,39		397.552,00	101,92	407.687,93
XS2276734949	CIE AUTOMOTIVE S.A. 100 6/2021		100.000,00	99,77		99.774,26	99,78	99.779,91
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVI 1,6 12/2027		300.000,00	95,76		287.271,61	101,79	305.359,40
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVI 2,373595 3/2029		3.104.287,66	109,21		3.390.234,51	109,75	3.407.082,22
XS2264977146	COCA-COLA EUROPEAN PARTNERS PL 0,2 12/2028		200.000,00	99,53		199.052,00	99,98	199.962,79
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	108,46	271.138,52
XS2169281131	CRH FINLAND SERVICES OYJ 0,875 11/2023		200.000,00	99,71		199.420,00	103,02	206.047,57
ES0305045009	CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024		200.000,00	99,44		198.880,00	105,36	210.718,57
XS2171316859	DANSKE BANK A/S 0,625 5/2025		500.000,00	99,58		497.905,00	103,13	515.657,23
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024		300.000,00	100,00		300.000,00	100,19	300.582,59
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 0,847 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	106,90	1.817.374,09
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031		100.000,00	100,00		100.000,00	105,49	105.494,89
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		240.000,00	100,00		240.000,00	100,21	240.498,90
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028		1.500.000,00	100,00		1.500.000,00	103,57	1.553.482,83
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		2.530.000,00	103,64		2.622.079,35	105,94	2.680.401,68
FR0013504644	ENGIE S.A. 1,375 3/2025		300.000,00	99,67		298.995,00	107,23	321.695,45
XS1419636862	ESSITY AKTIEBOLAG 0,5 5/2021		100.000,00	99,43		99.430,00	100,61	100.613,99
XS2167595672	EUROFINS SCIENTIFIC S.E. 3,75 7/2026		300.000,00	117,00		351.000,00	119,06	357.191,43
XS2001315766	EURONET WORLDWIDE INC 1,375 5/2026		200.000,00	98,58		197.160,00	100,50	200.992,28
FR00140005C6	EUTELSAT S.A. 1,5 10/2028		300.000,00	99,62		298.857,00	102,12	306.354,70
XS2051914963	FCA BANK S.P.A. (IRISH BRANCH) 0,5 9/2024		200.000,00	99,97		199.932,00	101,24	202.487,83
XS2081500907	FCC SERVICIOS MEDIO AMBIENTE H 1,661 12/2026		200.000,00	104,23		208.460,00	105,40	210.808,05
XS1861206636	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028		200.000,00	99,43		198.854,00	113,95	227.892,26
XS2154325562	GRAND CITY PROPERTIES S.A. 1,7 4/2024		200.000,00	98,55		197.090,00	106,88	213.758,93
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		200.000,00	99,88		199.764,00	121,54	243.073,00
XS1809245829	INDRA SISTEMAS S.A. 3 4/2024		400.000,00	99,60		398.400,00	104,53	418.131,91
XS2244936659	INFRASTRUTTURE WIRELESS ITALIA 1,625 10/2028		100.000,00	100,04		100.040,00	103,16	103.158,42
XS2200215213	INFRASTRUTTURE WIRELESS ITALIA 1,875 7/2026		400.000,00	104,28		417.100,00	105,69	422.766,03

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2115091717	INTERNATIONAL BUSINESS MACHINE 0,3 2/2028		200.000,00	99,91		199.820,00	102,11	204.228,44
XS2150006133	JOHN DEERE CASH MANAGEMENT 1,375 4/2024		200.000,00	100,00		200.000,00	106,48	212.959,31
XS1998904921	KKR GROUP FINANCE CO 1,625 5/2029		570.000,00	107,92		615.144,00	110,50	629.852,45
XS2150015555	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE NV 1,75 4/2027		100.000,00	99,44		99.440,00	112,41	112.407,16
XS2149368529	KONINKLIJKE PHILIPS NV 1,375 3/2025		300.000,00	102,80		308.390,00	107,05	321.159,11
FR0013506508	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY 0,75 4/2025		200.000,00	99,72		199.434,00	104,50	208.995,84
XS2265371042	MACQUARIE GROUP LTD 0,35 3/2028		200.000,00	99,80		199.600,00	100,52	201.039,12
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	102,58	718.078,80
XS2151059206	MONDI FINANCE EUROPE GMBH 2,375 4/2028		1.000.000,00	99,51		995.110,00	116,64	1.166.445,90
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING P 3,245 3/2025		300.000,00	100,00		300.000,00	107,85	323.548,12
XS2168625460	PEPSICO INC 0,25 5/2024		400.000,00	99,87		399.460,00	101,73	406.902,08
XS2168625544	PEPSICO INC 0,5 5/2028		200.000,00	100,91		201.820,00	104,01	208.014,50
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		50.000,00	100,28		50.138,50	102,30	51.148,69
XS2154441120	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A. 0,875 4/2025		200.000,00	99,61		199.212,00	104,84	209.671,75
XS2156581394	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE B 2 12/2025		100.000,00	99,97		99.967,00	109,68	109.677,32
XS2170736263	RICHEMONT INTERNATIONAL HOLDIN 1,125 5/2032		200.000,00	99,73		199.464,00	111,94	223.885,67
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	108,71	652.277,94
FR0013505104	SANOFI 1 4/2025		200.000,00	101,08		202.150,00	105,93	211.856,59
XS2176715584	SAP SE 0,125 5/2026		400.000,00	99,38		397.500,00	101,77	407.090,22
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		560.000,00	102,98		576.663,50	103,03	576.943,13
XS2182055181	SIEMENS FINANCIERINGSMAATSCHAP 0,25 6/2024		300.000,00	99,81		299.439,00	101,99	305.963,29
XS2182054887	SIEMENS FINANCIERINGSMAATSCHAP 0,375 6/2026		200.000,00	99,95		199.894,00	103,28	206.565,95
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	116,13	696.761,05
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INV 1,97 9/2028		400.000,00	100,00		400.000,00	107,26	429.020,35
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE BV 1,375 9/2025		200.000,00	99,52		199.034,00	102,33	204.662,84
FR0013505542	SUEZ SA 1,25 4/2027		100.000,00	99,81		99.807,00	108,10	108.096,86
XS2169243479	SWISSCOM FINANCE BV 0,375 11/2028		21.000,00	99,13		20.816,67	103,40	21.713,36
XS2197348324	TAKEDA PHARMACEUTICAL COMPANY 0,75 7/2027		600.000,00	99,98		599.880,00	104,37	626.204,11
XS2177441990	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 1,201 8/2027		500.000,00	100,01		500.025,00	107,76	538.809,42
XS2153406868	TOTAL CAPITAL INTERNATIONAL S. 1,491 4/2027		100.000,00	100,00		100.000,00	110,84	110.844,84
XS2147133495	UNILEVER NV 1,25 3/2025		100.000,00	100,00		99.995,00	107,01	107.013,49
ES0505496044	VALL COMPANY 'S 0,2 2/2021		100.000,00	99,96		99.959,39	99,97	99.971,70
ES0505496036	VALL COMPANY 'S 100 1/2021		100.000,00	99,98		99.984,10	99,99	99.988,70
XS1972547183	VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES 0,625 4/2022		500.000,00	99,68		498.390,00	101,41	507.055,82

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	subtotal		33.325.287,66			33.897.367,89		35.510.520,68
	subtotal 2.2.2.		88.249.287,66			91.169.907,05		121.138.077,40
	subtotal 2.2.	2.087.449	88.249.287,66			109.183.295,23		139.978.899,14
	2.3. - Derivados de negociação							
	subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	subtotal 2.4.							
	total 2.	2.087.449	98.824.287,66			120.148.120,22		153.207.875,74
	TOTAL GERAL	7.037.599	98.824.287,66			155.548.120,22		188.607.875,74

* Inclui o valor dos juros decorridos

Anexo 1.2. | 31.12.2019

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. - Títulos nacionais							
	1.1.1. - Partes de capital em filiais							
	MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	1.1.2. - Partes de capital em associadas							
	1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	subtotal	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	1.1.5. - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	subtotal							
	1.1.9. - Outros títulos em filiais							
	1.1.10. - Outros títulos em associadas							

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	1.1.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	subtotal							
	subtotal 1.1.	4.200 000				21.000.000,00		21.000 00,00
	1.2. - Títulos estrangeiros							
	1.2.1. - Partes de capital em filiais							
	1.2.2. - Partes de capital em associadas							
	1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	subtotal							
	1.2.5. - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	subtotal							
	1.2.9. - Outros títulos em filiais							
	1.2.10. - Outros títulos em associadas							
	1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	subtotal							
	subtotal 1.2.							
	total 1.	4.200.000		0,00		21.000.000,00		21.000.00,00
	2. - OUTROS							
	2.1. - Títulos nacionais							
	2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. - Ações							
	subtotal							
	2.1.1.2. - Títulos de participação							
	subtotal							
	2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
	subtotal							
	2.1.1.4. - Outros							
	subtotal							
	subtotal 2.1.1.							

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	2.1.2. - Títulos de dívida							
	2.1.2.1. - De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	130,79	8.076.501,16
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		5.200.000,00	110,03		5.721.420,00	116,72	6.069.199,67
	subtotal		11.375.000,00			11.845.043,45		14.145.700,83
	2.1.2.2. - De outros emissores públicos							
	subtotal							
	2.1.2.3. - De outros emissores							
	subtotal							
	subtotal 2.1.2.	0	11.375.000,00			11.845.043,45		14.145.700,83
	subtotal 2.1.	0	11.375.000,00			11.845.043,45		14.145.700,83
	2.2. - Títulos estrangeiros							
	2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. - Ações							
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	5.346			25,21	134.749,34	35,65	190.584,90
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	2.836			102,15	289.703,93	126,20	357.903,20
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	2.308			127,44	294.140,22	130,48	301.147,84
DE0008404005	ALLIANZ SE	1.509			192,81	290.954,27	218,40	329.565,60
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	2.629			88,20	231.888,84	72,71	191.154,59
NL0010273215	ASML HOLDING NV	1.230			152,27	187.291,18	263,70	324.351,00
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	81.001			5,86	474.337,51	4,98	403.627,98
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	92.718			4,34	402.444,63	3,73	345.838,14
ES0113679I37	BANKINTER S.A.	13.417			7,31	98.049,47	6,53	87.639,84
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	9.978			51,39	512.776,20	52,83	527.137,74
FR0000120644	DANONE S.A.	5.604			64,94	363.939,41	73,90	414.135,60
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	23.023			15,27	351.658,40	14,57	335.445,11
DE000ENAG999	E.ON SE	12.818			7,79	99.837,89	9,52	122.078,63
IT0003128367	ENEL SPA	62.335			5,44	339.244,47	7,07	440.833,12
FR0010208488	ENGIE S.A.	15.371			13,40	206.046,64	14,40	221.342,40
IT0003132476	ENI SPA	24.967			14,88	371.419,95	13,85	345.693,08
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	12.020			20,30	243.978,96	26,97	324.179,40
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	4.817			17,53	84.441,22	21,01	101.218,31
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	4.044			22,49	90.964,99	31,43	127.102,92
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	71.339			6,71	478.370,81	9,18	654.892,02

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	17.722			25,76	456.547,60	31,45	557.356,90
NL0011821202	ING GROEP N.V.	8.527			10,75	91.632,36	10,69	91.136,57
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	38.460			2,24	86.081,83	2,35	90.323,31
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	982			335,96	329.911,57	414,20	406.744,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	720			156,66	112.794,59	263,00	189.360,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	1.544			62,22	96.070,62	96,52	149.030,73
CH0012005267	NOVARTIS AG	3.070			69,96	214.792,38	84,66	259.898,65
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			0,98	294.314,58	0,99	297.000,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	18.248			13,28	242.345,73	13,12	239.413,76
ES0173516115	REPSOL S.A.	25.659			12,26	314.627,68	13,93	357.429,87
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	707			219,20	154.971,49	289,25	204.502,77
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	4.078			25,07	102.236,32	26,17	106.700,87
FR0000120578	SANOFI	3.543			69,34	245.687,99	89,62	317.523,66
DE0007164600	SAP SE	2.985			92,95	277.462,99	120,32	359.155,20
DE0007236101	SIEMENS AG	4.485			94,10	422.025,15	116,54	522.681,90
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	50.964			7,59	386.936,35	6,23	317.352,82
FR0000120271	TOTAL S.A.	12.852			44,19	567.964,31	49,20	632.318,40
NL0000388619	UNILEVER NV	7.146			42,54	304.015,76	51,23	366.089,58
FR0000125486	VINCI S.A.	3.581			79,33	284.095,52	99,00	354.519,00
FR0000127771	VIVENDI SA	20.713			20,00	414.308,88	25,82	534.809,66
	subtotal	975.296				10.945.062,03		12.499.219,47
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	subtotal							
	2.2.2.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR	245.000			1,00	245.000,00	1,02	249.900,00
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	71			991,95	70.000,00	981,42	69.256,82
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	243.612			1,00	243.735,58	1,02	248.463,39
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	1.757			308,22	541.517,75	367,95	646.451,35
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA FI.	103.682			12,46	1.292.033,27	14,93	1.547.777,65
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	4.623			64,90	300.000,00	70,22	324.608,13
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	152.825			1,00	152.824,97	1,31	200.842,56
LU1527121039	MAPFRE AM - MULTI ASSET STRATE	351.511			9,96	3.500.000,00	9,84	3.458.521,63
LU1857396789	STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES	1.707			1.001,21	1.709.111,00	964,38	1.646.247,95
LU1857396433	STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES	694			1.000,00	694.382,00	995,34	691.146,27

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	subtotal	1.105.482				8.748.605		9.083.216
	2.2.2.4. - Outros							
	subtotal							
	subtotal 2.2.1.	2.080.778		0,00		19.693.666,60		21.582.435,22
	2.2.2. - Títulos de dívida							
	2.2.2.1. - De dívida pública							
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	99,33		1.490.010,00	105,50	1.582.535,59
BE0000347568	REINO DE BELGICA 0,9 6/2029		135.000,00	104,55		141.144,90	108,15	146.005,87
AT0000A269M8	REPÚBLICA DE AUSTRIA 0,5 2/2029		50.000,00	99,56		49.780,50	104,87	52.435,35
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	109,76	2.414.628,97
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 0 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	92,06	1.765.673,43
ES0000012A97	TESORO PÚBLICO 0,45 10/2022		1.300.000,00	102,24		1.329.055,00	102,30	1.329.835,44
ES0000012F43	TESORO PÚBLICO 0,6 10/2029		100.000,00	101,12		101.120,00	101,41	101.413,85
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.100.000,00	99,10		3.072.100,00	109,37	3.390.328,40
ES0000012E51	TESORO PÚBLICO 1,45 4/2029		1.960.000,00	102,82		2.015.188,67	110,26	2.161.055,04
ES00000126Z1	TESORO PÚBLICO 1,6 4/2025		1.200.000,00	105,66		1.267.876,00	109,64	1.315.700,36
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		3.000.000,00	100,02		3.000.534,09	122,00	3.660.098,00
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		4.800.000,00	113,78		5.461.558,56	133,39	6.402.891,08
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	114,11	684.664,82
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.400.000,00	99,75		3.391.510,00	137,20	4.664.904,44
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	118,32	946.583,99
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.450.000,00	88,85		11.062.029,38	171,53	21.355.311,73
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	173,70	5.384.769,78
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		12.815.000,00	147,45		18.895.361,50	185,95	23.829.445,00
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		5.851.000,00	100,04		5.853.398,91	122,51	7.168.061,70
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		200.000,00	136,29		272.574,00	140,08	280.166,41
	subtotal		60.479.000,00			63.789.382		88.636.509
	2.2.2.2. - De outros emissores públicos							
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022		500.000,00	99,98		499.875,00	101,22	506.078,02
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	131,39	1.051.108,68
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	112,20	1.683.030,20
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		480.000,00	99,41		477.177,60	104,88	503.437,41
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	112,38	303.436,23
	subtotal		3.550.000,00			3.743.556,20		

(continua)



141



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	2.2.2.3. - De outros emissores							
XS2025466413	ABERTIS INFRAESTRUTURAS S.A. 0,625 7/2025		300.000,00	99,42		298.245,00	99,05	297.145,79
XS1960353388	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE 0,375 3/2021		300.000,00	99,94		299.808,00	101,27	303.797,53
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		1.400.000,00	102,00		1.428.020,00	103,01	1.442.083,40
XS1878191052	AMADEUS IT GROUP S.A. 0,875 9/2023		200.000,00	99,90		199.796,00	102,96	205.914,99
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,587 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,98	302.943,18
XS2023872174	AROUNDTOWN S.A. 0,625 7/2025		500.000,00	98,04		490.195,00	100,17	500.829,54
XS1144086110	AT&T INC 1,45 6/2022		1.500.000,00	103,73		1.555.950,00	103,90	1.558.457,93
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	111,52	780.669,36
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	120,11	600.547,53
XS1592168451	BANKINTER S.A. 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	106,25	106.250,78
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	105,50	316.493,20
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	100,36	301.091,04
XS2051670136	BLACKSTONE PROPERTY PARTNERS E 0,5 9/2023		700.000,00	99,96		699.748,00	99,84	698.891,78
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	108,79	326.369,49
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		400.000,00	99,85		399.404,00	102,29	409.165,53
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVI 2,373595675 3/2029		3.444.256,13	109,21		3.761.518,65	107,95	3.718.193,10
XS1457608013	CITIGROUP INC 0,75 10/2023		400.000,00	99,91		399.640,00	102,33	409.325,70
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	111,97	279.929,18
ES0305045009	CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024		200.000,00	99,44		198.880,00	104,46	208.913,40
XS1963849440	DANSKE BANK A/S 1,625 3/2024		500.000,00	99,46		497.315,00	105,57	527.862,08
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	118,01		354.030,00	109,02	327.070,69
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024		300.000,00	100,00		300.000,00	100,01	300.026,34
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031		100.000,00	100,00		100.000,00	99,03	99.031,49
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 1,01 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	108,72	1.848.296,28
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028		1.500.000,00	100,00		1.500.000,00	99,12	1.486.759,77
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		3.000.000,00	103,64		3.109.185,00	106,67	3.200.026,60
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	101,45		507.250,00	104,28	521.385,94
XS2051914963	FCA BANK S.P.A. (IRISH BRANCH) 0,5 9/2024		550.000,00	99,97		549.813,00	99,86	549.229,66
XS1319814577	FEDEX CORP 1 1/2023		1.500.000,00	102,55		1.538.250,00	103,27	1.549.076,16
XS2095795964	FOMENTO CONSTRUCCIONES Y CONTR 0,58 6/2020		100.000,00	99,71		99.706,03	99,72	99.716,02
XS2088659789	GAS NETWORKS IRELAND 0,125 12/2024		300.000,00	99,81		299.418,00	99,63	298.875,41
XS1861206636	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028		200.000,00	99,43		198.854,00	110,43	220.861,76
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		400.000,00	99,88		399.528,00	119,10	476.402,83

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
XS1809245829	INDRA SISTEMAS S.A. 3 4/2024		400.000,00	99,60		398.400,00	108,53	434.121,66
XS1725677543	INMOBILIARIA COLONIAL SOCIMI S 1,625 11/2025		700.000,00	106,57		745.969,00	105,67	739.714,36
XS1551306951	INTESA SANPAOLO SPA 1,375 1/2024		300.000,00	99,31		297.939,00	104,39	313.182,19
XS1578294081	ITALGAS SPA 1,125 3/2024		500.000,00	99,77		498.847,03	105,00	524.977,11
ES0343307015	KUTXABANK S.A. 0,5 9/2024		800.000,00	99,42		795.368,00	100,23	801.855,94
XS1955169104	LEASEPLAN CORPORATION NV 1 2/2022		1.000.000,00	99,92		999.240,00	102,76	1.027.561,66
ES0584696142	MASMOVIL IBERCOM S.A. 0,17 3/2020		300.000,00	99,96		299.871,14	99,97	299.911,19
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	103,28	722.975,01
XS1973750869	MEDIOBANCA BANCA DI CREDITO FI 1,625 1/2025		500.000,00	99,89		499.465,00	105,52	527.584,78
XS1416688890	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A. 2,375 5/2022		200.000,00	99,49		198.976,00	106,48	212.954,03
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.000.000,00	109,78		1.097.760,00	105,60	1.056.011,65
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING P 3,245 3/2025		300.000,00	100,00		300.000,00	108,82	326.450,40
XS1980189028	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,5 4/2022		700.000,00	100,85		705.971,00	101,35	709.471,22
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		600.000,00	100,28		601.662,00	101,08	606.487,11
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	108,22	649.342,89
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025		1.100.000,00	100,15		1.101.643,00	110,65	1.217.171,12
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		800.000,00	102,98		823.805,00	104,30	834.419,98
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	119,34	716.040,06
FR0013452893	TIKEHAU CAPITAL SCA 2,25 10/2026		500.000,00	99,86		499.295,00	102,27	511.347,74
XS0479869744	VODAFONE GROUP PLC 4,65 1/2022		400.000,00	120,70		482.800,00	114,46	457.859,55
XS1972547183	VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES 0,625 4/2022		500.000,00	99,68		498.390,00	101,53	507.628,31
	subtotal		35.544.256,13			36.426.474,85		37.468.701,44
	subtotal 2.2.2.		99.573.256,13			103.959.413,38		130.152.301,23
	subtotal 2.2.	2.080.778	99.573.256,13			123.653.079,98		151.734.736,45
	2.3. - Derivados de negociação							
	subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	subtotal 2.4.							
	total 2.	2.080.778	110.948.256,13			135.498.123,43		165.880.437,28
	TOTAL GERAL	6.280.778	110.948.256,13			156.498.123,43		186.880.437,28

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2.1. | 31.12.2020

Euros				
Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistro * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2020 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	107.623.616,01	30.452.157,97	88.867.913,13	11.696.455,09
Acidentes e Doença	53.582.193,09	6.416.640,56	49.513.529,87	2.347.977,34
Acidentes de Trabalho	52.635.213,18	5.804.286,96	49.329.916,72	2.498.990,50
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	440.315,15	94.369,80	156.184,37	(189.760,98)
Doença	506.664,76	517.983,80	27.428,78	38.747,82
Incêndio e Outros Danos	13.901.914,35	8.931.818,97	12.598.166,55	7.628.071,17
Automóvel	30.033.559,02	12.309.699,37	20.477.812,56	2.753.952,91
Responsabilidade Civil	27.514.716,38	10.264.359,08	19.743.083,01	2.492.725,71
Outras Coberturas	2.518.842,64	2.045.340,29	734.729,55	261.227,20
Marítimo e Transportes	74.533,46	3.111,93	42.145,73	(29.275,80)
Mercadorias Transportadas	114.763,03	73.250,08	51.597,37	10.084,42
Responsabilidade Civil Geral	7.118.987,36	2.596.625,42	4.231.117,31	(291.244,63)
Crédito e Caução	2.644.971,35	28.923,79	1.882.686,48	(733.361,08)
Protecção Jurídica	152.694,35	91.837,98	70.857,26	10.000,89
Diversos	0,00	249,87	0,00	249,87
Total	107.623.616,01	30.452.157,97	88.867.913,13	11.696.455,09

* Sinistros ocorridos no ano 2019 e anteriores

Anexo 2.2. | 31.12.2019

Euros				
Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2019 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	105.410.615,69	29.865.820,46	81.696.489,61	6.151.694,38
Acidentes e Doença	53.771.074,80	8.443.252,51	47.401.429,99	2.073.607,70
Acidentes de Trabalho	52.918.424,30	7.783.787,52	47.139.026,21	2.004.389,43
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	404.492,98	272.775,49	247.456,67	115.739,18
Doença	448.157,52	386.689,50	14.947,11	(46.520,91)
Incêndio e Outros Danos	8.135.972,67	4.685.234,63	5.420.304,96	1.969.566,92
Automóvel	32.671.196,21	14.407.916,35	19.698.292,58	1.435.012,72
Responsabilidade Civil	29.912.862,85	12.401.485,65	18.804.789,74	1.293.412,54
Outras Coberturas	2.758.333,36	2.006.430,70	893.502,84	141.600,18
Marítimo e Transportes	73.580,09	1.359,80	30.158,50	(42.061,79)
Mercadorias Transportadas	194.728,37	32.787,54	59.061,95	(102.878,88)
Responsabilidade Civil Geral	7.244.726,21	2.190.871,00	6.541.079,91	1.487.224,70
Crédito e Caução	3.220.248,17	9.875,35	2.480.214,94	(730.157,88)
Protecção Jurídica	99.089,17	93.997,49	65.946,78	60.855,10
Diversos	0,00	525,79	0,00	525,79
Total	105.410.615,69	29.865.820,46	81.696.489,61	6.151.694,38

* Sinistros ocorridos no ano 2018 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3.1. | 31.12.2020

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro Direto	49.334.532,46	6.096.916,54	11.700.090,44	67.131.539,44
Acidentes e Doença	9.290.882,56	1.070.983,44	912.547,59	11.274.413,59
Acidentes de Trabalho	7.401.947,65	940.733,38	634.273,55	8.976.954,58
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	147.679,51	62.076,66	(164.541,46)	45.214,71
Doença	1.741.255,40	68.173,40	442.815,50	2.252.244,30
Incêndio e Outros Danos	12.470.765,91	996.710,44	13.012.112,63	26.479.588,98
Automóvel	24.785.239,89	3.198.520,88	427.185,80	28.410.946,57
Responsabilidade Civil	16.370.082,95	1.803.056,42	620.749,79	18.793.889,16
Outras Coberturas	8.415.156,94	1.395.464,46	(193.563,99)	9.617.057,41
Marítimo e Transportes	6.801,65	2.740,73	110.585,35	120.127,73
Mercadorias Transportadas	127.918,94	10.588,32	(48.566,12)	89.941,14
Responsabilidade Civil Geral	2.609.876,70	535.884,75	(2.033.359,70)	1.112.401,75
Crédito e Caução	27.442,59	8.456,79	(685.652,36)	-649.752,98
Protecção Jurídica	11.854,22	272.148,09	(24.740,11)	259.262,20
Diversos	3.750,00	883,10	29.977,36	34.610,46
Resseguro Aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	49.334.532,46	6.096.916,54	11.700.090,44	67.131.539,44

Anexo 3.2. | 31.12.2019

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro Direto	52.627.077,49	6.170.323,04	1.430.467,10	60.227.867,63
Acidentes e Doença	12.758.841,01	1.134.286,89	(971.414,93)	12.921.712,97
Acidentes de Trabalho	10.594.302,51	987.293,59	(1.065.744,34)	10.515.851,76
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	441.804,88	90.654,80	35.822,17	568.281,85
Doença	1.722.733,62	56.338,50	58.507,24	1.837.579,36
Incêndio e Outros Danos	7.988.979,55	822.625,05	5.765.941,68	14.577.546,28
Automóvel	29.558.879,75	3.359.191,74	(2.637.637,19)	30.280.434,30
Responsabilidade Civil	20.373.027,68	1.905.685,77	(2.398.146,47)	19.880.566,98
Outras Coberturas	9.185.852,07	1.453.505,97	(239.490,72)	10.399.867,32
Marítimo e Transportes	12.151,29	2.529,73	953,37	15.634,39
Mercadorias Transportadas	58.900,79	3.850,70	(79.965,34)	(17.213,85)
Responsabilidade Civil Geral	2.205.097,37	578.059,65	(125.738,85)	(2.657.418,17)
Crédito e Caução	14.478,95	863,38	(575.276,82)	(559.934,49)
Protecção Jurídica	29.748,78	267.861,60	53.605,18	351.215,56
Diversos	0,00	1.054,30	0,00	1.054,30
Resseguro Aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	52.627.077,49	6.170.323,04	1.430.467,10	60.227.867,63

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4.1. | 31.12.2020

	Euros				
Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto	100.545.207,86	97.880.344,82	67.131.539,44	24.594.571,29	(1.364.502,59)
Acidentes e Doença	18.749.045,33	18.761.454,19	11.274.413,59	4.568.483,02	(980.844,33)
Acidentes de Trabalho	13.493.379,26	13.533.948,99	8.976.954,58	3.696.029,46	(168.194,08)
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	1.794.466,81	1.840.104,05	45.214,71	408.100,56	(400.036,05)
Doença	3.461.199,26	3.387.401,15	2.252.244,30	464.353,00	(412.614,20)
Incêndio e Outros Danos	29.842.248,08	27.786.993,65	26.479.588,98	5.048.876,52	2.499.422,25
Automóvel	46.057.755,52	45.587.202,35	28.410.946,57	13.228.335,37	(855.485,65)
Responsabilidade Civil	27.684.722,55	27.388.435,56	18.793.889,16	7.592.077,13	121.900,12
Outras Coberturas	18.373.032,97	18.198.766,79	9.617.057,41	5.636.258,24	(977.385,77)
Marítimo e Transportes	123.199,04	124.320,72	120.127,73	14.263,10	(22.186,05)
Mercadorias Transportadas	395.430,82	421.941,48	89.941,14	80.226,51	(223.315,39)
Responsabilidade Civil Geral	4.585.425,85	4.408.572,80	1.112.401,75	799.330,32	(1.465.053,50)
Crédito e Caução	94.696,00	103.417,02	(649.752,98)	30.193,52	(312.186,13)
Protecção Jurídica	662.754,69	649.571,95	259.262,20	816.453,38	0,00
Diversos	34.652,53	36.870,66	34.610,46	8.409,55	(4.853,79)
Resseguro Aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100.545.207,86	97.880.344,82	67.131.539,44	24.594.571,29	(1.364.502,59)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4.2. | 31.12.2019

Euros					
Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros wbrutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto	97.082.400,49	94.919.954,09	60.227.867,63	23.481.097,49	(9.291.465,30)
Acidentes e Doença	20.005.215,78	19.941.270,77	12.921.712,97	4.721.954,05	(939.642,11)
Acidentes de Trabalho	14.939.871,17	14.906.732,61	10.515.851,76	3.867.355,59	(162.020,85)
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	2.069.574,54	2.093.217,41	568.281,85	483.536,35	(371.655,49)
Doença	2.995.770,07	2.941.320,75	1.837.579,36	371.062,11	(405.965,77)
Incêndio e Outros Danos	26.403.108,69	25.140.274,09	14.577.546,28	4.399.728,85	(6.394.772,33)
Automóvel	44.866.952,49	44.323.843,59	30.280.434,30	12.589.997,42	(1.262.292,97)
Responsabilidade Civil	26.865.864,42	26.621.032,16	19.880.566,98	7.247.191,30	(235.926,54)
Outras Coberturas	18.001.088,07	17.702.811,43	10.399.867,32	5.342.806,12	(1.026.366,43)
Marítimo e Transportes	123.120,14	126.298,28	15.634,39	13.866,06	(80.651,03)
Mercadorias Transportadas	371.573,52	343.821,19	(17.213,85)	42.622,00	(242.440,93)
Responsabilidade Civil Geral	4.443.769,05	4.173.625,91	2.657.418,17	917.712,25	181.035,50
Crédito e Caução	153.358,62	166.953,34	(559.934,49)	19.455,09	(491.517,73)
Protecção Jurídica	639.572,81	626.171,89	351.215,56	763.292,37	0,00
Diversos	75.729,39	77.695,03	1.054,30	12.469,40	(61.183,70)
Resseguro Aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	97.082.400,49	94.919.954,09	60.227.867,63	23.481.097,49	(9.291.465,30)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

05

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS
E RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 274.514.087,28 euros e um total de capital próprio de 100.508.766,58 euros, incluindo um resultado líquido de 5.879.128,88 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membros independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva Nº PT 502 161 078 - Inscrição na D.R.C.C. Nº 159 - Inscrição na C.M.V.M. Nº 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade) (153.207.876 euros)

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 153.207.876 euros, representando cerca de 56% do ativo, conforme nota 5 das demonstrações financeiras.

O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como as condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A evolução da conjuntura económica, bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID – 19 e respetivos efeitos poderão criar volatilidade nos mercados com impactos no apuramento futuro do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos internos relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros;
- Testámos a valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos;
- Testámos a imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisão para Sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (Outros custos) (119.161.088 euros)

Em 31 de dezembro de 2020, a Provisão para sinistros, no valor de 119.161.088 euros, representa cerca de 68% do Passivo à mesma data, conforme nota 14 às demonstrações financeiras.





O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliámos a metodologia e os pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Realizámos uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores.
- Avaliámos o trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário da Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisão para Sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (pensões) (37.094.365 euros)

Em 31 de dezembro de 2020, do montante da Provisão para Sinistros, 37.094.365 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 14 às demonstrações financeiras da Entidade.

3



O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos, incluindo as taxas de reinvestimento.
- Avaliámos o trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário da Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

4





- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

5



representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2020 para um terceiro mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 15 de março de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que

6



151





mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

23 de março de 2021

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes (ROC n.º 1581)



Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

Senhores Acionistas

- No âmbito geral das disposições dos artigos 413.º a 423.º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24.º e 25.º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018 e pela lei 7/2019, tendo em conta as disposições legais pertinentes às ditas "entidades de interesse público" como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420.º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e **dar parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mapfre Seguros Gerais SA**, tudo relativamente ao exercício findo em 31-12-2020.
- Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas de 2018, para completar o triénio 2017-2019, e foram depois novamente designados para o triénio 2020-2022, tendo-lhes já cabido dar anteriormente parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros Gerais SA relativamente ao exercício de 2018 e relativamente ao exercício de 2019.
- O Conselho Fiscal tomou em conta de novo quanto antes recebeu, viu e disse sobre todos os documentos de contas relativos aos exercícios de 2018 e 2019, bem como os "Planos de Auditoria" da "área Corporativa de Auditoria Interna" da Mapfre, e ainda todos os documentos que adiante identifica.
- O Conselho Fiscal analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal, de julho, de outubro, e de dezembro de 2020, e ainda as informações preliminares de 2021, relativas já a todo o exercício de 2020.
- O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração, em 31 de julho de 2020, o designado Relatório ORSA ("Own Risk and Solvency Assessment"), referido a 31-03-2020, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA que se referirá a 31-12-2020.

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

- O Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório da Actuarial de 13-3-2021, relativo ao "seguimento das provisões para sinistros a 31-12-2020".
- O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 30-3-2020, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o administrador-delegado e com os mencionados diretores financeiro e de auditoria interna, em 20-07-2020, em 21-10-2020, em 14-12-2020, e em 1-3-2021.
- Nas reuniões de 21-10-2020, de 14-12-2020 e de 1-3-2021 estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas.
- O Conselho Fiscal recebeu da Sociedade, analisou e discutiu com o seu Administrador Delegado e Diretores, antes de todas as peças relativas às contas do exercício de 2020, pelo menos: "Informe de gestão de junho 2020", "Relatório ORSA 2020", de 31-7-2020, "Informe de gestão septiembre 2020", "Información de Negocio de septiembre 2020", "Informe de Gestión- Consejo Fiscal - Noviembre 2020".
- O Conselho Fiscal recebeu da KPMG, e depois analisou e discutiu: "Conclusões da auditoria interna com referência a 30-9-2020, de 14-12-2020", "Relatório para o Conselho Fiscal – Planeamento auditoria, de 14-12-2020", e um novo "Relatório para o Conselho Fiscal de 15-3-2021", relativo às demonstrações financeiras para o ano findo a 31-12-2020.
- O Conselho Fiscal recebeu também, em 24-2-2021, e analisou depois devidamente, em versão preliminar, o Relatório de Gestão 2020 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2020 e o Balanço em 31-12-2020, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo tendo sido discutido na reunião do Conselho Fiscal de 1-3-2021 e na reunião que, na mesma data, teve com a administração e diretores financeiro e de auditoria da Sociedade, e com os representantes da auditora KPMG, tendo já em conta, também, versão provisória do antes mencionado "Relatório para o Conselho Fiscal, de 15-3-2021", da KPMG.
- Na reunião de 1-3-2021, o Conselho Fiscal recebeu do diretor financeiro, do diretor de auditoria interna e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2020, aos relatórios da Actuarial sobre as provisões para sinistros, e ao projeto de relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2020.
- No decurso da reunião de 1-3-2021, nos termos que resultam do próprio projeto de relatório da



Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2020; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

14. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pelos diretores da Sociedade e pela KPMG.

15. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2020, como ocorreu antes relativamente à atividade e ao exercício de 2019, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e, designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros Gerais, sobre as respetivas bases técnicas e sobre as bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de completição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Atuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes, como aliás já se concluiu relativamente ao exercício anterior.

16. O Conselho Fiscal teve de novo em conta a nota informativa pública e inaugural da ASF de 18-3-2020, sobre “ações e recomendações em resposta aos desenvolvimentos relativos ao Coronavírus (Covid-19)”, bem como a declaração de 17-3-2020 da EIOPA (the European Insurance and Occupational Authority) sobre “ações para mitigar o impacto do Coronavírus/Covid-19 no setor segurador europeu”, as diferentes recomendações da CMVM de 20-3-2020 sobre “a atividade de auditoria no âmbito do Covid-19”, o comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, divulgado também em 20-3-2020, sobre o “contributo dos órgãos de fiscalização de entidades de interesse público para a qualidade da auditoria”, e diversos documentos de entidades de referência citados em tais documentos.

17. O Conselho Fiscal teve também em conta normas, orientações e recomendações posteriores ou

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

da ASF ou da EIOPA, ou de outras autoridades nacionais ou europeias. O Conselho Fiscal teve em conta, designadamente, o documento da OROC sobre “potenciais impactos do Covid-19 na auditoria”, de maio de 2020, a “recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico”, de 9-6-2020, sobre restrições à distribuição de dividendos, a recomendação do Banco Central Europeu, de 15-12-2020, dirigida às instituições financeiras sob a sua supervisão, e a “circular aos órgãos de fiscalização das entidades de interesse público”, de 18-12-2020, da CMCM, sobre questões a analisar quanto ao exercício de 2020.

18. O Conselho Fiscal analisou ainda, entre outros documentos, o decreto-lei 22-A/2021, que prorrogou prazos e medidas excecionais e temporárias relativas ao Covid-19, e os anteriores decretos-lei 78-A/2020 e 20-F/2020, a norma regulamentar da ASF 2/2021 R sobre alterações temporárias ao plano de contas, a circular 1/2021 da ASF, reportada ao regulamento UE 2019/2088, de 27-11-2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, a circular 4/2020 da ASF, que voltou a dar orientações restritivas sobre a eventual distribuição de dividendos ou sobre outras medidas que possam afetar os capitais próprios, e a fazer submeter previamente à ASF informação sobre quaisquer medidas com o mesmo resultado, em orientação convergente com a mencionada recomendação do Banco Central Europeu de 15-12-2020, e com a mencionada recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico de 8-6-2020.

19. O Conselho Fiscal analisou também a norma regulamentar 10/2020 R, de 3-11-2020, sobre informação a prestar regularmente à ASF pelas empresas de seguros, e o regulamento de execução (UE) 2021/178, de 8-2-2021, sobre informações técnicas para o cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios.

20. O Conselho Fiscal foi informado detalhadamente da participação qualificada adquirida pela Sociedade no capital da Popular Seguros, e da sua nova designação, aprovada por deliberação da ASF de 13-10-2020, e do impacto positivo no desenvolvimento do Grupo Mapfre em Portugal.

21. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder à informação sobre alguns indicadores do mercado, no Relatório de Evolução da Atividade Seguradora, relativo ao quarto trimestre de 2020, preparado pela ASF, e divulgado em 23-2-2021, cujo cotejo evidencia o desenvolvimento mais favorável da Mapfre Seguros Gerais.

22. As medidas imediatas e as medidas continuadas tomadas pela Sociedade, e informadas ao Conselho Fiscal, mitigaram e continuam a mitigar com sucesso o risco da sua exposição à pandemia, continuando a Sociedade a funcionar integralmente, ainda que predominantemente em regime de teletrabalho, preservando o seu ativo humano, realizando simultaneamente toda a sua atividade operacional, e observando todas as prescrições de fazer e todas as prescrições de não fazer



Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

determinadas às empresas de seguros, por lei excecional ou por determinação das autoridades competentes.

23. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatórios ORSA”, de 31-7-2020, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), ainda que não permita avaliar todo o possível impacto económico e social da pandemia, permite concluir que a Sociedade é adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, como os resultados de 2020 já o comprovam, e que será comparativamente mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade, e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2021 se acomodará de novo, com êxito, às consequências do “Interregno” social e económico ainda em curso, mas não será afetada estruturalmente, continuando a ser essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade e dos Auditores da KPMG, como decorre do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020.

24. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, e também, como agora realça, nos pedidos que voltou a fazer com base nas mencionadas recomendações relativas ao impacto da pandemia Covid-19, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade e dos auditores a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem continuar a superar em 2021 o impacto antes imprevisível da situação pandémica ainda em curso.

25. O Conselho Fiscal foi também informado pela Sociedade de que esta pediu e alcançou obter dos seus principais fornecedores e parceiros, garantias razoáveis e adequadas de que a situação de pandemia em curso não afetará, entretanto, nem afetará no futuro, quaisquer aspetos essenciais das suas operações.

26. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, a “carta de representação” do Conselho de Administração com data de 23-3-2021 e dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devida, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, a declaração de independência e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

27. Tendo em conta o que fica como relatório da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu parecer e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais em 2020.

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020


28. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parcecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2020, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2020, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2020.

29. O que se sabe e o que se prevê não afeta de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2020, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2020, e a própria afetação integral dos resultados à reserva legal e a reservas livres, fatores muito favoráveis para que a Sociedade continue a superar positivamente, e a superar comparativamente melhor, o impacto social e económico da pandemia em Portugal e na atividade seguradora.

30. Tendo em conta quando diz e quanto fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2020;
- Aprove as Contas relativas ao exercício de 2020 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, no sentido de que o resultado líquido do exercício no montante de 5.879.128,68 € (cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, cento e vinte e oito euros, e sessenta e oito cêntimos), seja de novo destinado ao reforço dos fundos próprios da Sociedade, da seguinte forma:
 - 587.912,87 € (quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e doze euros, e oitenta e sete cêntimos) como reserva legal;
 - 5.291.215,81 € (cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, duzentos e quinze euros, e oitenta e um cêntimos) como reservas livres;
- Aprece, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 24 de março de 2021


José Ferreira Machado, presidente
Luís Filipe Caldas, vogal
João Sobral do Rosário, vogal
José Gabriel Chimento, vogal suplente


Assinado por: João Francisco Baptista Colaço
Sobral do Rosário
Num. de identificação: 811 0222944






RELATÓRIO E CONTAS 2020
MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.



Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal

www.mapfre.pt



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.    choice.pt